

Do Capitalismo para o Digitalismo

Fernando Penim Redondo

Maria Rosa Redondo

“... teria sido necessária uma perspicácia excepcional, para ver no desenvolvimento da manufatura no século XVII, o começo de um novo modo de produção. Nove décimos da população vive ainda da agricultura...”

Michel Beaud, HISTÓRIA DO CAPITALISMO

Índice

1. Introdução e propósito

- 1.1 Introdução
- 1.2 Reajustar o paradigma marxista
- 1.3 Os padrões desiludidos com Marx
- 1.4 A linguagem dos números – o caso português

2. Um novo Modo de Produção

- 2.1 Digitalismo ou Comunismo – na ordem do dia
- 2.2 A “base material” – uma questão chave
- 2.3 O Digitalismo não é só mais um paradigma técnico-económico
- 2.4 Automatização e trabalho não repetitivo
- 2.5 O significado profundo da automatização actual

3. Reajustar a Teoria do Valor

- 3.1 Paradoxos da teoria do valor de troca baseado no tempo de trabalho
- 3.2 Explicação dos paradoxos da teoria do valor baseado no tempo de trabalho
- 3.3 Valor de troca baseado em conhecimento
 - 3.3.1 O conhecimento que gera valor
 - 3.3.2 O valor do conhecimento e o mercado
 - 3.3.3 Actualização das fórmulas de Marx
- 3.4 As menos-valias
- 3.5 Incorporação do conhecimento nas mercadorias

4. A superação do Capitalismo

4.1 O equívoco dos meios de produção

4.2 Linhas para a superação do Capitalismo

4.2.1 Primado do trabalho, logo do conhecimento

4.2.2 Democratização da distribuição dos excedentes

4.2.3 Cobertura dos riscos e financiamentos

4.2.4 Garantias no acesso à informação

4.2.5 A passagem à prática

5. Conclusão – uma teoria para os trabalhadores de hoje

5.1 Superar os anacronismos

5.1.1 A mais-valia referida a um período determinado

5.1.2 O tempo de trabalho como fonte de valor

5.1.3 O “tempo de trabalho socialmente necessário”

5.1.4 Os “meios de vida necessários para a subsistência dos trabalhadores”

5.1.5 As mercadorias e os comportamentos dos consumidores

5.2 O conhecimento contra o assalariamento

5.2.1 O conhecimento na ordem do dia

5.2.2 Disputar o conhecimento

5.3 Especialistas de todos os saberes uni-vos

Anexo 1 - Do socialismo prematuro para o socialismo do futuro, Vértice 1990

Anexo 2 - Comunicação apresentada ao “IFIP 11th Worl Computer Congress”

Anexo 3 - Comunicação apresentada ao XIII Congresso do PCP

Anexo 4 - 50 anos de Management e Cronologia das duas Revoluções da Gestão

Glossário de termos marxistas

Notas e citações

Referências bibliográficas

Notas biográficas dos autores

Do Capitalismo para o Digitalismo

1. Introdução e propósito

1.1 Introdução

Mais de uma década depois de termos publicado “Do Socialismo Prematuro para o Socialismo do Futuro” (Vértice, 1990) retomamos o mesmo tema numa outra perspectiva.

Há treze anos a procura de uma explicação para a derrocada da experiência soviética, conduziu-nos a introduzir a questão da inexistência de condições, na URSS do princípio do século XX, para a emergência de um modo de produção [1] sucessor do Capitalismo. Mas, ao tratar da inexistência de uma base material adequada a tal emergência na URSS fomos quase forçados a tomar também posição sobre as implicações políticas do amadurecimento científico e tecnológico na parte final do século XX.

No essencial argumentámos, ao arrepio de muitas ideias feitas, que a revolução tecnológica do fim do século XX não constitui um “balão de oxigénio” para o Capitalismo mas sim um desafio tremendo.

O conceito de “trabalho não repetitivo” e o correlato desligamento do factor tempo das relações de produção bem como as implicações de um novo modo de produção embrionário, que doravante designaremos por Digitalismo, baseado na informação e sua

representação digital, tratados então de forma muito geral e incompleta, deixaram no ar a necessidade de aprofundamento que nos leva agora a tentar avançar mais um degrau.

Decidimos incluir neste volume as notas biográficas dos autores porque as consideramos relevantes para a compreensão das teses expostas e para entender as experiências de vida subjacentes à sua gestação.

Também foi decidido incluir neste volume alguns textos dos autores que permitem compreender o surgimento e evolução, a partir dos anos oitenta, do essencial das teses agora apresentadas, a saber:

- “Do Socialismo Prematuro para o Socialismo do Futuro” - Publicado na Vértice em 1990 (Anexo 1)
- “Labor, Consumption, Data Processing and the Future” – Comunicação apresentada ao “IFIP 11th World Computer Congress” em S. Francisco, 1989 (Anexo 2)
- Comunicação apresentada ao XIII Congresso do PCP, Loures 1990 (Anexo 3)

Os autores fizeram percursos pouco comuns aonde coexistiram a militância política e sindical, o contacto com a inovação tecnológica e as vicissitudes da sua implementação prática, o trabalho como assalariados e os desafios da gestão empresarial. Tais percursos podem com certeza explicar o ineditismo de muitas das formulações presentes neste livro.

Dois aspectos marcaram, provavelmente mais do que quaisquer outros, as teses agora avançadas:

1. O trabalho, durante de dezenas de anos, integrando equipas de especialistas e quadros-técnicos

2. A experiência vivida de introdução de tecnologias digitais nas empresas na lógica do aumento da rentabilidade

No primeiro caso incluíram-se experiências de tipo sindical, quer a nível nacional quer internacional. Nomeadamente os autores participaram na criação e trabalhos da “IWIS – IBM Workers International Solidarity”, organização de âmbito mundial para a coordenação dos representantes dos empregados da IBM que, depois de um primeiro encontro em Lisboa em 1975, prosseguiu trabalhos em Atenas, Tóquio, Estugarda e Paris.

Também participaram nos trabalhos de coordenação, a nível nacional, das estruturas representativas dos trabalhadores dos grandes fornecedores de equipamentos informáticos.

Estas experiências levaram a um foco muito especial nas especificidades e motivações dos trabalhadores especializados e nas profissões baseadas em conhecimento.

As experiências associadas à introdução de tecnologia, que tiveram lugar ao longo de mais de 25 anos em dezenas de empresas de médio e grande porte, centraram-se quase sempre na questão de transformar as ferramentas digitais em instrumentos de produtividade e de competitividade.

Daqui resultou uma preocupação, que esperamos seja clara ao longo deste livro, de ligar as teorias políticas ao “mundo real” em que os trabalhadores efectivamente operam

ultrapassando esquematismos e simplificações que tantas vezes distorcem a acção política e sindical.

Se nos reportarmos ao marxismo, que este livro claramente pretende reajustar, há que reformular todos aqueles aspectos que já não estão presentes na sociedade actual e enquadrar todos os aspectos novos que Marx não previu e que, à data em que viveu, não poderia de qualquer forma antecipar.

Não se trata de qualquer “traição” ao marxismo mas do seu aprofundamento; a história das ideias mostra que uma nova teoria não tem que negar as anteriores, pode apenas mostrar novos níveis ou desenvolvimentos que anteriormente não tinham sido equacionados. O que importa é que o objectivo de Marx, uma sociedade livre da exploração, se mantenha.

No processo de preparação deste livro temos sido objecto de críticas que têm como pressuposto, embora nunca explicitamente afirmado, o facto de nos “atrevermos” a pôr em causa Marx sem o favor abonatório de pelo menos alguns títulos universitários ou a passagem por cargos políticos de alguma projecção mediática.

Queremos deixar claro que não partimos de uma atitude académica para juntar mais um livro aos milhares de outros que têm sido escritos sobre todos os “pontos e vírgulas” da obra de Marx. A obra de Marx é, já de si, vasta; se lhe acrescentarmos essa torrente de obras complementares então temos algo que pode ser considerado inextrincável.

Este nosso depoimento é apenas uma tentativa de alguém que, pela sua experiência de vida, julga estar em boas condições para compreender os desajustamentos do marxismo à sociedade actual.

Em nossa modesta opinião o que falta nas posições dos marxistas, especialmente em Portugal, é a experiência vivida das situações que são supostos pretender transformar.

Se virmos bem, todas as lutas de classes e mesmo revoluções que se fizeram desde Marx basearam-se mais na visão intuitiva que as grandes massas possuem do que nas altas teorias que, em toda a sua extensão, nem os intelectuais realmente dominam.

Aquilo que os líderes revolucionários sempre têm feito é veicular sínteses mais ou menos simplificadas de maneira a poderem dar aos trabalhadores um enquadramento teórico mínimo para a sua intuição.

Quantos militantes políticos gastaram mais do que uma hora a ler, por exemplo, os textos do Capital ? E a reflectir sobre eles ?

De certa maneira, no plano prático da política, quase importa mais a crítica daquilo que as pessoas vivas têm na cabeça, quando falam de Marx, do que aquilo que ele realmente queria dizer.

Uma experiência interessante consistiu na leitura de versões preliminares do livro por jovens ligados a profissões tecnológicas ou actividades criativas e com opções

ideológicas diversas; destacamos, por ser significativo, o comentário surgido várias vezes em que se considerava interessante equacionar a emergência do Digitalismo mas não se entendia a utilidade de, ao mesmo tempo, abordar a necessidade de reajustar o paradigma marxista ou sequer de utilizar o marxismo como referência.

Este tipo de comentários reforçou a nossa convicção de que, fossem quais fossem as intenções de Marx o que realmente conta é analisar aquilo que os trabalhadores de hoje conseguiram captar das suas ideias e tentar reajustá-lo caso isso se justifique [2].

Por tudo isto muitas discussões sobre fidelidade ao marxismo, sobre pureza teórica, são completamente absurdas.

Na preparação deste livro não se concretizou o famoso ditado “em casa de ferreiro, espeto de pau”. Na verdade grandes porções do texto foram sendo publicadas e discutidas na Internet, no fórum do www.dotecome.com. Agradecemos a todos os que participaram nessas discussões.

Também agradecemos a Jorge Nascimento Rodrigues que nos autorizou a publicação dos textos incluídos no anexo 4.

Assim de alguma forma pode dizer-se que a tecnologia, de que tanto aqui falaremos, deu um importante contributo para este resultado. Importa portanto agradecer a todos aqueles que via Internet foram lendo e criticando o texto à medida que ele foi sendo produzido.

Terminamos esta introdução com uma síntese das principais teses que o livro defende:

a) o desenvolvimento da tecnologia está a criar condições para a emergência de um novo modo de produção, o Digitalismo, baseado na representação digital da informação e nas comunicações à escala mundial

b) um dos aspectos mais importantes dessa emergência é a modificação do trabalho: automatização do trabalho repetitivo (quer manual quer intelectual), preponderância do trabalho como manipulação de informação pelo conhecimento em vez de manipulação de materiais pela ferramenta

c) outro aspecto, consequência em grande parte do anterior, é a degradação do assalariamento, a relação de produção base do Capitalismo

d) a emergência de um novo modo de produção não significa necessariamente o fim da exploração; há já indícios de velhos senhores do Capitalismo e novos senhores emergentes a tomarem posições para controlar os novos meios de produção e o novo trabalho

e) cabe aos partidos progressistas analisar e compreender a emergência da nova “formação económica e social” [1], com novas “relações de produção” [1] a partir de um novo “modo de produção” [1] e de uma nova “base material” [1], para tentar condicioná-

los

f) cada vez mais o valor das mercadorias se baseia, não no tempo de trabalho, mas no conhecimento nelas incorporado pelo trabalho

g) à luz desse facto, a Teoria Marxista do Valor [1] baseado no tempo de trabalho, e que se aplicava bem ao modo de produção capitalista na sua “pureza” inicial, deve ser reavaliada

h) há cada vez mais trabalhadores cujo modo de trabalho não se identifica com os modelos marxistas de salário [1] e valor baseados no preço dos meios de subsistência [1] e no tempo de trabalho, e que portanto não sentem que o projecto Comunista lhes diga respeito.

i) portanto, sem o reajustamento do paradigma marxista será muito difícil ganhar essas vastas camadas de trabalhadores para a transformação progressista da sociedade.

1.2 Reajustar o paradigma marxista

O nosso objectivo é demonstrar a necessidade de reajustar o paradigma marxista e dar contributos nesse sentido.

Partimos do princípio de que o desenvolvimento da tecnologia está a criar condições para a emergência de um novo modo de produção [1] já não baseado no assalariamento, sendo previsível para breve o surgimento de um novo conjunto de relações de produção [1] e depois a sua rápida generalização tal como aconteceu com o assalariamento no século XIX.

Tudo leva a crer que a luta dos que se reclamam progressistas será travada a partir desse novo modo de produção (o Digitalismo) e que os instrumentos teóricos tradicionais terão que ser ajustados para se manterem adequados nessa nova fase.

Se se mantiver a actual esquizofrenia política que, por "fidelidade" ao paradigma marxista, insiste em lutar nos moldes tradicionais contra um adversário (o Capitalismo) que em grande medida já é outro, então as perspectivas são sombrias.

Se tomarmos como válida a hipótese de que, por acção dos impressionantes desenvolvimentos científicos e tecnológicos, nos encontramos em transição do capitalismo para um novo modo de produção, então coloca-se a questão de perceber de que modo isso afecta o paradigma marxista.

Tomamos como orientação as teses defendidas por Thomas Khun acerca de como se

criam e substituem os paradigmas (The Structure of Scientific Revolutions, The University of Chicago Press, 1962):

“A descoberta começa com a consciência da anomalia, isto é, com o reconhecimento de que a natureza de alguma forma violou as expectativas induzidas pelo paradigma que governa a ciência normal. Continua então com uma exploração mais ou menos vasta da área da anomalia. E só se conclui quando a teoria do paradigma for ajustada de modo a que o anómalo passe a ser expectável. Assimilar um novo tipo de factos requer ajustes mais do que incrementais da teoria, e até que tais ajustes se tenham completado – até que o cientista tenha aprendido a ver a natureza de modo diferente – os novos factos não podem de forma alguma ser considerados científicos.(trad. do autor, pp. 52) ”

Propomo-nos portanto identificar os traços da sociedade actual que não foram previstos, e não são explicados, pela teoria marxista. O objectivo, podemos enunciá-lo desde já, é proceder aos ajustamentos da teoria que permitam, assimilando a realidade actual, devolver-lhe a qualidade de instrumento para a acção.

Dada a extensão da obra de Marx é importante concentrar os esforços no seu núcleo.

Assim a reavaliação da teoria do valor [1] baseado no tempo de trabalho e as suas implicações na definição e determinação do conceito de mais-valia absorverão o grosso das atenções.

É notável que Marx tenha, já em 1858, intuído muitas das perplexidades actuais como se

pode verificar nestes excertos dos Grundrisse (Ed. Penguin Books, 1993):

«Mas à medida que a grande indústria se desenvolve, a criação da riqueza real torna-se menos dependente do tempo de trabalho e do quantum de trabalho utilizado e mais do poder dos meios que são colocados em movimento durante o tempo de trabalho, cuja “poderosa eficácia” por sua vez não está em proporção ao tempo de trabalho directo gasto na sua produção mas depende principalmente do estado geral da ciência e do progresso da tecnologia ou da aplicação desta ciência à produção».

....

«A partir do momento em que o trabalho na sua forma directa tenha cessado de ser a grande fonte de riqueza, o tempo de trabalho deixa e deve deixar de ser a sua medida e portanto o valor de troca deve deixar de ser a medida do valor de uso. ». (trad. Do autor, Grundrisse, pp. 704/705).

Não é por acaso que este tópico do capítulo “The chapter on Capital” se denomina “Contradição entre o fundamento da produção burguesa (valor como medida) e o seu desenvolvimento. Máquinas, etc.”. Claramente subjacente está o entendimento de que o valor (baseado no tempo de trabalho) acabará por entrar em conflito com o desenvolvimento das forças produtivas, da produtividade pela automatização, inerente ao próprio capitalismo.

Estes excertos, bem como muitas outras teses avançadas neste capítulo dos Grundrisse, foram em geral negligenciados pelos teóricos e pelos movimentos marxistas. Tal deve-se,

com toda a probabilidade, ao facto de as teses sobre o esbatimento da importância do valor baseado no tempo de trabalho terem sido associadas ao surgimento da sociedade comunista e portanto a uma época futura em que os objectivos da luta de classes teriam já sido atingidos. Não tendo assim um interesse imediato para a acção, não foram objecto de estudo e nem sequer de atenção.

Se se continuar a acreditar, sem qualquer base teórica ou fundamento, que ao fim do Capitalismo corresponderá necessariamente o advento do Comunismo [3], será quase impossível aceitar ver indícios de que a formação do valor possa ser feita de outro modo, quando essa fase final ainda não foi atingida. Se for admitida a hipótese da passagem a um modo de produção que não sendo já Capitalismo também não seja o Comunismo então estas questões terão de merecer um outro tipo de análise, ou seja, terá de ser considerada a hipótese de o valor deixar de radicar no tempo de trabalho, já durante o Digitalismo.

A teoria marxista do valor tem limitações que, embora se possam considerar normais à luz das condições impostas pelo tempo histórico em que Marx desenvolveu o seu trabalho, não permitem enquadrar um certo número de situações económicas e laborais dos nossos dias.

Regressando a Kuhn, tais situações terão que ser entendidas como “anómalas” no âmbito do paradigma marxista.

Passamos a listar, sem pretensões de que a lista esteja completa, os fenómenos da

sociedade actual que não foram contemplados na teorização marxista:

1. Formas de trabalho em que o resultado não tem relação directa, em quantidade ou em qualidade, com a sua duração (por ex. a concepção e o desenho, a criação das mensagens publicitárias para o mercado)
2. Tipos de trabalho em que os resultados continuam a produzir efeitos muito para além do momento em que o trabalho cessou (por ex. uma composição ou interpretação musical para gravação em disco)
3. Crescente importância do trabalho executado a montante e a jusante da produção propriamente dita (estudos de mercado, concepção, desenho, engenharia de produção, promoção do produto, comercialização e distribuição)
4. Peso cada vez maior do trabalho como factor fixo de produção, que não varia com a quantidade produzida (por ex. os citados em 1 e 2)
5. Preponderância do trabalho como manipulação da informação e do conhecimento, em vez da manipulação de materiais (ver no capítulo “A linguagem dos números” dados sobre a distribuição da população activa por profissões onde se pode constatar que a maioria dos assalariados se encontra hoje nas profissões administrativas, comerciais e de serviços)

6. Automatização em larga escala, sob várias formas, quer do trabalho manual quer do trabalho intelectual (em virtude da introdução maciça de equipamentos informáticos em todas as esferas da produção bem como de uma miríade de dispositivos como cartões de crédito, centrais telefónicas com atendimento automático, e muitos outros).

7. Influência crescente da ciência e da técnica no processo produtivo que não se resume à “objectivação” nas máquinas e equipamentos (tradicionalmente o “capital constante”, a maquinaria industrial, era considerado a face visível da ciência e da técnica na produção, hoje o factor chave na maior parte dos sectores é o conhecimento aplicado pelos trabalhadores no acto da “produção”).

8. Generalização das formas precárias, indirectas ou descaracterizadas do assalariamento (ver números no capítulo “A linguagem dos números – o caso português”)

9. Número cada vez maior de mercadorias intangíveis que podem ser repetidamente consumidas pois o consumo não as destrói (por ex. transmissões televisivas de espectáculos, descarregamento de programas a partir da Internet)

10. Massificação de mercadorias que embora se apresentem num suporte material são intangíveis e em que o consumidor só adquire o direito de uso e não a propriedade (por ex. os vídeos ou DVD’s contendo filmes)

11. Desmaterialização de mercadorias em larga escala (ver exemplos do ponto 9)
12. Excesso de mercadorias relativamente à capacidade de aquisição, em permanência e não apenas durante as “crises”
13. Procura e consumo de mercadorias cada vez mais baseado nas preferências e não nas necessidades
14. Desconhecimento por parte dos consumidores da maior parte dos processos de fabrico e dos tempos de produção das mercadorias
15. Concorrência intensa e acelerada pelos media, quer entre empresas do mesmo sector quer de sectores diferentes, quer operando na mesma região ou dos antípodas (nomeadamente o comércio via Internet)
16. Deslocação das atenções dos agentes económicos, dos responsáveis das empresas, para o problema do escoamento dos produtos em detrimento dos problemas da produção
17. Afirmção crescente do carácter estratégico dos meios de produção ligados ao tratamento da informação (redes de difusão de televisão e rádio, redes de comunicações, grandes bases de dados, etc) em detrimento dos meios de produção próprios das indústrias tradicionais, projectando a sua influência sobre o sistema educativo e a comunicação de massas [4].

18. Desenvolvimento explosivo dos serviços financeiros e dos mercados de capitais que levaram ao surgimento de mercadorias intangíveis altamente baseadas em conhecimento. Todos os dias são compradas e vendidas quantidades gigantescas destas mercadorias e milhões de pessoas em todo o mundo transaccionam expectativas de mais-valias apenas com base no conhecimento [5].

A reavaliação do paradigma marxista à luz destas e de outras anomalias tem que ser feita, quer venha ou não a confirmar-se a nossa hipótese de que essas situações são sintomas do dealbar de um novo Modo de Produção.

1.3 Os patrões desiludidos com Marx

Com o intuito de compreender a forma como na sociedade actual são interpretadas as teorias marxistas aceitemos, como mero exercício, que alguns cidadãos tinham tomado a decisão de se tornarem empresários depois de ler Marx. Tinham tomado essa decisão em consequência das caracterizações e explicações dadas por Marx com respeito ao modo de produção capitalista.

Essas pessoas estariam hoje profundamente desiludidas. As suas expectativas ter-se-iam mostrado irrealistas e o tipo de vantagens e problemas que teriam encontrado na sua experiência como patrões pouco teria tido a ver com aquilo que leram nos livros marxistas.

Vejamos porquê:

a) Procuraram incessantemente o lucro como a lógica do Capitalismo impõe. Para isso, em termos marxistas, parecia bastante assalariar trabalhadores e, através da exploração da mais-valia por eles gerada, arrecadar o diferencial resultante entre venda dos produtos e os custos de produção.

O que aconteceu, na prática, é que os produtos produzidos não encontraram comprador.

Por isso não se conseguiu recuperar nem os salários pagos aos trabalhadores assalariados nem os outros custos de produção e em vez de lucro verificou-se um prejuízo.

b) Contavam pagar aos trabalhadores, como parecia indicar Marx, “salários correspondentes ao valor total dos meios de subsistência para os manter a eles e às suas famílias por um determinado período de tempo”. Em vez disso, para contratar bons vendedores ou bons técnicos de informática por exemplo, foi preciso pagar elevados salários e outras benesses como carros de serviço, telemóveis e computadores portáteis.

c) Para evitar a falência da empresa foi necessário tomar uma série de medidas onerosas que incluíram acções de “marketing”, criação de um departamento de assistência pós-venda e de um departamento de design. Tais coisas nunca tinham sido mencionadas por Marx.

d) O plano de recuperação envolveu a adopção de algumas ferramentas de “software” para otimizar os processos administrativos e produtivos o que revelou que afinal uma parte dos trabalhadores era dispensável. Embora Marx ensine que o trabalho humano é a única fonte de valor parecia, paradoxalmente, que quanto menos trabalhadores eram empregues mais lucro se tinha.

e) Quando pensavam que o principal problema seria a luta reivindicativa dos trabalhadores, a quem se estava a subtrair a mais-valia, afinal a maior ameaça veio dos concorrentes da Austrália que começaram a roubar os clientes através da Internet.

Esta caricatura serve para mostrar a importância dos problemas realmente sentidos pelos agentes económicos em contraposição às teorias que nós possamos usar nas nossas conjecturas políticas. O Capitalismo não existe enquanto entidade consciente de si, o que realmente existe são milhões de empresas e trabalhadores que vão transformando o

sistema ao reagir aos problemas que realmente enfrentam (em “O Capital” Marx usa a expressão “modo de produção capitalista” e nunca o termo Capitalismo).

Serve igualmente para ilustrar como, vistos no contexto das empresas capitalistas de hoje, se mostram datados muitos dos ensinamentos de Marx.

É absolutamente crucial que a teoria do valor [1] e os conceitos de mais-valia [1] e de taxa de exploração [1], por exemplo, sejam claramente visualizáveis pelos trabalhadores no dia a dia das suas empresas.

Não é possível ganhar os trabalhadores para a transformação social explicando-lhes o mundo e a sociedade através de conceitos que só são coerentes num “mundo teórico” e portanto oferecendo-lhes modelos desligados da vida real.

Porque é que isso acontece ?

Em nossa opinião isso deve-se ao facto de o Capitalismo estar na sua fase de “decomposição” e mostrar já muitos afloramentos daquele que será o seu sucessor, o Digitalismo.

Não devemos esquecer que Marx produziu a sua genial obra numa fase inicial da maturidade do capitalismo, fundamentalmente na segunda metade do século XIX. Nessa época, em alguns pontos da Europa, ainda nem sequer tinha desabrochado a revolução industrial .

A teoria marxista está impregnada de uma visão em que, com excepção dos períodos de crise, a procura de bens materiais excedia em muito a oferta e em que, por essa razão, a questão do escoamento da produção parecia ser questão menor.

Os bens produzidos e trocados eram essencialmente os bens materiais não tendo qualquer relevância o comércio dos bens intangíveis que invadiram a sociedade actual.

O trabalho que se conhecia na época de Marx era basicamente o trabalho mecânico e o consumo generalizado consistia quase só em produtos essenciais.

Os media não tinham influencia significativa no moldar dos hábitos de consumo e também não se tinha verificado ainda a globalização da concorrência que hoje leva cada empresa a competir pela bolsa finita dos consumidores não só com as suas congéneres mas com todas as outras empresas, mesmo que situadas a milhares de quilómetros de distância.

Marx analisou correctamente o Capitalismo no seu estado “puro” mas não tratou, nem podia tratar, do capitalismo em “decomposição” que está perante os nossos olhos já transfigurado por afloramentos do Digitalismo.

A globalização dos mercados conduziu a uma luta incessante de cada empresa por “um lugar ao Sol”.

A produtividade das tecnologias actuais provoca superabundância crescente da enorme diversidade de mercadorias tangíveis e intangíveis, inimagináveis no tempo em que Marx viveu, o que obriga a lutar desesperadamente no mercado para encontrar um comprador.

O sistema tem procurado encontrar soluções para alargar o mercado, quer a nível interno quer a nível externo, como por exemplo:

- o sobre-endividamento das famílias, induzido pelo sistema financeiro
- o Orçamento do Estado em que através dos impostos se subtrai aos cidadãos meios que podiam ser objecto de poupança e que são relançados no circuito económico (quando existem deficits está-se inclusivamente a lançar no circuito impostos futuros)

Ao nível das empresas as tentativas de sobrevivência têm incidido em três direcções:

- a deslocalização da produção para economias de capitalismo incipiente
- a automatização, para obter ganhos de produtividade
- o recurso ao trabalho não-repetitivo, para diferenciação com base em conhecimento (por ex. design, marketing, etc)

Idealmente estas medidas deviam complementar-se, ou seja, a deslocalização e a automatização deveria libertar trabalhadores do trabalho repetitivo para poderem dedicar-se a tarefas com elevada incorporação de conhecimento. Tal não tem acontecido porque dificilmente esses trabalhadores são rapidamente integráveis nos novos processos (questão não só de formação mas de cultura e prática)

O que acontece, na medida em que estamos ainda na transição do Capitalismo para o Digitalismo, é que o processo em vez de harmonioso é ainda conflitual e explica a maior parte das perplexidades da nossa época.

Toda a turbulência social, económica e laboral deriva assim da crescente dificuldade que as empresas nascidas no Capitalismo encontram em ganhar dinheiro pela exploração pura e simples dos assalariados nos moldes tradicionais.

Ou seja, o modo de produção capitalista está a deixar de atingir os seus objectivos.

1.4 A linguagem dos números – o caso português

Tomemos, como ilustração, os números do INE (Estatísticas de Emprego) relativos ao quarto trimestre de 2002 em Portugal.

Quadro 1.1 – Origem dos rendimentos

| INE - Estatísticas de Emprego Quarto Trimestre de 2002 | Origem do Rendimento (milhares) | | | | % da Pop. |
|---|---------------------------------|----------------|----------------|----------|-----------|
| | Empresas | Estado | Família | Total | > 15 anos |
| População total | | | | 10.411,4 | |
| População com mais de 15 anos | | | | 8.749,2 | |
| População activa | | | | 5.388,9 | 61,6% |
| Cidadãos com rendimentos próprios | | | | 6.969,3 | |
| Assalariados | | | | 3.719,4 | 42,5% |
| Nas empresas | | | | 3.003,0 | 34,3% |
| Contratos sem termo | 2.236,8 | | | 2.236,8 | 25,6% |
| Contratos com termo | 766,2 | | | 766,2 | 8,8% |
| Administração Pública- Recens. 1999 | | 716,4 | | 716,4 | 8,2% |
| Outros activos | | | | 1.669,5 | 19,1% |
| Trab. por conta própria - isolado | 920,4 | | | 920,4 | 10,5% |
| Trab. por conta própria - empregador | 303,9 | | | 303,9 | 3,5% |
| Trab. no seio da família | | | 113,4 | 113,4 | 1,3% |
| Desempregados | | 331,8 | | 331,8 | 3,8% |
| Inactivos com rendimentos | | | | 1.580,4 | 18,1% |
| Reformados | | 1.580,4 | | 1.580,4 | 18,1% |
| Cidadãos sem rendimentos próprios | | | | 3.442,1 | |
| Estudantes | | | 1.723,9 | 1.723,9 | |
| Domésticas | | | 643,8 | 643,8 | |
| Outros inactivos | | | 1.074,4 | 1.074,4 | |
| TOTAL | 4.227,3 | 2.628,6 | 3.555,5 | | |

Todos os que em Portugal se orientam pelo paradigma marxista, não podem cometer o erro de ignorar um conjunto de “anomalias” que ocorrem no domínio da composição da sociedade actual no nosso país.

Como se pode constatar quando analisamos a população com mais de 15 anos, ou seja, aqueles que de modo geral são os destinatários da acção política:

1. As empresas, o sector capitalista da sociedade, dão emprego assalariado apenas a cerca 3 milhões de pessoas, apenas 34,3 % da população com mais de 15 anos.
2. Desses assalariados só 2.236.800 têm uma situação estável, contrato sem termo, o que corresponde a 25,6 % da população com mais de 15 anos.
3. Estes números pecam provavelmente por excesso já que é comum nas pequenas empresas (em 1999 havia 193.001 empresas com menos de 10 empregados nos Quadros de Pessoal do Ministério do Trabalho e Segurança Social) os sócios proprietários ocuparem funções assalariadas como directores gerais, directores técnicos, etc. Estes situações não correspondem obviamente a casos típicos de trabalhadores assalariados.
4. Por outro lado constata-se que 2.628.600 cidadãos obtêm os seus rendimentos do Estado o que corresponde a 30 % da população com mais de 15 anos.
5. A População Activa corresponde apenas a 61,6 % da população com mais de 15 anos o que resulta em grande medida das ineficiências do sistema escolar e das políticas de reforma antecipada que mascaram formas de desemprego.

Consideramos estes números um claro sintoma da decadência do assalariamento enquanto expressão do modo de produção capitalista.

O assalariamento capitalista é a forma de subordinar a força de trabalho ao ciclo D-M-D' [1] em que o capitalista chega ao fim do ciclo com $D' > D$, ou seja com mais dinheiro no fim do ciclo do que no princípio.

O trabalho na Administração Pública, e em geral o rendimento obtido do Estado, não se enquadra nesta definição pois não tem como objectivo a obtenção de lucro, nem sequer a recuperação do investimento. Na realidade o sector público paga o emprego que cria, no essencial, com verbas que são retiradas aos salários dos trabalhadores por conta de outrem, através do sistema fiscal.

Os trabalhadores por conta de outrem garantem uma parte muito substancial das receitas do Estado que, para além de pagar os salários dos seus funcionários também faz regressar essas verbas às empresas através das aquisições de bens e serviços.

O Estado funciona assim como um dispositivo para, recuperando uma parte substancial dos salários pagos pelo sector privado, assegurar empregos que este não consegue criar e garantir que uma parte dos salários em vez de se converter em poupança volta a entrar no circuito económico.

Numa sociedade em que o assalariamento cresce principalmente na Administração pública ou tem cada vez mais um carácter precário (contratos a prazo, "a recibo verde" e contratos de trabalho temporário) fragiliza-se o "contrato social" tácito em que se baseia o capitalismo.

Vejamos como evoluiu a situação desde 1979 com base em números do INE constantes do Volume II de “A Situação Social em Portugal 1960-1999” e das “Estatísticas de Emprego” do quarto trimestre de 2002:

Quadro 1.2 – Evolução da origem dos rendimentos

| Origem do rendimento | 1979 | 1983 | 1991 | 1996 | 2002 |
|--------------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| Rendimentos obtidos do Estado | | | | | |
| Trab. Administração Pública (*) | 372.086 | 420.304 | 509.732 | 599.674 | 716.400 |
| Pensionistas de velhice | 1.005.624 | 1.118.968 | 1.353.066 | 1.461.402 | 1.580.400 |
| Desempregados | 164.600 | 365.700 | 207.500 | 343.900 | 331.800 |
| Total | 1.542.310 | 1.904.972 | 2.070.298 | 2.404.976 | 2.628.600 |
| Rendimentos obtidos nas empresas | | | | | |
| Assalariamento total | 2.134.814 | 2.561.396 | 2.845.968 | 2.547.926 | 3.019.400 |
| Assalariamento - contratos sem termo | nd | 2.046.796 | 2.288.468 | 2.151.326 | 2.236.800 |

() O número apresentado no ano 2002 corresponde aos efectivos do Recenseamento realizado em 1999, o último disponível.*

Constata-se que:

1. Mesmo considerando só os pensionistas por velhice (há também as pensões por sobrevivência e por doença) temos desde 1996 um número de cidadãos cujos rendimentos têm origem no Estado superior ao número de cidadãos que auferem os seus rendimentos de contratos estáveis de assalariamento em empresas
2. Desde 1983 o número de cidadãos que obtém os seus rendimentos do Estado tem crescido mais rapidamente (37,9 %) do que o número de trabalhadores por conta de outrem em geral (24,7 %), trabalhadores por conta de outrem em empresas (17,9 %) e trabalhadores por conta de outrem em empresas com contratos estáveis

(9,2 %). Qualquer pessoa percebe que esta tendência não é sustentável por muito mais tempo.

Para a legitimação da injustiça capitalista foi sempre usado o pretexto de que era o preço a pagar para que os capitalistas assegurassem os meios de subsistência do povo, ora não é isso que está a acontecer.

Tudo isto traduz o desinteresse e a incapacidade do patronato para, nas actuais circunstâncias tecnológicas e sociais, arregimentar e explorar milhões de trabalhadores disponíveis. E isso põe justamente o sistema em questão.

Paradoxalmente são as organizações sindicais e políticas de esquerda que insistem no assalariamento não apenas como uma obrigação do patronato mas quase como se o assalariamento fosse algo de socialmente positivo.

Não apresentam qualquer perspectivação de resistência nem abordagem de fórmulas alternativas ao assalariamento que assim aparece ainda hoje, para a maior parte dos jovens, como um objectivo de vida.

Neste ponto os sindicatos não estão sozinhos, também a Estratégia Europeia para o Emprego e o Plano Nacional de Emprego, para os quais contribuiu a Presidência da União Europeia desempenhada por Portugal, parecem ignorar a contradição entre a “sociedade do conhecimento” e o trabalho assalariado [6]

E no entanto, já em 1865, dirigindo-se ao Conselho Geral da Primeira Internacional, Marx apresentava como objectivo essencial de luta a abolição do sistema de salários [7].

Analisemos agora a distribuição dos 3.004.761 trabalhadores assalariados constantes dos Quadros de Pessoal enviados ao Ministério do Trabalho e Segurança Social em 1999 e da “A Administração Pública em Números” de 1999 :

Quadro 1.2 – Distribuição dos assalariados por profissões

| Distribuição por profissões Quadros de pessoal das empresas - 1999 A Administração Pública em Números - 1999 | PESOS | | |
|--|---------|----------------|------------|
| | Num | Total do Grupo | % do Total |
| Número total de trabalhadores assalariados | | 3.004.761 | |
| Trab. da Admin. Pública – não operários | 681.031 | | |
| Dirigentes e quadros superiores de empresas | 63.357 | | |
| Especialistas das profissões intelectuais e científicas | 79.707 | | |
| Técnicos e profissionais de nível intermédio | 213.341 | | |
| Pessoal administrativo e similares | 338.134 | | |
| Pessoal dos serviços e vendedores | 296.558 | | |
| Condutores de Veículos e Embarcações | 110.208 | | |
| Trabalhadores não qualificados dos serviços | 167.251 | 1.949.587 | 64,9 % |
| Trab. da Admin. Pública – operários | 35.387 | | |
| Operários, artífices e similares | 543.386 | | |
| Operadores de instalações e máquinas, montagem | 144.623 | | |
| Trabalhadores não qualificados da industria | 155.869 | 879.265 | 29,3 % |
| Agricultores e trab. qualificados da agricultura e pescas | 37.923 | 37.923 | 1,3 % |
| Profissão não atribuída | 137.986 | 137.986 | 4,6 % |

Constata-se que:

1. Só 29,3 % dos assalariados em empresas ou na Administração Pública, são operários ou têm uma actividade similar.

2. Cerca de 1.949.587 cidadãos têm profissões em que se procede ao tratamento de informação e não à transformação de materiais. Correspondem já a 64,9 % dos assalariados nas empresas ou na Administração Pública.

Estes números, permitem concluir que, ao contrário das previsões que se faziam no século XIX, existe um número muito elevado de trabalhadores “não-operários” que provavelmente não se sentirão "retratados" na análise marxista ou, pelo menos, na prática dos partidos marxistas.

Estes trabalhadores, a que se deve juntar um número crescente de operários que lidam com equipamentos complexos, funcionam num ambiente onde cada vez conta menos o tempo de trabalho e cada vez conta mais o conhecimento que injectam nas tarefas realizadas.

Por outro lado a concepção tradicional da luta de classes é de certa forma posta em causa por situações como:

1. Cada vez mais trabalhadores assalariados estão perante um patrão que é um representante do Governo eleito e não um empresário privado
2. Segundo a APETT, Associação Portuguesa de Empresas de Trabalho Temporário, 1,5 % da população activa empregado actua no quadro de contratos de trabalho temporário (DN 14 de Abril 2003). Tal significa que um número substancial de trabalhadores trabalha por “aluguer” em empresas com quem não tem nenhum vínculo contratual. As 380 empresas “alugadoras” de mão-de-obra facturam anualmente 500 milhões de euros.

3. Das 234.850 empresas que enviaram Quadros de Pessoal ao Ministério do Trabalho e Segurança Social em 1999, 193.001 têm até 9 empregados. Isto significa que para muitos trabalhadores assalariados são muito limitadas as possibilidades de organização sindical e de reivindicação laboral dada a reduzida dimensão das unidades em que laboram.

Na constatação de todas estas “anomalias” deve assentar a principal motivação para o reajustamento do paradigma marxista e para uma revisão profunda dos pressupostos em que se tem fundamentado a acção sindical e política.

Sem esse reajustamento muito dificilmente será possível ganhar as vastas camadas de “trabalhadores do conhecimento” para a transformação progressista da sociedade.

A teoria do valor de Marx, e portanto o valor fundamentado no tempo de trabalho, insere-se na definição por Marx do sistema capitalista. Faz todo o sentido que um modo de produção que paga o trabalho na base do tempo considere o tempo como a base do valor.

Não é crível que Marx pretendesse com isso definir uma tese fora da História (se é que tal é próprio de um marxista) mas sim caracterizar o Capitalismo. Os textos dos Grundrisse anteriormente citados mostram que Marx antevia o fim do valor baseado no tempo de trabalho.

Como veremos mais adiante, a nossa tese defende que no modo de produção emergente, o Digitalismo, o valor baseia-se não no tempo de trabalho mas no "conhecimento incorporado" através do trabalho.

Quando afirmamos isto não estamos a contradizer Marx mas sim a fazer uma extensão da sua teoria do valor para um novo contexto.

Vamos mesmo mais longe, estamos a ir ao encontro do que Marx entendia como objectivo maior dos trabalhadores: acabar com o trabalho assalariado.

Sem se superar a teoria do valor baseada no tempo de trabalho é impossível superar o princípio do assalariamento e visualizar a sua substituição por uma relação de produção de novo tipo.

2. Um novo Modo de Produção

2.1 Digitalismo ou Comunismo – na ordem do dia

Antes de prosseguir, e para evitar equívocos esclarecemos o sentido em que usamos estes dois termos.

Por Comunismo entendemos uma fase da evolução social em que tenha sido abolida a exploração do homem pelo homem, ou seja, em que se realize de alguma forma a utopia entrevista por Marx e Engels no seu Manifesto: “em vez da velha sociedade burguesa com as suas classes e antagonismos teremos uma associação na qual o livre desenvolvimento de cada um é condição para o livre desenvolvimento de todos”. Uma fase em que ninguém será impedido de usufruir dos bens da sociedade mas em que a ninguém será permitido subjugar o trabalho alheio e apropriar-se dos seus resultados. Uma sociedade em que cada um possa receber de acordo com as suas necessidades e tenha a obrigação de contribuir segundo as suas capacidades. Consideramos esta utopia como uma referência e é nela que pensamos ao utilizar o termo Comunismo que não tem assim rigorosamente nada a ver com as situações históricas que se viveram no chamado “Bloco de Leste”.

Decidimos chamar Digitalismo ao modo de produção [1] que, segundo a nossa hipótese se encontra neste momento em plena construção e em vias de substituir o Capitalismo.

Esse novo modo de produção cuja base material compreende as redes de comunicação de dados, a rádio e televisão difundidas pelo espectro radioelétrico ou por cabo, todo o tipo de autómatos desde os micro-chips aos super-computadores, os softwares aplicativos, as bases de dados e os sistemas operativos, e todas as tecnologias conexas que com eles activamente interagem e deles cada vez mais dependem, realiza-se pela captura, armazenamento, tratamento e difusão da informação necessária à produção de conhecimento.

Estas tecnologias, na sua maior parte, nasceram sob patrocínio e controle de entidades públicas, quantas vezes fortemente subsidiadas pelos governos (logo pelos cidadãos) e só nos anos mais recentes, num processo a que se convencionou chamar “desregulamentação”, foram sendo entregues aos interesses privados com o pretexto de que os Estados não têm vocação empresarial.

No caso português a hipótese de alienação de um dos canais da RTP, da Rede Eléctrica Nacional ou da Rede Telefónica Fixa, são só alguns exemplos de transferência do controlo destes poderosos meios de produção para as mãos de interesses privados.

A emergência do Digitalismo não significa o desaparecimento da grande indústria gerada pelo Capitalismo tal como este não fez desaparecer as sociedades agrícolas; o que acontecerá, como aconteceu no passado, é que a indústria sofrerá grandes modificações. Tal como o Capitalismo transformou e industrializou a agricultura, o Digitalismo está a transformar a grande indústria pela injeção em larga escala de sistemas de informação.

Para que se consolide o processo de transição do Capitalismo para o Digitalismo falta, no essencial, forjar novas relações de produção adequadas à poderosíssima base material acima descrita. Como explicou Marx, as relações de produção acompanham o desenvolvimento da base material; a desadequação do assalariamento na actual fase do desenvolvimento da tecnologia constitui precisamente uma contradição fundamental que conduzirá ao fim do Capitalismo.

Tal não significa porém que as novas relações de produção em vias de ser forjadas se caracterizem pela ausência de exploração ou que, ao implantar-se, eliminem os parasitismos de uns grupos sociais à custa de outros.

Aqui reside a questão crucial: está aberta uma janela de oportunidade de transição para o Comunismo mas, se tal não for eficazmente realizado e em tempo, essa janela pode vir a fechar-se por dezenas e dezenas de anos, enquanto o Digitalismo amadurece e, por sua vez, se decompõe e morre.

Por outras palavras, Digitalismo poderá vir a ser uma via para o Comunismo ou então revelar-se um lamentável sucessor dos sistemas injustos e absurdos que o antecederam.

Esta luta para estabelecer relações de produção isentas de injustiça vai ser travada em condições de desvantagem. Os partidos revolucionários, bem como os Estados que se reclamam ou reclamavam do socialismo, não compreenderam o que estava em jogo e perderam a oportunidade de limitar a transferência dos meios de produção de ponta para as mãos dos interesses privados.

Deu-se a mesma importância à privatização das empresas de telecomunicações e das siderurgias; como se a sua influência estratégica fosse idêntica.

Pôs-se a ênfase na perda dos postos de trabalho ou na independência da informação (como no caso da RTP) mas não se percebeu que o que estava em jogo era muito mais profundo e de consequências muito mais graves; o nascimento de um novo modo de produção, que não pode ser travado por maior que seja o voluntarismo político-sindical.

Por isso pode dizer-se que os interesses privados têm os trunfos neste jogo e que as hipóteses de conseguir impor relações de produção expurgadas da exploração estão em grande medida limitadas.

O nosso intuito é o de ajudar a desvendar os mecanismos económicos presentes na sociedade actual que forçam o desenvolvimento de uma nova abordagem política, no sentido mais estratégico do termo, que permita intervir com eficácia na fase de eclosão do novo modo de produção.

2.2 A “base material”, uma questão chave

Pela primeira vez na história os partidos e espíritos progressistas podem observar e condicionar a emergência de uma nova “formação económica e social” [1], com novas “relações de produção” [1] a partir de um novo “modo de produção” [1] e de uma nova “base material” [1].

Os termos são obviamente de Marx e é também a Marx que devemos esta nova possibilidade de olhar para as transformações sociais que nos rodeiam de forma consciente.

A “base material” consiste nos elementos materiais específicos que, numa determinada época, intervêm no processo de produção, os próprios homens e os instrumentos de produção de que dispõem, as realidades naturais sobre as quais essas forças produtivas se exercem e que entram no processo, bem como os modos em que estas forças e esses objectos materiais se combinam e agem no decurso do processo de produção.

Também é importante esclarecer que, para Marx, uma nova “formação económica e social” para começar a existir pressupõe a emergência de uma “base material” diferente daquela que vigorava na “formação” anterior.

Parece por tudo isto evidente a absoluta necessidade, para quem se propõe intervir na sociedade, de monitorar e avaliar em cada momento da sua acção política, o grau de desenvolvimento de uma nova “base material” que possa eventualmente estar a ocorrer.

Esta discussão é relevante não só para tomar decisões sobre a oportunidade das acções revolucionárias e o tipo de intervenções preferíveis para tentar influenciar o processo, mas também para explicar porque é que experiências revolucionárias, como as que ocorreram no Leste europeu, não tiveram sucesso. Em “Do Socialismo prematuro para o Socialismo do futuro” defendemos que tais experiências falharam porque se pretendia erigir uma nova “formação económica e social” sobre uma “base material” que era, no essencial, a do capitalismo atrasado (ver Anexo 1).

Uma outra consequência muito importante da correcta interpretação do conceito de “base material” quando compreendemos o seu carácter “espontâneo”, gradual e de longa duração, é a conclusão de que a transição de uma “base material” para outra não é algo que se possa conseguir com um “acto revolucionário” circunscrito no tempo, mas sim o resultado do jogo das forças sociais em presença exercendo-se durante decénios ou séculos sobre os desenvolvimentos científicos e tecnológicos de uma determinada época, num determinado contexto natural e ambiental.

Ganha assim novo sentido a ideia de acção revolucionária já não mais ligada à imagem insurreccional, mas sim como um labor da inteligência para, constantemente e por todos os modos, influenciar a gestação da nova “base material”, já que esta como um “ovo da

serpente” contém em si promessas mas também o perigo de novas formas de exploração e opressão. Como a história mostra, os “actos revolucionários” o que fazem é, na presença de novas realidades sociais e económicas adequar, por vezes recorrendo à violência, as superestruturas político-jurídicas.

Dito isto pareceria que as forças de esquerda, e em primeiro lugar os partidos que se intitulam revolucionários deveriam intervir, prioritariamente, nos domínios aonde a nova “base material” está a ser forjada.

E como as tecnologias da informação e comunicação têm o papel principal nessa emergência, deveriam ser os mais conhecedores e utilizadores das tecnologias. Porém, em vez disso, parecem querer fugir delas como entidades maléficas ao serviço da exploração [8].

Desta forma deixou-se em grande medida aos pensadores conservadores, ligados à consultoria e aos temas da gestão, o quase exclusivo de analisarem e preverem as transformações induzidas pela revolução tecnológica (no Anexo 4 figura um artigo de Jorge Nascimento Rodrigues, da JanelaNaWeb, que é um repositório bibliográfico e cronológico dos autores que se têm dedicado a estes temas).

Se podemos considerar absurdas as opiniões que dão um carácter automático no sentido do progresso às transformações tecnológicas, também teremos que considerar anti-marxistas opiniões que se recusam a pÙr sequer a hipótese de que o desenvolvimento tecnológico representa uma ameaça para o capitalismo. Faz parte inerente da dialéctica

marxista a ideia do desabrochar, dentro dos sistemas, das contradições que os irão pôr em causa.

Em vez de qualificar cada avanço científico e técnico como um “balão de oxigénio” para o capitalismo o que é preciso é tentar compreender em que medida esse avanço não criará condições para superar esse mesmo capitalismo e tentar influenciar no sentido de que tal superação, sendo embora a passagem a um nível superior, não constitua apesar disso um novo modo mais refinado de exploração e opressão.

O primeiro a cometer o erro de escamotear as condições prévias para o desabrochar de um novo modo de produção, com destaque para a “base material”, foi curiosamente o próprio Marx.

Em 1850 convenceu-se de que o capitalismo estava a chegar ao fim.

Eis como em 1895 Engels conta o sucedido na introdução a “As lutas de classes em França de 1848 a 1850”:

“A nós e a todos quantos pensávamos de modo semelhante a história não deu razão. Mostrou claramente que nessa altura o nível de desenvolvimento económico de modo algum estava amadurecido para a eliminação da produção capitalista. Demonstrou isto por meio da revolução económica que alastrava por todo o continente desde 1848 e fizera a grande indústria ganhar pela primeira vez foros de cidadania em França, na Áustria, na Hungria, na Polónia e ultimamente na Rússia, e, além disso, tornara a Alemanha num país industrial de primeira categoria. E tudo isto sobre fundamentos capitalistas que, em 1848, ainda tinham grande capacidade de expansão. Mas foi precisamente esta revolução

industrial que, pela primeira vez, por toda a parte, trouxe luz à relação entre as classes. Foi ela que eliminou uma quantidade de formas intermédias que provinham do período manufactureiro e, na Europa Oriental mesmo do artesanato corporativo, e que criou uma verdadeira burguesia e um verdadeiro proletariado da grande industria ao mesmo tempo que os fazia passar ao primeiro plano do desenvolvimento social”(Marx e Engels – Obras Escolhidas, Trad. Portuguesa, Edições Avante, 1982, Tomo I, pag. 195).

Agora vejamos como Marx formalizou no prefácio de “Para a crítica da Economia Política”, 1859, os ensinamentos retirados do erro cometido:

“ Uma formação social nunca decai antes de estarem desenvolvidas todas as suas forças produtivas para as quais é suficientemente ampla, e nunca surgem relações de produção novas e superiores antes de as condições materiais de existência das mesmas terem sido chocadas no seio da própria sociedade velha. Por isso a humanidade coloca sempre a si mesma apenas as tarefas que pode resolver, pois que, a uma consideração mais rigorosa, se achará sempre que a própria tarefa só aparece aonde já existem, ou pelo menos estão no processo de se formar, as condições materiais da sua resolução” (Marx e Engels, Obras Escolhidas, Trad. Portuguesa, Edições Avante, 1982, Tomo I, pag. 531).

Como é que partidos que se reclamam de Marx, perante o texto citado, podem deixar de se colocar e de sentir a responsabilidade de dar resposta às seguintes perguntas: já estão maduras as “condições materiais de existência” das “relações de produção novas e superiores” por que lutamos ? Para ser ainda mais claro: já é possível fundar uma

sociedade sustentável sobre uma relação que não seja o assalariamento capitalista ? como e com que “base material” ? com que sustentação prática ?

As forças de esquerda têm fugido desta questão “como o Diabo da cruz” mas é chegada a altura de estudar sem preconceitos a revolução tecnológica em curso.

A representação digital da informação teve, e continua a ter, um efeito brutal sobre todas as ciências e tecnologias. Este “ovo de Colombo” resultou não só nos computadores pessoais e nos CDs/DVDs, formas massificadas desta revolução, mas também revolucionou as telecomunicações, os media, a biologia, a astronáutica, para citar os mais evidentes, e virtualmente todas as ciências, quer as da natureza quer as sociais.

Vários tipos de automação, que explicaremos em capítulos posteriores, invadiram os campos, a fábrica, os escritórios, os hospitais, as escolas, ameaçando tornar dispensáveis muitas das intervenções humanas triviais e conservar apenas aquelas que tenham carácter não-repetitivo, criativo. Como veremos mais à frente está lançada, como nunca na história, uma enorme ameaça ao assalariamento, cerne e coração do capitalismo.

As forças que se consideram de esquerda, em vez de tentarem usar esta oportunidade para superar as formas caducas de exploração limitam-se a lutar pela “preservação dos postos de trabalho” esquecendo que estes postos de trabalho, e de exploração, ao serem preservados também preservam o capitalismo de que são a base.

Claro que tais lutas podem ter que ser conjunturalmente travadas pois os processos de mudança são de longa duração e entretanto as pessoas devem ser protegidas dos seus efeitos nefastos. Mas então é preciso saber-se porque é que se travam e nunca ocultar quais são as formas desejadas, mesmo que impossíveis para já, de superação do assalariamento. E também em que quadro tais superações se tornarão possíveis [9].

As tecnologias digitais encerram um enorme potencial de desenvolvimento humano, de superação da contradição entre trabalho manual e intelectual, de lançamento de formas muito superiores de democracia participativa, de apagamento do Estado (no sentido Marxista do termo [10]), de cooperação interpessoal e internacional, de superação da contradição entre o mercado e o plano, etc.

Podemos estar perante o embrião da “base material” do comunismo, com todas as suas promessas de abundância e desalienação, ou então no limiar de um mundo em que os detentores dos “meios de produção” essenciais (redes de comunicações, bases de dados, software, por ex.) arranjarão maneira de se apropriar de forma parasitária já não de uma parte do dia de cada trabalhador mas do trabalho criativo de milhões de cérebros humanos .

Um bom exemplo de como as grandes organizações transnacionais têm abordado estes aspectos é a admissão, pelo presidente da ORACLE em 1998, da possibilidade “de as patentes e a propriedade intelectual se tornarem componentes de maior valor para as

empresas do que a posse de terrenos, instalações e equipamentos” (em LOS ANGELES TIMES, 23 Fevereiro, 1998).

E curiosamente o economista liberal Lester C. Thurow afirmava em 1977: “A Revolução Industrial começou na Inglaterra com um movimento de delimitação das propriedades, que aboliu as terras baldias. O mundo carece agora de um movimento de delimitação socialmente aceite dos direitos de propriedade intelectual, sem o qual assistiremos a uma luta entre os poderosos para se tentarem apropriar de peças valiosas de propriedade intelectual, tal como os poderosos se apoderaram há 300 anos das terras comuns da Inglaterra” (citado por Dan Schiller, A Globalização e as novas tecnologias, Trad. Portuguesa, Ed. Presença, Lisboa, 2001, pag. 99).

No Capítulo “Linhas de superação do Capitalismo” é apresentado um cenário para o Digitalismo que exemplifica uma hipótese de funcionamento de relações de produção já não baseadas no assalariamento.

2.3 O Digitalismo não é só mais um paradigma técnico-económico

As novas tecnologias perturbam e, muitas vezes, substituem as antigas.

Esta verdade aparentemente universal, que consiste na interação entre o surgimento de novas tecnologias e as mudanças nos padrões económicos e sociais, pode ser compreendida, de acordo com Kondratiev [11] e Schumpeter [11], como um processo de destruição criativa.

Segundo estas teorias os ciclos de longa duração no comportamento da economia mundial são o resultado da resistência oferecida pelo subsistema sócio-institucional às transformações necessárias para adaptação às mudanças forçadas pela revolução tecnológica.

O impacto sente-se não apenas na substituição (destruição) das velhas tecnologias, mas nas oportunidades que trazem a novas empresas e nas dificuldades que criam a empresas existentes.

No entanto, também é verdade que nem todos os avanços tecnológicos conseguem alterar significativamente as condições económicas e sociais sendo, numa perspectiva macroeconómica, bastante moderados nos seus efeitos. Esta relação entre as novas tecnologias e a evolução das condições económicas pode ser vista através do chamado paradigma técnico-económico (Christopher Freeman [12], Francisco Louçã [12], Carlota Perez [12]) ou do “modo de desenvolvimento” na terminologia de Manuel Castells [13].

Um paradigma técnico-económico consiste num padrão de desenvolvimento que engloba um conjunto estável de tecnologias nucleares (que produzem um forte impacto na economia e na sociedade) à volta das quais se processa a inovação e a actividade económica.

O facto de as tecnologias nucleares quase não se alterarem durante algum tempo, não quer dizer que não exista progresso económico ou tecnológico. Pelo contrario, são as tecnologias nucleares que definem o conhecimento e os incentivos para que haja inovação e actividade económica.

Neste sentido, a inovação ocorre à medida que as tecnologias nucleares se tornam cada vez mais difundidas e influenciam domínios cada vez mais vastos da produção e distribuição.

E quando ocorre um avanço tecnológico de tão grande impacto, que perturbe as tecnologias nucleares existentes e as formas dominantes de organização económica, surge um novo paradigma técnico-económico.

Neste processo, é importante realçar duas dimensões da teoria do paradigma técnico-económico: o tempo e o espaço.

O tempo, porque o processo de mudança tecnológica é visto como uma evolução moderada no âmbito de um certo paradigma técnico-económico, e mais radical entre os paradigmas técnico-económicos, que se sucedem ao longo do tempo.

O espaço, porque não é claro que um certo paradigma técnico-económico vá afectar todas as regiões do mundo de forma semelhante. Alguns países podem originar ou levar ao desenvolvimento de um novo paradigma técnico-económico, podendo outros ficar para trás.

Existe uma ideia importante que une as dimensões espacio-temporais da teoria do paradigma técnico-económico que é a ideia das trajectórias tecnológicas.

A ideia de trajectórias dos sistemas de inovação defende que cada país segue o seu próprio caminho de desenvolvimento, no âmbito do enquadramento geral do paradigma técnico-económico existente (o que não deixa de ser de importância fundamental), mas influenciado pela história passada e pelas condições específicas do contexto local.

Este facto origina a discussão das assimetrias de desempenho dos países, o que não pode ser visto independentemente do que poderíamos chamar acumulação de conhecimento através do processo de aprendizagem.

A aprendizagem reflecte-se em capacidades melhoradas das pessoas e na geração, difusão e utilização de novas ideias. Do mesmo modo, a aprendizagem organizacional reflecte processos sociais conduzidos por culturas colectivas e atitudes de gestão apropriadas. E, em última análise, é a capacidade de gerar continuamente capacidades e ideias - ou seja, acumular conhecimento através da aprendizagem - o motor do crescimento económico de qualquer país.

Quadro 2.1 – Os principais paradigmas técnico-económicos

| Período | Descrição | Principais Sectores | Organização Económica |
|----------------|---|--|--|
| 1770 a 1840 | Mecanização inicial | Têxteis, canais, estradas com portagens | Empresários em nome individual e pequenas empresas; capital local e riqueza individual |
| 1830 a 1890 | Energia a vapor e caminhos-de-ferro | Motores a vapor, caminho-de-ferro, transportes marítimos mundiais | Competição entre pequenas empresas; verifica-se a emergência de grandes empresas com dimensão sem precedentes; empresas de responsabilidade limitada e sociedades anónimas |
| 1880 a 1940 | Engenharia electrotécnica e pesada | Engenharia electrotécnica, indústrias de processos químicos, navios de aço, armamento pesado | Empresas gigantes, cartéis, <i>trusts</i> ; fusões e aquisições; regulação estatal e entrada em vigor de leis <i>anti-trust</i> ; equipas de gestão profissional |
| 1930 a 1980 | Produção em massa (“fordismo”) | Automóveis, aviões, bens de consumo duradouro, materiais sintéticos | Competição oligopolista; emergência de empresas multinacionais; aumento do investimento directo estrangeiro; integração vertical; estilos e abordagens de gestão tecnocrática |
| 1970 a ... | Tecnologias de informação e comunicação | Computadores, software, telecomunicações, tecnologias digitais | Redes de grandes e pequenas empresas com base crescente em redes de computadores; onda de actividade empresarial associada a novas tecnologias; fortes clusters regionais de empresas inovadoras |

Neste contexto importa discutir a relação eventualmente existente entre o Digitalismo e os conceitos de ciclo económico e de paradigma técnico-económico o que implica a questão da relação entre estes conceitos e a definição marxista de modo de produção [1].

A principal diferença entre estes conceitos consiste no facto de que enquanto uma mudança do modo de produção implica a transformação das relações de produção [1] a substituição de um paradigma técnico-económico apenas implica adaptações nos modelos sócio-institucionais de gestão e organização da produção [14].

Enquanto que, por exemplo, a passagem do feudalismo ao capitalismo se caracteriza pelo abandono das relações feudais de servidão em favor do assalariamento, no caso dos sucessivos paradigmas técnico-económicos (como indicados no Quadro anterior) constatamos a permanência do trabalho assalariado.

Quer a teoria dos ciclos quer os paradigmas técnico-económicos situam-se claramente no âmbito do desenvolvimento do sistema capitalista e não pretendem explicar nem o que antecedeu nem o que sucederá a tal sistema.

Trata-se portanto agora de analisar se o advento do Digitalismo pode ser considerado apenas mais um paradigma técnico-económico ou se se trata de um novo modo de produção.

A emergência do conceito digital, ainda no século XIX (Babbage, Boole [15]), tem vindo a fazer um longo percurso cujas consequências só agora começam a frutificar.

O florescimento prático das tecnologias digitais, que só teve o seu advento em meados do século XX, está ainda muito longe de ter dado todos os seus frutos mesmo que a nós nos impressionem muito os desenvolvimentos recentes da Internet e o lançamento da rádio e da televisão digitais.

A representação digital da informação é muito mais do que um mero desenvolvimento tecnológico. A sua importância pode ser comparada à da invenção da imprensa por Gutenberg [16] no Século XV, com as suas importantíssimas consequências no acesso ao conhecimento e na difusão do protestantismo, com uma nova visão da vida e do papel do homem na sociedade e finalmente na emergência do capitalismo. A própria Revolução Industrial é impensável sem os livros.

A descoberta da abordagem binária para a representação da informação [17], quer se trate de textos, de imagens ou de sons, permitiu o desenvolvimento de tecnologias fiáveis e baratas para a criação, manipulação e comunicação da informação numa escala nunca antes imaginada, tendendo para a globalização da generalidade das actividades humanas através das redes de comunicações (curiosamente Babbage é mencionado nos escritos de Marx não pela sua relação com o conceito digital mas a propósito de questões de organização industrial [18]).

A penetração destas tecnologias no mundo da produção e da distribuição de mercadorias ainda tem um longo caminho a percorrer quer no plano quantitativo quer no plano qualitativo mas as economias estão cada vez mais dependentes de actividades ligadas ao tratamento digital da informação e do conhecimento e, como vamos tentar demonstrar, as tendências já hoje observáveis apontam para consequências profundas nas relações de produção.

A nosso ver o Digitalismo comporta alterações de tal profundidade que forçosamente é necessário considerar a emergência não já de um novo paradigma técnico-económico mas sim de um novo modo de produção.

Nomeadamente a substituição do assalariamento, relação de produção típica do capitalismo, por novas formas de nos organizarmos em sociedade para produzir.

Do mesmo modo começa a verificar-se a predominância dos profissionais do conhecimento enquanto base social para a produção de riqueza (Peter Drucker já em 1959 criava a designação “knowledge workers” para definir aqueles cujo trabalho consistia em usar, manipular e produzir informação técnica e especializada (em “Landmarks of Tomorrow”, 1959).

2.4 Automatização e trabalho não repetitivo

Antes de prosseguir importa esclarecer o significado dos termos utilizados.

Automatização

Automatização, no contexto desta discussão, significa a redução do trabalho humano directo na produção de bens ou serviços economicamente relevantes, pelo uso de dispositivos automáticos.

Como a discussão incide sobre a automatização no Capitalismo é claro que quando falamos de automatização estamos a falar da substituição da mercadoria força de trabalho pela introdução de dispositivos automáticos.

Os dispositivos automáticos (DA) são muito variados e vão desde a simplicidade de um cartão de crédito até à complexidade de um super computador, de uma rede internacional de comunicações ou de um pacote de software de gestão.

A automatização pode ser total ou parcial, ou seja, para uma determinada tarefa pode haver uma substituição de todo o trabalho humano directo ou apenas de uma parte

De facto a automatização pode reduzir o trabalho humano directo de três formas:

1. Pela produtividade – O aumento da produtividade resultante do uso de dispositivos automáticos (DA) pelos trabalhadores permite a redução do tempo de trabalho directo

numa determinada tarefa

(Ex: Com a ajuda de um programa de facturação uma pessoa produz as facturas que, noutras circunstâncias, exigiriam a intervenção de três trabalhadores).

2. Pela transformação – As tarefas sofrem uma transformação ou sofrem o efeito de transformações ocorridas a montante ou a jusante na cadeia de produção. As tarefas continua a ser executadas por outros trabalhadores mas o tempo total do processo torna-se menor depois da automatização

(Ex: os vendedores escrevem no seu próprio computador as propostas para os clientes e por isso desaparecem as dactilógrafas)

3. Pela eliminação – A tarefa deixa de ser feita pelos humanos, os DA substituem directamente os trabalhadores.

(Ex: A central telefónica automática distribui os telefonemas pelos trabalhadores da empresa pelo que deixa de haver telefonistas)

Trabalho não repetitivo (TNR)

O trabalho não repetitivo (TNR) é aquele cuja execução não pode ser objecto de descrição procedimental prévia. Em TNR é impossível “ensinar” a outrem um procedimento que, com elevada probabilidade, produza um determinado resultado.

Exemplos: não é possível dizer como se pinta um bom quadro a óleo, como se convence alguém a assinar um contrato, como se desenha um automóvel de sucesso, etc.

O TNR pode também ocorrer quando, embora exista um procedimento, este está muito dependente das circunstâncias ou das especificidades da sua aplicação.

(Ex: A cirurgia quando se exerce está altamente dependente das características físicas e orgânicas do paciente e das complicações que possam ocorrer).

Pela sua própria natureza o trabalho não repetitivo não é passível de automatização pois os dispositivos automáticos são essencialmente baseados em procedimentos.

Viabilidade da automatização

Não se pense no entanto que só o trabalho não repetitivo (TNR) escapa à automatização.

A viabilidade da automatização, em Capitalismo, não é apenas um problema tecnológico. Depende também de factores económicos, psicológicos, etc.

Mesmo que seja tecnicamente possível produzir um determinado automatismo isso não significa que ele seja economicamente atraente ou mesmo que ele seja socialmente viável.

(Ex: Numa fábrica de componentes para automóveis no distrito de Setúbal, nos anos 90, duas mulheres recolhiam de um tapete rolante uma peça com cada uma das mãos e arrumavam-nas em caixas de cartão. Parecia ser um trabalho totalmente mecânico e obviamente desinteressante. O Director da Produção ao ser questionado acerca da eventual automatização desta tarefa explicou que não era economicamente justificável porque as mulheres:

a) quando pegavam nas peças, antes de as pôr nas caixas, faziam uma inspecção visual que nenhum robot podia substituir.

b) podiam ser substituídas por outras em qualquer momento se decidissem ir-se embora pois não era necessária nenhuma habilitação especial

c) ganhavam um salário muito baixo

Trata-se de um exemplo em que uma capacidade humana que quase todos temos, a visão, constituía uma barreira técnica à automatização, a que os baixos salários acrescentavam uma barreira económica.

Está banalizada a ideia errada de que a automatização ameaça todas as tarefas que sejam manuais ou simples. Pelo contrário podemos dizer que algumas das tarefas “simples” mais depreciadas socialmente podem ser muito difíceis de substituir (Ex: A tarefa do estafeta externo de uma empresa não pode ainda ser automatizada).

Podemos esboçar uma listagem das capacidades humanas que, nas condições

tecnológicas, económicas e sociais de hoje podem constituir barreiras à automatização das tarefas que delas dependam em larga escala:

a) Criatividade/Imaginação – Corresponde em geral ao conceito de TNR

b) Representação mental do mundo envolvente – O ser humano detém uma complexa representação mental do contexto natural e social em que se insere, a qual nenhum dispositivo automático pode emular.

(Ex: A tarefa do estafeta ou do carteiro não podem ser automatizadas pois o “mapa” de uma cidade e dos eventos inesperados que nela ocorrem não pode ser “ensinado” a um robot)

c) Acuidade dos sentidos e interpretação dos seus sinais – Os sentidos humanos, com especial destaque para a visão, não são passíveis de emulação por autómatos. Muito dependentes da “representação mental do mundo envolvente” têm uma capacidade enorme de, por exemplo, interpretar as imagens e sons o que constitui tarefa muito mais complexa do que a simples captação.

(Ex: A inspecção visual de padrões industriais complexos, ou socialmente codificados como nos casos da manutenção da ordem)

d) Destreza física - Mesmo a este nível surgem situações em que o homem vence a máquina.

(Ex: Numa fábrica de limas, de uma firma internacional, com elevado grau de

automatização, anos 80. Alguns operários com uma simples bancada e um martelo aplicavam um número variável de pancadas secas em cada lima que manipulavam. Tratava-se de “desempenar” as limas acabadas de produzir. Com um simples relance mediam o defeito, calculavam a correção necessária e despachavam o assunto com uma ou duas marteladas. Um robot para fazer o equivalente a esta tarefa teria um custo inabarcável).

e) Relacionamento humano – Muitas tarefas, mesmo que fossem automatizáveis do ponto de vista tecnológico e económico, não poderiam deixar de ser executadas por humanos. (Ex: Poucos gostariam que um penso fosse feito por uma máquina em vez de um enfermeiro).

Para determinar até que ponto uma profissão está ou não ameaçada pela automatização basta avaliar em que medida as tarefas que cumpre estão ou não dependentes das capacidades humanas acima listadas. Convém também não esquecer que a automatização pode não ser a substituição pura e simples do trabalhador; como vimos pode resultar da transformação de tarefas a montante ou a jusante na cadeia de produção (Ex: a introdução dos cartões de crédito tornou desnecessários muitos empregados bancários que processavam os cheques e muitos caixas que entregavam as notas ao cliente)

Todas as barreiras à automatização mostram que o trabalho repetitivo vai continuar sempre a existir, embora muito transformado. Também a agricultura não desapareceu pelo facto de, com a Revolução Industrial, ter perdido a preponderância na economia.

No entanto a agricultura da era industrial é muito diferente da agricultura da fase anterior.

2.5 O significado profundo da automatização actual

Dir-se-á que as máquinas não surgiram agora e que já desde o século XIX que a automatização pode ser considerada significativa. Embora isso seja verdade defendemos que a automatização actualmente em curso está a adquirir um carácter diferente:

1. A escala da automatização é incomparavelmente maior do que no passado, podendo ser considerada como regra a seguir
2. A automatização verifica-se tanto no trabalho manual como no trabalho intelectual
3. A relação entre a quantidade e variedade das mercadorias produzidas e o volume de dinheiro ganho pelos trabalhadores e destinado ao consumo vai sendo cada vez mais desequilibrada em favor daquelas já que os dispositivos automáticos não consomem. Esta desproporção crescente entre a oferta e a procura de bens tangíveis e intangíveis é a contradição terrível da fase final do Capitalismo. Há cada vez mais mercadorias e quer o número de compradores quer o seu poder de compra não aumentam ao mesmo ritmo.

Cada país (como cada empresa) tenta transferir o problema, o excedente da oferta em relação à procura, para os outros.

Se o mercado num país se reduz então é preciso vender os produtos nos outros países.

Para o próprio mercado não diminuir então os trabalhadores de um dado país podem dedicar-se às profissões não automatizáveis (engenharia, design, por ex.) e transferirem

as funções automatizáveis (produção, por ex.) para outros. Se há países com mão-de-obra muito barata então até a automatização pode ser adiada a favor da “deslocalização” que entretanto converte também esses países em mercados de destino.

Ultimamente convencionou-se chamar a isto Globalização.

Todas estas manobras, e outras que não serão aqui tratadas, são paliativos que não resolvem a contradição fundamental do Capitalismo, e que apenas adiam a transformação inevitável do Capitalismo no Digitalismo.

Essa transformação estará completa quando, além dos novos meios de produção que como vimos se vêm multiplicando, surgir também um novo conjunto de relações de produção em substituição do assalariamento actualmente dominante.

Quais são os mecanismos presentes na sociedade que empurram nessa direcção ? É isso que vamos tentar explicar seguidamente.

É do conhecimento geral que nos custos dos produtos têm um peso cada vez maior os estudos de mercado, a concepção, o design, a consultoria de gestão, o marketing, etc [19].

Ou seja, na incessante busca do lucro, da rentabilidade, as empresas recorrem cada vez mais ao trabalho não repetitivo (TNR) para, através da diferenciação, roubarem os clientes às outras empresas, quer sejam do mesmo ramo quer não (quem compra uma casa pode deixar de ter dinheiro para comprar um automóvel, por exemplo).

Portanto mesmo quando os custos de produção correspondem a trabalho repetitivo estes

têm um peso cada vez menor em comparação com as componentes, a montante e a jusante da produção propriamente dita, aonde impera o trabalho não repetitivo.

Todas as empresas são inexoravelmente pressionadas pela concorrência para, numa espécie de instinto de sobrevivência, comprarem ou subcontratarem trabalho não repetitivo.

Exemplos:

- Equipamentos informáticos e programas destinados à gestão, para aumentar a eficiência global, controlar a logística ou melhorar o nível do serviço e fidelizar os clientes. Com eles vêm vários tipos de trabalho não repetitivo como o desenho e programação de aplicações, a gestão de projectos, a reengenharia dos processos, etc.

- Estudos de mercado antes da concepção de um novo produto (que podem também resultar na indução de necessidades que os consumidores nem sequer imaginavam que podiam vir a ter).

Aos estudos de viabilidade e aos planos de negócio, que podem prolongar-se por muitos meses, seguem-se o design e as campanhas de marketing. A publicidade constitui um elo muito forte entre o mundo da produção e o mundo do entretenimento também ele, por definição, baseado em trabalho não repetitivo.

- Serviço ao cliente na perspectiva da fidelização o que implica grandes investimentos com a montagem de estruturas de comunicação; o denominado CRM (Customer

Relationship Management) para sistematizar o conhecimento resultante da totalidade das interacções com o cliente; o “Customer Care”, autênticos exércitos de vendas que partem do pretexto do suporte pós-venda para encaminhar mais e mais produtos para os mesmos clientes.

Estes são exemplos do tipo de decisões que hoje todas as empresas tomam. Basta percorrer os jornais diários para o perceber, nem é preciso recorrer às revistas sobre gestão empresarial.

Desta invasão em larga escala do trabalho não repetitivo nasce, dentro do próprio Capitalismo, a necessidade imperiosa de substituir o assalariamento clássico por novas relações de produção. Porquê ?

O trabalho não repetitivo (TNR) tem por natureza uma duração indeterminada e imprevisível e a sua qualidade e capacidade de criar valor não dependem do tempo de duração. Ou seja, um processo criativo pode demorar, por exemplo, três meses e ter uma rentabilidade menor do que uma ideia genial surgida numa tarde.

Eis as características que distinguem radicalmente o TNR do trabalho repetitivo:.

a) Indeterminação – como vimos o TNR acaba por envolver sempre um processo intelectual de determinação do seu próprio “procedimento”. A duração da actividade cerebral não é passível de medição e mesmo que se cronometrasses o aparecimento de uma ideia tal teria um valor relativo pois, por norma, o cérebro executa vários “trabalhos” em simultâneo.

b) Imprevisibilidade – mesmo que não houvesse a indeterminação, a verificação aconteceria sempre “a posteriori”, ou seja, depois de concluído sabia-se que determinado TNR teria durado um certo tempo. Nunca antes de um TNR se realizar é possível saber quanto tempo vai demorar ou, no limite, se vai alguma vez produzir o resultado esperado.

Estas características tornam inadequado o típico contrato capitalista do assalariamento em que o empregador compra tempo de força de trabalho e portanto sabe o que vai pagar (P) mas também o que vai receber (R) e pode assim assegurar-se de que $R > P$.

O assalariamento quando aplicado ao TNR, como ainda hoje geralmente acontece, transforma a actividade económica num jogo de azar. Muitos dos acontecimentos recentes como o fracasso das “dotcom” e as grandes falências americanas têm muito a ver com isto.

Por isso as empresas vêm cada vez com maior intensidade a fugir de um assalariamento em que o trabalhador é contratado potencialmente para toda a vida, para disponibilizar a sua força de trabalho durante X horas por dia na execução de uma determinada função contra o pagamento de um salário, tal como os senhores feudais foram substituindo os pagamentos em géneros e serviços por rendas em dinheiro, e antes deles os “domini” tinham atribuído parcelas aos escravos assegurando-lhes a sua ligação vitalícia à terra e a possibilidade de reterem uma parte do produto do seu trabalho.

Mas agora, tal como então, tais medidas não asseguram a manutenção do staus quo anterior, ao invés constituem um germe das novas relações de produção.

É claro que o desenvolvimento dos novos meios de produção do Digitalismo motiva a procura activa de soluções para ultrapassar esta contradição. É evidente que os seus detentores tentarão fazê-lo em seu favor.

Aos progressistas e aos partidos de esquerda compete lutarem para evitar que as novas relações de produção prolonguem as situações de injustiça herdadas do assalariamento; mas não vale a pena pensar que isso se consegue tentando congelar relações de produção que obviamente estão a deixar de servir.

A teoria do valor de Marx bem como o conceito de mais-valia, com base no tempo de trabalho, deixam neste novo contexto de se aplicar e terão que ser recriados.

É disso que trataremos a seguir.

3. Reajustar a Teoria do Valor

3.1 Paradoxos da teoria do valor de troca baseado no tempo de trabalho

Dissemos em capítulos anteriores que a teoria marxista do valor, o valor de troca [1] baseado no tempo de trabalho, está a deixar de ter aplicabilidade no contexto do novo modo de produção dada a emergência e disseminação do trabalho não repetitivo (TNR).

Vamos usar um caso exemplar para explicar em que consistem os paradoxos.

Enunciado

Tomemos o caso dos discos compactos hoje vendidos aos milhões em discotecas, centros comerciais, hipermercados, pela internet, etc.

Estamos habituados a classificar como produtos industriais aqueles que, como os CDs, se produzem em massa e são consumidos em massa. Vamos ver que os produtos deste tipo encerram algumas surpresas quando analisados mais profundamente.

Aceitemos a caracterização das tarefas necessárias à obtenção de um CD conforme a tabela do quadro seguinte:

Quadro 3.1 – Tarefas e respectivos pesos na produção de um CD

| | Tarefa | Tipo | Custo em € |
|---|---|------|------------|
| A | Estudos de mercado | NRF | 1 |
| B | Composição da peça musical | NRF | 1,5 |
| C | Execução pela orquestra/solistas da peça musical | NRF | 2 |
| D | Gravação / Edição | NRF | 1,5 |
| E | Produção da matriz do disco | RPF | 0,5 |
| F | Estampagem dos discos | RPV | 0,5 |
| G | Concepção da imagem/capa do disco | NRF | 0,5 |
| H | Produção física da capa | RPV | 0,5 |
| I | Marketing (prog. de rádio, publicidade, concertos, etc) | NRF | 2 |
| J | Distribuição/venda dos discos | NRV | 2 |
| K | Gestão do projecto | NRF | 1 |
| | | | |
| | Custo total | | 13 |

Abreviaturas:

NRF (trabalho não repetitivo fixo, independente da quantidade)

NRV (trabalho não repetitivo variável, dependente da quantidade)

RPF (trabalho repetitivo fixo, independente da quantidade)

RPV (trabalho repetitivo variável, dependente da quantidade)

Se agruparmos as actividades de acordo com o tipo temos:

NRF = (A+B+C+D+G+I+K) totalizam um peso no custo de 9,5 Euros

NRV = (J) totaliza um peso no custo de 2 Euros

RPF = (E) totaliza um peso no custo de 0,5 Euros

RPV = (F+H) totalizam um peso no custo de 1 Euro

Convém neste ponto referir que as designações “trabalho fixo” e “trabalho variável” não têm o sentido usado na teoria marxista aonde o trabalho é sempre um factor variável (ver no Glossário Capital Variável [1], por oposição ao Capital Constante [1]).

A primeira constatação é que, para um custo unitário de 13 Euros por cada disco, as actividades que implicam trabalho não repetitivo constituem a parte mais importante, 11,5 Euros, enquanto as actividades baseadas em trabalho repetitivo representam apenas 1,5 Euros.

Outra constatação muito importante é que os custos de trabalho fixos representam 10 euros num total de 13 (portanto cerca de 77 %) e os custos de trabalho variáveis ascendem a 3 euros.

Aceitemos que no caso vertente os materiais (um pequeno pedaço de plástico) têm um custo por unidade negligenciável e que o mesmo sucede com as amortizações dos

equipamentos produtivos dos discos e das capas depois de divididos pelo número total de discos produzidos. Vamos portanto ignorá-los para podermos concentrar-nos no factor trabalho.

Consideremos igualmente, para efeito desta análise, que a quantidade produzida foi 10.000 unidades, tendo portanto os custos de trabalho fixo, quer repetitivo quer não, sido dividido por 10.000 para obter o seu peso em cada unidade produzida.

Estes 10.000 CDs custaram 130.000 euros pois, como já vimos, o custo unitário foi 13 euros.

Uma primeira questão que se coloca é: porquê 10.000 CDs ?

Na maior parte dos casos deste tipo existe já no mercado um intervalo estabelecido dentro do qual o preço pode variar.

A determinação da quantidade a produzir resulta de estudos de mercado traduzidos em tabelas em que cada linha representa uma hipótese diferente obtida pela conjugação das variações de uma ou mais colunas, como no exemplo a seguir apresentado:

Quadro 3.2 – Tabela para decisão das quantidades a produzir

| Preço de Venda | Investimento Marketing | Previsão de Vendas | Custo Total (a) | Proveitos Totais (b) | Lucro (b-a) |
|----------------|------------------------|--------------------|--------------------|-------------------------|----------------|
| 18 | 15.000 | 7.000 | 92.400 | 126.000 | 34.000 |
| 18 | 20.000 | 10.000 | 130.000 | 180.000 | 50.000 |
| 17 | 15.000 | 10.500 | 130.500 | 178.500 | 48.000 |
| 19 | 20.000 | 8.500 | 113.500 | 161.500 | 48.000 |
| | | | | | |

Como se pode ver estudam-se várias hipóteses fazendo variar o preço dentro de um dado intervalo e testando vários níveis de investimento em marketing e escolhe-se a combinação que produz maior lucro. No exemplo acima escolher-se-ia o preço de venda 18 euros e o investimento em marketing de 20.000 euros.

Trata-se como é óbvio de uma previsão baseada nos comportamentos esperados dos consumidores. Nada garante à partida que as quantidades vendidas venham realmente a ser aquelas que se estimou.

As características gerais que descrevemos até agora, para o exemplo dos CDs, aplicam-se, em graus variáveis, a um número crescente de mercadorias na nossa sociedade.

Tal como os CDs também os DVDs, os jogos para computadores, os medicamentos, os livros, etc, têm elevadíssimos custos fixos (concepção, investigação, testes, estudos de mercado, marketing, etc) e muito baixos custos de produção física (geralmente baseada em trabalho repetitivo).

No caso dos CDs, como em muitos outros, o suporte físico não interessa, é uma espécie de embalagem, pois o que se compra é a fruição da obra musical.

Assim estamos perante uma mercadoria que, embora não pareça, é intangível.

Este tipo de análise permitirá compreender que o trabalho não repetitivo e as mercadorias intangíveis se encontram já presentes na nossa sociedade numa escala muito maior do que geralmente pensamos.

Vejamos agora, através de alguns casos, quais são os paradoxos da teoria do valor de Marx, caso não seja actualizada de forma a contemplar as novas realidades económicas.

Paradoxo 1

Baseados no enunciado imaginemos uma situação em que uma empresa discográfica

- a) Produziu 10.000 CDs, com custo unitário resultante de trabalho incorporado, fixo e variável, no valor de 13 euros (para evitar objecções consideremos que o tempo de trabalho aplicado corresponde ao “tempo socialmente necessário” para produzir um CD).

- b) Colocou no mercado, e vendeu, todos os discos produzidos a 18 euros por unidade

Poderemos então concluir que o valor de troca de cada disco, o trabalho envolvido na produção de cada CD, equivalia a um VTU (valor de troca unitário) composto por VTF (valor do trabalho fixo) e VTV (valor do trabalho variável):

$$VTU = VTF + VTV$$

Em que $VTF = \text{Trabalho Fixo}/10.000$

Suponhamos então, dado o sucesso comercial do CD em questão, que a empresa resolve lançar no mercado um novo lote de 10.000 discos. Também estes se vendem todos pelos mesmos 18 euros.

Os custos do trabalho fixo, por definição, não ocorrem neste segundo lote. Os únicos custos que a empresa tem que suportar neste caso são os custos correspondentes ao trabalho variável.

Assim sendo o que acontece ao valor de troca dos 20.000 discos ?

Paradoxalmente, com a produção do segundo lote o valor de troca dos discos baixaria já que o mesmo trabalho fixo em vez de ser distribuído por 10.000 passa a ser distribuído por 20.000 discos.

VTF passaria a ser :

$$\text{VTF} = \text{Trabalho Fixo}/20.000$$

A situação acentuar-se-ia ainda mais com um terceiro lote e assim sucessivamente.

Em conclusão o Paradoxo 1 poderia ser enunciado da seguinte forma:

Paradoxo 1: Se o tempo de trabalho gasto nas mercadorias é cada vez mais um factor fixo da produção então o valor de troca está afinal dependente da quantidade produzida e portanto da resposta do mercado. Para Marx o valor de troca estava definido à saída da fábrica independentemente das vicissitudes posteriores.

Pensamos que no tempo de Marx seria difícil tomar consciência deste paradoxo devido às características da produção na época e ao modo como os custos fixos eram imputados; para Marx, numa dada unidade de produção 2000 casacos usavam sempre o dobro do tempo de trabalho de 1000 casacos já que o trabalho era, por definição, um factor variável e o Capital Constante (a maquinaria) era imputado distribuindo o seu valor de forma proporcional de acordo com o número de “peças” para as quais fora tecnicamente concebido [20].

O trabalho fixo hoje com muito maior peso, ao contrário do Capital Constante da teoria marxista, tanto permite a produção de mil como de um milhão de unidades e é por isso que se verifica o paradoxo.

A Teoria do Valor coincidia com a realidade no cenário em que foi desenvolvida.

Paradoxo 2

Baseados no enunciado anterior consideremos o seguinte caso:

- a) São produzidos dois CDs em quantidades iguais (10.000 unidades cada) e vendidos pelo mesmo preço de 18 euros.
- b) O CD-a contém a 3ª Sinfonia de Beethoven interpretada por uma orquestra composta por oitenta elementos
- c) O CD-b contém um conjunto de canções da autoria de Quim Barreiros, interpretadas pelo próprio e por um conjunto ligeiro de sete elementos.

- d) Todo o trabalho necessário à produção dos discos teve a mesma duração com exceção do trabalho de composição cuja duração, aliás, não foi possível determinar

Resulta que o VTU (valor de troca unitário) dos dois discos é em tudo idêntico, se baseado no tempo, com exceção do trabalho de composição.

Admitamos que o trabalho de Beethoven será mais valioso seguindo o critério de Marx, se tiver sido mais longo, do que o trabalho de Quim Barreiros...

Se quisermos entrar pelo absurdo até podemos dizer que o “trabalho socialmente necessário” [1] para fazer uma sinfonia de Beethoven é mais demorado do aquele que é requerido por dez canções do Quim Barreiros...

(Se admitirmos o inverso o exemplo ilustrará conclusões igualmente úteis !)

Então o CD-a terá um valor de troca unitário, VTU, superior ao do CD-b.

Proceda-se a uma experiência sociológica que consistirá no seguinte: proponha-se a cada um dos 10.000 compradores do CD-b que aceite trocá-lo pelo CD-a.

Com toda a probabilidade essa troca será recusada na esmagadora maioria dos casos ou seja quase todos os 10.000 compradores recusarão trocar uma mercadoria por outra com valor de troca superior.

Atendendo ao número de casos tratado podemos dizer que a conclusão tem valor estatístico, representa uma observação fundamentada da realidade.

O mesmo paradoxo ocorreria no caso de os dois discos conterem a mesma 3ª Sinfonia de Beethoven mas interpretada por duas orquestras diferentes com tempos de trabalho de execução também diferentes.

Podemos concluir que o mercado não considera a duração do trabalho incorporado numa mercadoria como base do seu valor.

O Paradoxo 2 poderia ser assim enunciado:

Paradoxo 2 – O valor de troca das mercadorias baseado na duração do trabalho que incorporam não é considerado por quem toma a decisão de trocar mercadorias.

Há portanto outros factores de decisão no acto da compra que discutiremos nos próximos capítulos.

3.2 Explicação dos paradoxos da teoria do valor baseado no tempo de trabalho

Quando Marx estabeleceu a sua Teoria do Valor estava perante uma sociedade, e uma economia, muito diferentes daquelas em que hoje vivemos. [21]

É perfeitamente compreensível que não fossem considerados muitos aspectos que resultam do desenvolvimento da sociedade durante a segunda metade do século XX, nomeadamente os resultantes da massificação dos media, do processamento e da comunicação de dados em larga escala.

Vejamos que aspectos são esses:

- a) Emergência em larga escala do trabalho não repetitivo de duração indeterminada e resultado não garantido (quando se concebe a capa de um CD não se pode estar seguro, antecipadamente, se ela vai contribuir para as vendas e em que escala, nem durante quanto tempo)
- b) Surgimento, e em muitos casos preponderância, do trabalho como um factor fixo na produção, não dependente da quantidade produzida (em certos casos como na difusão pela TV ou pela Internet não há qualquer trabalho que varie com o número de consumidores)
- c) Crescimento do número de produtos que não são destruídos pelo consumo (um programa de computador não se gasta por maior que seja o número daqueles que o usem).

- d) Multiplicação das situações em que os bens não são vendidos, o que se transacciona são licenças de os usar (A musica contida num disco não é vendida mas apenas é licenciada a autorização de a reproduzir, em ambiente privado. A rodela de plástico é apenas um suporte, uma embalagem)
- e) Transformação dos hábitos de consumo, em larga escala, pela influência dos meios de comunicação. A conversão do consumo por necessidade num consumo com base em preferências.

Em resultado destas transformações criou-se um ambiente de exploração radicalmente diferente daquele que era observável no século XIX.

No tempo de Marx os trabalhadores produziam, por hipótese, em 4 horas o valor correspondente à sua subsistência e portanto ao seu salário, mas continuavam a trabalhar até perfazer as 8 horas sem qualquer pagamento adicional. [22]. Era dessa forma que se gerava a mais-valia [1]. Convém não esquecer que nessa época trabalho era sinónimo de produção, mais concretamente de transformação de materiais, e que as actividades criativas e/ou de tratamento da informação além de terem uma dimensão muito limitada estavam fora do universo do trabalho.

Hoje os trabalhadores produzem uma ideia, ou um programa de computador, num tempo difícil de determinar que pode ser dias, meses ou anos. O resultado desse trabalho pode

proporcionar durante anos, sem qualquer incorporação de trabalho adicional, receitas e mais-valia a quem o possa comercializar.

Quer a alienação do produtor em relação ao seu produto, quer o grau de exploração, podem assim atingir níveis nunca antes imaginados.

Com a redução, ou desaparecimento, do trabalho directamente incorporado desaparecem também, em muitos casos, as próprias matérias-primas. Para se ter uma ideia da revolução em curso pensemos, para nos mantermos no campo da música, que até a rodela de plástico que constitui o CD desaparecerá em breve pois cada comprador obterá a música pretendida a partir da internet.

Nessa situação deixará de haver custos directos de trabalho, e de materiais, e atingir-se-á quantidades de vendas inimagináveis. Consumar-se-á assim uma forma radical de automatização e desmaterialização, com acréscimos de produção aos quais não correspondem quaisquer rendimentos do trabalho.

A desproporção brutal entre a oferta e a procura de mercadorias, por nós referida no capítulo “O significado profunda da automatização actual”, ver-se-á assim acelerada para níveis que ainda é difícil imaginar.

A consequência desta evolução é esmagadora: a incorporação de trabalho variável anula-se e o trabalho fixo reparte-se por centenas de milhões de cópias.

Se o número de cópias tende para infinito então o valor de troca de cada uma delas, se aplicássemos a teoria marxista do valor baseado no tempo, tenderia para zero. O valor de troca virtualmente desapareceria.

É interessante notar que Marx tenha, já em 1858, vislumbrado esta possibilidade como se pode verificar nos excertos dos Grundrisse (Ed. PENGUIN BOOKS, 1993, “The chapter on Capital”):

“O sobretrabalho das massas cessa de ser a condição para o desenvolvimento da riqueza geral, da mesma forma que o não-trabalho de alguns poucos cessa de ser a condição para o desenvolvimento das capacidades gerais da inteligência humana. É por tudo isto que a produção que repousa sobre o valor de troca se desagrega e o processo da produção material, directo, fica depurado da forma da penúria e da contradição». (trad. dos autores, pag 705).

Isto conduz directamente para a conclusão de que, em vez do tempo, é necessário integrar as quantidades produzidas no cálculo da mais-valia.

Compreende-se que no tempo de Marx não fossem consideradas as quantidades pois que o trabalho era um factor variável; processando-se a produção a cadências conhecidas e estáveis, as quantidades produzidas estavam implícitas no tempo. Bastava portanto lidar com o tempo.

Hoje que o trabalho é cada vez mais um factor fixo na produção, quando consideramos um determinado tempo de trabalho, podemos estar a falar de produções quantitativamente muito diferentes ou mesmo de uma produção nula.

3.3 Valor de troca baseado em conhecimento

Nos capítulos precedentes, recorrendo aos paradoxos, tentámos demonstrar que o conceito de valor de troca, baseado no tempo de trabalho incorporado, já não é operativo nas condições do Digitalismo emergente.

Quando dizemos que o tempo de trabalho não serve como quantificador do valor de troca das mercadorias isso não significa dizer que não é o trabalho a fonte do valor das mercadorias. São duas coisas muito diferentes.

Este equívoco tem passado despercebido desde o tempo de Marx pois, como já explicámos, nos primórdios do Capitalismo o tempo e a quantidade produzida equivaliam-se dado o carácter repetitivo do trabalho.

Neste ponto coloca-se evidentemente a questão seguinte:

- Se já não é a duração de trabalho que determina o valor de troca então qual é a componente do trabalho que interessa para esse efeito?

A nossa resposta é: conhecimento.

Conhecimento incorporado desde a concepção inicial e nas várias fases da produção, conhecimento utilizado para influenciar a operação de troca, que é aquela em que o valor se materializa.

E importa desde já avançar aqui a nossa aceção de conhecimento já que, quer na linguagem corrente quer na terminologia filosófica, a palavra tem assumido os mais diferentes significados [23].

3.3.1 O conhecimento que gera valor

No processo de trabalho em geral há que considerar os seguintes elementos:

- A informação relevante
- Os meios de execução
- O propósito a alcançar

É sempre ao nível do cérebro humano que estes elementos são tratados e que o conhecimento é produzido e por fim “incorporado” no resultado obtido.

É sempre no cérebro humano que o conhecimento se produz de forma dinâmica, em cada actividade realizada; o conhecimento produzido em fases anteriores e presente sob a forma de informação ou de meios de execução de nada vale se não for objecto da atenção e do trabalho de um intelecto que os trate para alcançar um propósito.

Na abordagem tradicional do papel do conhecimento na produção, e Marx não é excepção, deu-se sempre muita relevância ao conhecimento implícito nos instrumentos de trabalho e ignorou-se sistematicamente o “conhecimento vivo” que ocorre durante o processo de trabalho.

Mesmo as abordagens mais recentes como a “gestão do conhecimento” (knowledge management), tão em voga nos meios empresariais, embora reconheçam o papel crucial da informação no processo de trabalho continuam a concentrar-se naquilo que designam

como “conhecimento explícito”, conhecimento que foi formalizado e desligado do seu autor, acabando por se transformar num instrumento de trabalho ou num acervo de informação. Por outro lado ainda se acredita na possibilidade de capturar o “conhecimento tácito” como se fosse possível conceber uma linguagem que representasse convenientemente a complexidade do pensamento humano [24].

Como vimos anteriormente só há conhecimento quando intervém um cérebro vivo; é pois um equívoco falar de “conhecimento explícito” ou “conhecimento objectivado” que não são mais do que casos particulares de informação, ou de instrumentos, sem dúvida utilizáveis em fases subsequentes da produção mas que sempre exigirão a intervenção de um cérebro vivo que os interprete na prossecução de um propósito. É nessa intervenção que se realiza a criação de valor.

O grau de repetitividade de uma tarefa pode ser avaliado através da complexidade da informação de partida e do grau de liberdade que os meios de execução permitem.

Uma analogia interessante para entender esta abordagem pode ser feita com a execução musical; se considerarmos que a pauta é a informação relevante e que o instrumento musical é o meio de execução compreendemos o papel crucial do executante que ao interpretá-los e manipulá-los efectivamente produz musica.

Quer a pauta quer o instrumento, embora tenham conhecimento incorporado, são objectos inertes que para pouco servem sem a intervenção do intérprete. Por outro lado quer a pauta quer o instrumento permitem uma gama bastante variada de abordagens, de

“interpretações”, pelo que a execução musical constitui uma tarefa essencialmente não repetitiva.

Se compararmos este exemplo com uma tarefa industrial onde se parte de um desenho rigorosamente cotado e de uma máquina de corte, por exemplo, chegamos à conclusão de que a variabilidade “interpretativa” e a influência do operador no resultado obtido são muito menores o que permite concluir tratar-se de uma tarefa muito mais repetitiva.

Neste segundo exemplo o peso do conhecimento incorporado no desenho e na máquina é o mais relevante; o conhecimento “incorporado” pelo trabalho directo no resultado é apenas o da capacidade de leitura do desenho industrial e da correcta manipulação da máquina utilizada.

Estes exemplos remetem mais uma vez para o princípio geral de que é essencialmente o trabalho não-repetitivo que incorpora conhecimento e portanto, acrescenta mais valor ao resultado.

Conhecimento é pois a organização eficaz da informação e dos meios à luz de um propósito.

Para os efeitos da nossa tese o propósito associado aos produtos é sem dúvida que cumpram o seu destino, ser consumidos. É portanto à luz deste propósito, e não de qualquer preconceito ideológico, que o conhecimento incorporado nos produtos tem que ser avaliado.

3.3.2 O valor do conhecimento e o mercado

Nas circunstâncias actuais, quando os consumidores adquirem as mercadorias, fazem-no subordinados às condições seguintes:

- desconhecem qual é “o tempo socialmente necessário” [1] para a sua produção
- decidem a aquisição de forma a otimizar a satisfação das suas necessidades atendendo aos montantes que podem despende
- presumem a satisfação dessas necessidades com base no que julgam saber sobre as mercadorias (mais uma vez, conhecimento)

É verdade que o próprio Marx na dedução da sua teoria do valor também ilustra extensivamente o seu raciocínio com descrições de comportamentos dos consumidores, mas os consumidores actuais ao tomar as suas decisões, expressão essencial do valor de troca, não se baseiam no tempo de trabalho pois que o desconhecem.

Baseiam-se sim no conhecimento que possuem sobre as suas necessidades, e no conhecimento que pensam possuir sobre a capacidade de uma mercadoria para satisfazer essas necessidades e sobre o valor comparativo das características de cada produto relativamente aos demais.

Os vários tipos de conhecimento pressupostos nas decisões e nas escolhas dos consumidores são, eles próprios, resultado de trabalho humano quer quanto à qualidade intrínseca dos produtos (investigação, inovação, design, engenharia) quer quanto à

percepção pelos consumidores dessa qualidade (a educação, o marketing, os estereótipos sociais transmitidos por todo o tipo de objectos de cultura e lazer).

Quanto mais conhecimento for incorporado em todas as fases da vida económica da mercadoria mais probabilidade haverá de as suas qualidades serem reconhecidas pelos consumidores e portanto de estes aceitarem preços, e quantidades, mais elevados.

Esta abordagem implica olhar para o consumo como uma gigantesca “votação”.

Claro que não há uma “régua” para medir o conhecimento.

O único instrumento capaz de avaliar o conhecimento é o cérebro humano que, nesse processo, até produz mais conhecimento.

É exactamente isso que milhões de cérebros fazem quando compram no mercado.

É por isso que temos que deixar os cérebros humanos (de forma intuitiva) fazer a sua medição do conhecimento incorporado em cada produto quando escolhem comprá-lo ou não o comprar, pagar mais ou pagar menos, e depois aceitarmos o resultado dessa "votação".

Não precisamos de calcular em abstracto e antecipadamente o valor de troca. De facto é o mercado que estatisticamente estabelece o valor de todo o trabalho executado até ao momento em que o produto chega às mãos do consumidor (investigação, concepção, design, planeamento, produção, transporte, marketing, venda, etc).

Muitos milhões de decisões de compra definem, de forma “democrática”, qual é o valor que cada produto encerra através do preço e quantidade que aceitam praticar.

Quando os compradores não escolhem um dado produto o seu preço tende a baixar e adequar-se ao valor (conhecimento) que realmente incorpora.

Nas situações em que o produto não reage pela baixa do preço à redução da procura isso resulta, eventualmente, numa redução da mais-valia total gerada pois que nesse caso o número de unidades vendidas será menor.

Há também as situações em que, como consequência de um monopólio ou de extrema raridade do produto, o produtor pode fixar os preços “arbitrariamente”. Nesses casos, independentemente da nossa opinião sobre a sua legitimidade, os produtores usam essa mensagem de marketing , ou seja que o consumidor não tem alternativa, para levarem os consumidores que dela tenham conhecimento a valorizar o produto de forma “anormalmente” alta.

Na teoria marxista, o valor de uma mercadoria é-lhe dado na produção, independentemente do seu destino. É-se assim levado a calcular o valor de troca de mercadorias que, na realidade, podem nunca chegar a ser trocadas. É caso para perguntar porque se chama “valor de troca” se tal valor não tem qualquer dependência do acto da troca. Isto apesar de o próprio Marx considerar que o conceito de mercadoria deixa de ter significado quando desligado da troca. [25]

Nos dias de hoje é impensável esboçar qualquer teoria credível do valor que ignore o destino das mercadorias no mercado.

Não vale a pena ficar com os cabelos em pé quando se fala de mercado como se se tivesse falado do Diabo.

Mercado existiu na sociedade escravagista e na sociedade feudal, não é exclusivo ou identificador do modo de produção capitalista. Tudo leva a crer que mercado continuará a existir enquanto cada homem precisar de trocar aquilo que produz por aquilo que outros homens produzem. Parece legítimo supor que ainda vai existir por muito tempo.

É chegada a altura de as teorias de raiz marxista fazerem as pazes com o mercado.

Durante muito tempo contrapôs-se o marxismo, a teoria marxista do valor, aos economistas que defendiam as teorias da utilidade marginal e a importância das preferências dos consumidores na determinação do valor [26].

A contradição acima referida é apenas aparente.

Se considerarmos que as preferências dos consumidores são o resultado de trabalho humano e não da “inspiração divina” então a tese de que o valor das mercadorias advém do trabalho humano e a tese de que os consumidores se baseiam nas suas preferências não são contraditórias.

Também é comum desvalorizar-se as preferências dos consumidores na base de que não se fundamentam em “verdadeiro conhecimento” mas sim em induções feitas pela publicidade e outras pressões sociais.

Mas o conceito de conhecimento usado neste texto é muito amplo; trata-se das ideias que se formam a partir da informação disponível, sem qualquer conotação com sabedoria ou qualquer avaliação sobre a bondade dessas ideias.

Por exemplo quando um consumidor escolhe uma dada marca de tabaco com base nas informações de que dispõe nós aqui não atribuímos qualquer significado ao facto de fumar ser um hábito indesejável. Se as atitudes dos consumidores devem ser alteradas tal não constitui o objecto deste livro que se limita a considerá-los como eles efectivamente são.

Esse conhecimento diz respeito às características do produto ou aquilo que o consumidor considera que elas são, às necessidades do consumidor ou à imagem que o próprio delas tem, aos produtos equivalentes ou aquilo que deles se sabe, à evolução da economia e da situação profissional do consumidor ou às expectativas sobre as mesmas, etc, etc.

Neste contexto não faz sentido querermos ser nós a classificar como "racionais" ou não as decisões dos outros. Tal como nas eleições políticas, pensemos nós o que pensarmos sobre a forma como as pessoas votam, quem tem mais votos é que governa.

Se as pessoas são consideradas capazes de eleger o Presidente da República e o Parlamento porque é que são incapazes de "votar" o valor de troca ? Nas eleições políticas também há manipulação como no mercado. Tal como no mercado é o conhecimento, em sentido lato, que define as escolhas eleitorais.

Não faz sentido do ponto de vista da comunicação política considerarmos os cidadãos incapazes de avaliar o conhecimento incorporado nas mercadorias e ao mesmo tempo dizermos que quando compram levam em consideração o "tempo de trabalho socialmente necessário", que ninguém sabe como calcular.

3.3.3 Actualização das fórmulas de Marx

Assim defendemos que o valor de uma mercadoria é o cÙmputo do conhecimento incorporado por todo o trabalho humano que tem lugar entre o momento em que surge a primeira ideia sobre um produto e o momento em que esse produto é efectivamente transaccionado no mercado.

Perguntarão: e como se calcula esse valor ?

A resposta é simples: o mercado é um excelente (e o único) mecanismo para determinar o valor de troca das mercadorias. É a preferência dos consumidores, através das quantidades adquiridas e dos preços aceites, que determinará o valor de troca de cada mercadoria.

Podemos assim avançar com uma nova aproximação ao valor de troca unitário (VTU):

$$VTU = VTV / QTV$$

Em que VTV é o valor total das vendas e QTV é o número total de unidades vendidas para uma dada mercadoria.

Também podemos definir o VAT (valor acrescentado pelo trabalho):

$$VAT = VTV - CFNT$$

Em que CFNT é o custo dos factores de produção “não-trabalho”, ou seja, para além do trabalho (materiais, energia, etc)

Uma nova definição de mais-valia [1] (MV) pode ser representada por:

$$MV = VAT - TPT$$

Em que TPT é o valor total pago pelo trabalho vivo aplicado no ciclo completo da vida do produto desde a sua concepção até ao momento da venda.

Como resultado das definições anteriores poderá também avançar-se com uma nova abordagem da Taxa de Exploração (TE) [1]:

$$TE = MV / TPT$$

É importante notar que nesta nova abordagem quer a mais-valia quer a taxa de exploração não são associadas a um dado período de tempo, dia ou semana de trabalho, mas sim ao ciclo de vida de cada mercadoria ou projecto.

Realmente, ao contrário do que acontecia no tempo de Marx, a acção dos trabalhadores durante um dia não esgota os seus efeitos durante esse período. Quem estava a trabalhar num tear produzia X ou Y metros durante um dia e isso não tinha outras consequências. Como já tentámos explicar, no trabalho do século XXI é comum acontecer que o trabalho de um dia, ou mesmo um mês, ou um ano produza consequências económicas durante anos (por exemplo quando alguém compõe uma canção está longe de saber quantas edições, e de que dimensão, o registo discográfico vai ter ao longo dos anos).

Também importa notar que não estamos ainda a equacionar a necessidade de distribuir a mais-valia por cada um dos trabalhadores intervenientes nem o modo de realizar tal distribuição de forma justa (no capítulo "Linhas de superação do Capitalismo")

avancamos um cenário possível que consiste na negociação sucessiva desde o autor do Projecto Cooperativo até ao último dos executantes)

Outra consequência importante desta nova abordagem é a ligação da teoria ao mundo real aonde os trabalhadores e as suas lutas se situam.

Ao contrário do que se passava anteriormente passa a ser possível computar, em cada empresa, o valor da mais-valia e da taxa de exploração já que os dados necessários para tal (valor total de vendas, valor acrescentado bruto, valor dos salários pagos) estão presentes na contabilidade de qualquer empresa organizada. É muito mais fácil e intuitivo do que manejar conceitos como “trabalho socialmente necessário” [1] ou “trabalho necessário e trabalho excedente” [1].

Ao nível de cada unidade produtiva torna-se possível, o que hoje é impensável, passar à discussão cheia de potencialidades sobre a forma como o excedente é repartido, levantando directamente a questão de quem contribuiu, e com quê, para o excedente. Põe-se os conceitos ao serviço da acção política do dia a dia.

De um ponto de vista utilitário é também muito mais fácil explicar a exploração, a mais-valia, partindo dos valores que o capitalista realmente obteve do que a partir de conceitos que o cidadão tem muita dificuldade em visualizar. Na prática da luta política e sindical os trabalhadores, que na sua generalidade desconhecem a teoria marxista do valor, pragmaticamente raciocinam desde sempre, isso sim, com base no dinheiro que o patrão “meteu ao bolso”, quando se trata de compreender a exploração.

O trabalho, como qualquer outra actividade humana, ocorre no tempo.

Toda a gente sabe que é o trabalho que gera o valor das mercadorias, toda a gente sabe que todo o trabalho demora um certo tempo, mas daí não resulta que seja a DURAÇÃO o que existe de valioso no trabalho.

Mesmo quando se trata de objectos materiais o que lhes dá valor não é o tempo dispendido para os produzir mas o conhecimento que foi necessário para os conceber, realizar e vender.

Quando se compra, por exemplo uma garrafa de vidro, tanto importa que o vidreiro tenha soprado 2 minutos como 20 minutos. O que a torna valiosa é o facto de ele ter, e o comprador não, o conhecimento para a produzir. Não só o conhecimento individual daquele vidreiro mas todo o conhecimento histórico que está implícito no vidro e na sua manipulação.

Quando, para poder aplicar a teoria do valor baseada no tempo de trabalho, Marx diz que o tempo do operário especializado vale n vezes o tempo do operário indiferenciado, no fundo o que está a dizer é que o operário especializado incorpora mais conhecimento do que o indiferenciado.

Por outro lado nas condições de produção actuais, durante um dia de trabalho, não se incorpora conhecimento de forma constante e na mesma escala. Não parece portanto razoável valorizar o trabalho com base na classificação abstracta do trabalhador e descartando o real conteúdo do trabalho efectuado [27].

3.4 As menos-valias

Todos os considerandos anteriores conduzem directamente à seguinte questão: porque é que Marx adoptou a teoria do valor baseada no TEMPO de trabalho ?

Que sentido é que faz falar de “valor de troca” se o acto da troca é pura e simplesmente ignorado ?

Em nossa opinião o valor de troca, tal como Marx o define, foi concebido para evitar o problema das mais-valias negativas ou, se quisermos, das menos-valias.

Com efeito quando incluímos na análise o real escoamento das mercadorias, o seu comportamento no mercado, podemos chegar a uma situação em que o ciclo D-M-D' produz um D' menor do que D. Ou seja, se uma dada mercadoria não se vender, o capitalista pode acabar o ciclo com menos dinheiro do que quando o iniciou.

Esta “heresia”, que por absurdo poderia até levar a concluir que afinal “tinham sido os trabalhadores a explorar o capitalista”, devia ser verdadeiramente insuportável.

Era portanto preciso fazer desaparecer esta hipótese. No entanto para poder atribuir valor ao “tempo necessário” [1] e ao “tempo excedente” [1] da fórmula da mais-valia era necessário calcular um valor para as mercadorias produzidas durante esses períodos.

A solução encontrada foi um valor de troca desligado das reais compras e das reais vendas que ocorrem no mercado e o estabelecimento da distinção entre a produção e a realização da mais-valia.

Na teoria de Marx todos os produtos têm um valor de troca “garantido” à saída da fábrica; mas isso é ignorar que por defeitos de concepção, de produção ou de comercialização o produto pode pura e simplesmente não se vender.

Julgamos que não há que temer o enfrentamento com esta questão. Na grande maioria das situações a mais-valia é positiva, e com a fórmula por nós proposta chega a ser até escandalosamente positiva, por isso a questão das menos-valias pode perfeitamente ser considerada um acidente sem significado em termos globais.

Não são, no entanto, as menos-valias a única “heresia” descartada pela teoria de valor marxista; ao eliminar dos cálculos o trabalho fixo, não repetitivo (concepção, engenharia, design, marketing) e ao concentrar-se exclusivamente no trabalho directamente produtivo, Marx evitou também a questão de os próprios patrões, quando eram eles a executar esse tipo de tarefas, também acrescentarem valor às mercadorias.

Actividades como a concepção e a comercialização, por exemplo, não tinham no tempo de Marx, nada a ver com os trabalhadores mas sim com os patrões. Na grande maioria dos casos ainda hoje é assim nas PME's.

É disso que vamos tratar no próximo capítulo.

3.5 Incorporação do conhecimento nas mercadorias

Vejam agora como se estrutura a incorporação de conhecimento nas mercadorias entre o momento em que são concebidas e o momento em que o último exemplar é transaccionado no mercado. Pode-se olhar para este ciclo, o ciclo economicamente activo das mercadorias, como sendo um Projecto.

Desde o início as mercadorias são pensadas e realizadas tendo em mente a necessidade de convencer os compradores a escolhê-las, em detrimento de outras, e a pagar o preço mais elevado possível.

Todas as actividades que incorporam conhecimento através do trabalho podem ser classificadas nos seguintes tipos:

Autoria

Trata-se da elaboração da ideia original, mesmo que em traços muito grossos, quer da mercadoria quer das condições de mercado que a justificam.

Alguns tipos de conhecimento aplicado:

- as necessidades dos consumidores

- o mercado de oferta já existente
- materiais, equipamentos e especializações disponíveis para o projecto

Montagem

Consiste na identificação e agrupamento dos meios humanos e materiais necessários ao arranque do projecto.

Alguns tipos de conhecimento aplicado:

- Oferta de bens de equipamento e de serviços
- Enquadramento social e legal das relações de trabalho
- Técnicas de negociação e contratação
- Engenharia e design requeridos para transformar a ideia original numa lista de especificações e procedimentos rigorosos
- Estudos de mercado
- Plano de negócios incluindo os mercados alvo, os factores de competitividade e o nível de preços

Gestão

Compreende as acções concertadas e eficazes dos meios reunidos por forma à obtenção do resultado definido no plano.

Alguns tipos de conhecimento aplicado:

- Direcção e controlo dos recursos humanos
- Planeamento e programação da produção e da logística
- Relacionamento com fornecedores
- Sub-contratação
- Oportunidade e perfil das acções promocionais
- Estratégia de vendas e de canais de comercialização
- Contabilização e controle orçamental

Execução

Diz respeito à realização das actividades componentes do projecto quer na fase de montagem quer no seguimento da produção.

Alguns tipos de conhecimento aplicado:

- Técnicas de produção e de manipulação de equipamentos
- Técnicas de desenho e de teste
- Procedimentos administrativos e contabilísticos
- Técnicas de compras e de logística

- Técnicas de comunicação e de vendas
- Técnicas de manutenção de equipamentos
- Procedimentos de assistência aos clientes

Embora o sucesso dos projectos dependa em graus diferentes da ideia original ou das formas de realização todos estes tipos de conhecimento são imprescindíveis.

Todos estes tipos de conhecimento são aplicados com o expresso objectivo de influenciar o conhecimento dos consumidores relativamente aos bens produzidos e à respectiva capacidade para satisfazer as suas necessidades.

Temos assim conhecimento dos produtores aplicado na realização dos produtos com o objectivo de influenciar o conhecimento em que os consumidores fundamentam as suas decisões.

Na sociedade capitalista a Autoria, a Montagem e a Gestão estão, por norma, reservadas aos proprietários dos meios de produção ou aos seus representantes delegados. Aos trabalhadores estão reservadas as actividades de Execução. Daí decorrendo que a autoridade de gestão e o direito à apropriação dos excedentes aparecem intrinsecamente ligados à propriedade.

Nenhuma razão técnica, ou económica, obriga a que assim seja. Vejamos porquê.

4. A superação do Capitalismo

4.1 O equívoco dos meios de produção

Costuma vulgarmente considerar-se como característica do Capitalismo a propriedade privada dos meios de produção. Tal ideia é errónea pois a propriedade dos meios de produção era também privada durante o Feudalismo e o Esclavagismo.

O que é próprio do modo de produção Capitalista é os meios de produção serem usados como Capital, na genial definição de Marx, através do ciclo D-M-D'.

Se tal ciclo deixar de estar presente o problema da propriedade torna-se secundário desde que, em sectores estratégicos, sejam impedidos pelo Estado o condicionamento e a manipulação de interesses sociais vitais sob pretexto da propriedade.

Os meios de produção (fábricas, terras, etc.) são algumas das formas que assume a riqueza acumulada por determinados indivíduos na sociedade. Não está agora em causa como e porquê determinados indivíduos, e não outros, acumularam riqueza.

Tal como milhões de pessoas depositam o seu dinheiro nos bancos e desconhecem o uso que do seu dinheiro é feito, analogamente também podemos imaginar uma organização social em que os detentores de maquinaria ou de terras entregariam esses meios a

entidades que lhes procurassem utilizadores e receberiam por eles um juro nos mesmos moldes em que o dinheiro dos depósitos é retribuído.

Uma tal retribuição poderia ter subjacentes justificações como:

- compensar a desvalorização ou depreciação
- premiar a poupança

Quer o dinheiro, quer os outros meios de produção, deixam de constituir capital quando vistos sob esta óptica. O capital só existe quando os meios de produção entram no processo produtivo para, através da exploração do trabalho alheio, saírem aumentados desse mesmo processo [28].

Assim é possível imaginar uma lógica socio-económica em que os detentores dos meios de produção, embora remunerados, nunca entrassem nos projectos enquanto proprietários e nunca tivessem, por essa razão, nem a autoridade para gerir, nem o poder de se apropriar das mais-valias que o trabalho, e só o trabalho, produz.

É chegada a hora de os movimentos de esquerda desviarem as atenções do problema da propriedade dos meios de produção para os problemas da distribuição das mais-valias geradas por todos os intervenientes em Projectos na sociedade, quer esses Projectos visem a produção de bens materiais de consumo quer consistam da manipulação e disponibilização de informação.

É muito importante valorizar diferentemente, por exemplo, a importância relativa dos meios de produção tradicionais ligados à era industrial, da importância dos meios de armazenamento e comunicação da informação que marcam a economia do Digitalismo.

Os meios de produção, se desligados do conhecimento, não têm qualquer hipótese de realizar o potencial que encerram.

Como mostraram as experiências saídas da revolução de 1917 a apropriação pelo Estado dos meios de produção não garante, de forma alguma, a superação do Capitalismo.

O que verdadeiramente conta é a justiça na distribuição do valor acrescentado pela aplicação do trabalho, ou seja, pelo conhecimento.

É preciso encontrar uma fórmula mais rigorosa para definir a superação do Capitalismo do que “a propriedade colectiva dos meios de produção”. É o que vamos tentar nos pontos seguintes.

4.2 Linhas para a superação do Capitalismo

Não podemos actualmente “descrever” esse sistema, a que chamamos Digitalismo, a não ser sob a forma de utopia, mas pensamos que isso não torna menos fecundo o exercício de reflectir sobre ele.

Na medida em que o carácter justo, ou injusto, do Digitalismo está ainda por determinar e no fundo depende daquilo que todos nós soubermos antecipar e condicionar, é muito importante que sejam desenvolvidos cenários sustentáveis para enquadrar as acções políticas a empreender.

De tudo o que foi dito nos capítulos anteriores consideramos legítimo extrair a seguinte fórmula de superação do Capitalismo:

Um modo de produção em que não predomine o assalariamento, em que todos os intervenientes participem nos projectos exclusivamente em função do seu trabalho e em que os excedentes gerados sejam distribuídos por decisão colectiva dos participantes nos projectos.

O cenário que descrevemos nos pontos seguintes não constitui uma proposta nossa nem é apresentado como modelo ideal para as relações de produção; trata-se apenas de uma hipótese que consideramos técnica e socialmente viável e cujos traços, ainda que de forma desarticulada e muito incompleta, julgamos serem observáveis já nesta fase de

transição em que vivemos. Digamos que se trata de uma solução que permitiria, numa primeira fase, ultrapassar o assalariamento e portanto a lógica do modo de produção capitalista.

Consideremos a hipótese de no Digitalismo os empreendimentos tenderem a organizar-se sob a forma de **Projectos Cooperativos** em que todos participam na qualidade exclusiva de trabalhadores cooperantes. Como sempre aconteceu ao longo da história certas formas de organização da produção arcaicas como o assalariamento irão permanecer, ainda que transformadas, mas deixarão de ser determinantes.

Os **Projectos Cooperativos** irão definir-se pelo seu propósito, pelo resultado que se proponham atingir. Não serão uma organização (empresa) mas sim um contrato entre trabalhadores para alcançar um dado fim, quer ele seja específico quer ele seja genérico, de curta ou de longa duração.

Cada cidadão poderá estar associado a vários projectos simultaneamente desempenhando em cada um deles funções de tipo diferente.

4.2.1 Primado do trabalho, logo do conhecimento

Como temos vindo a defender não só os meios de produção nada valem sem o conhecimento dos que os põem em movimento como é da aplicação do conhecimento que nasce o valor de troca das mercadorias produzidas.

Mesmo mantendo-se a propriedade privada dos meios de produção estes devem ser vistos como formas de poupança que não proporcionam ao seu detentor qualquer vantagem para além da legítima renda pela utilização.

Corolário da definição anterior é que todos os meios de produção para além do trabalho serão remunerados na base do “aluguer” da sua utilização e não dão direitos especiais aos seus proprietários aquando da distribuição dos excedentes. Aliás os proprietários, enquanto tal, não participarão nos projectos.

Os autores de Projectos Cooperativos e os responsáveis pela sua montagem devem portanto poder aceder a repositórios dos meios de produção existentes, das suas especificações técnicas e das respectivas taxas de aluguer.

Uma dada instalação industrial, por exemplo, poderá ser utilizada ao longo da sua vida útil por projectos diferentes, de autores diferentes e produzindo mercadorias distintas. Esta

abordagem aumenta a probabilidade de bom uso dos equipamentos dado que não estão dependentes, em exclusivo, da motivação e competência do seu proprietário.

É claro que os equipamentos mais versáteis e adaptáveis terão maior probabilidade de encontrar candidatos à sua utilização e, por outro lado, deverão ter maior longevidade.

Os proprietários poderão simultaneamente ser autores, ou responsáveis pela montagem, de projectos que visem a utilização dos seus próprios meios de produção mas nessa qualidade, como em qualquer outro projecto, terão que se subordinar às regras colectivamente estabelecidas para a distribuição dos excedentes.

Competirá ao Estado legislar sobre os “Contratos Projecto” e velar pelo cumprimento das regras.

4.2.2 Democratização da distribuição dos excedentes

É óbvio que o propósito da produção é gerar excedentes.

Desses excedentes vivem os autores e os concretizadores dos projectos.

É assim hoje e continuará a ser assim num futuro previsível.

Como os Projectos Cooperativos não têm assalariados, e não pagam salários, o excedente é a diferença entre o valor do que se produziu e o valor dos recursos comprados para o projecto (incluindo o “aluguer” dos meios de produção).

A questão que se coloca, da máxima importância, é como garantir que os excedentes são distribuídos correctamente.

Quando tratámos do valor das mercadorias exprimimos a nossa opinião de que o conhecimento incorporado nelas, base do seu valor, só é passível de avaliação por parte de quem as adquire. Só o cérebro humano dos consumidores sabe “avaliar” o conhecimento “contido” nas mercadorias.

Aplicando o mesmo raciocínio podemos concluir que na distribuição dos excedentes dos projectos terão que ser os seus intervenientes a determinar a importância relativa dos contributos dados para a geração desses mesmos excedentes.

Imaginemos um cenário para ilustrar a ideia.

- Alguém concebe um Projecto ABC e, como autor, inclui as especificações num repositório de projectos à procura de quem proceda à sua montagem. O autor propõe também qual a parte do excedente final que pretende obter como pagamento do seu trabalho. Suponhamos que fixa essa percentagem em 5 %

- Os profissionais que se dedicam à montagem de projectos consultam o repositório de projectos alimentado pelos autores.

Consideremos que um desses trabalhadores se interessa pelo Projecto ABC, o considera viável e potencialmente gerador de excedentes, e resolve adoptá-lo.

Se não negociar com o autor um valor mais baixo isso significa que vai ter que trabalhar contando apenas com 95 % dos excedentes potenciais.

Suponhamos que propõe a todos os que com ele participem na montagem 10 % dos excedentes e que se quer remunerar, ele próprio, com 5 %, e isso é aceite.

Passam assim a estar atribuídos 20 % dos excedentes (5% para o autor, 5% para o responsável pela montagem, 10% para os colaboradores deste).

A seguir à fase de montagem o Projecto ABC será posto no repositório dos projectos à procura de um responsável pela gestão propondo aos interessados uma participação de 80 % no excedente.

- Um determinado gestor candidata-se e é aceite para se responsabilizar pelo Projecto ABC. Convida os membros da sua equipa e negocia com cada um a parte do excedente que lhe cabe. Cada um dos membros da equipa de gestão terá que fazer o mesmo com os colaboradores cuja colaboração deseje obter.

É claro que ninguém é obrigado a aceitar um determinado projecto/tarefa. Cada interveniente toma a sua decisão com base no conhecimento de que dispõe: curriculum dos outros intervenientes, probabilidade de o projecto ter sucesso, projectos alternativos, etc.

Para esta lógica poder funcionar é pressuposto o acordo entre o responsável por cada fase e o candidato a responsável pela seguinte. Por exemplo um autor pode considerar que o historial de um determinado candidato não garante o sucesso da fase da montagem do projecto. Igualmente se pressupõe que um projecto pode sofrer várias alterações ao longo da sua vida, motivadas por conjunturas de mercado, evoluções tecnológicas ou outras. Isso poderá implicar uma redefinição colectiva do papel dos antigos e novos participantes e do respectivo peso na repartição dos excedentes.

Pode acontecer que um mesmo indivíduo actue nuns casos como autor, noutros como gestor e noutros ainda como mero executante.

Tendencialmente, a posição profissional e o sucesso de cada um dependerão essencialmente do seu desempenho. Ninguém ocupará determinadas funções, exercerá autoridade ou receberá dividendos apenas porque herdou uma ou várias empresas.

4.2.3 Cobertura dos riscos e financiamentos

Como já deve ter ficado claro, nos Projectos Cooperativos todos intervêm como trabalhadores não-assalariados e são remunerados com uma parte do excedente gerado.

Coloca-se portanto a questão de saber de que vivem os trabalhadores-cooperantes enquanto o excedente não estiver disponível o que, em muitos casos, pode demorar meses ou até anos.

A mesma questão se põe relativamente aos recursos materiais ou a serviços subcontratados para os projectos que poderão ter que ser pagos antes da geração de receitas.

Também tem que ser equacionada a possibilidade de, em certos casos, os projectos não gerarem excedentes.

Um cenário possível para solucionar estas questões podia consistir na montagem de uma instituição de financiamento de Projectos Cooperativos através de empréstimos que centralizasse a negociação com o sistema bancário .

Todos os projectos contribuiriam com uma parte do seu excedente para um Fundo de Cobertura de Riscos que absorveria os custos dos projectos falhados.

Os financiamentos levantados para materiais ou como adiantamentos aos trabalhadores, no caso de o projecto se concluir deficitário e não poder reembolsar, seriam portanto assumidos pelo Fundo acima referido.

Esta solução implicaria um controle rigoroso do historial profissional dos autores, responsáveis pela montagem de projectos e gestores, na medida em que seriam estes três tipos de trabalhadores-cooperantes os que assumiriam a iniciativa de levantar financiamentos para os projectos nas suas diferentes fases.

Seria aliás necessário estabelecer critérios que reflectissem no curriculum de todos os trabalhadores-cooperantes o sucesso ou o insucesso dos projectos, proporcionalmente à parte do excedente que a cada um fosse atribuída.

As candidaturas ao financiamento dos Projectos Cooperativos seriam avaliadas de acordo com o historial do seu autor, do responsável pela sua montagem e dos seus gestores e executantes e, como é desejável, aqueles que tivessem demonstrado incapacidade reiterada teriam cada vez mais dificuldade em obter financiamentos, assim como em ser aceites pelos eventuais parceiros.

4.2.4 Garantias no acesso à informação

No século XXI a questão da subsistência dos trabalhadores coloca-se de forma muito diferente daquela que Marx podia observar.

Cada vez mais, para os trabalhadores, não se trata já de garantir a subsistência física, num determinado contexto social, mas sim a possibilidade de continuar a informar-se e a aprender para continuar a ser socialmente útil. Este é o resultado da progressiva passagem do trabalho para o domínio intelectual, numa evolução em que cada vez mais profissões recorrem ao acesso e manipulação da informação em larga escala.

Tradicionalmente já acontecia, e todos nós achávamos normal, que um historiador tivesse que consultar fontes documentais em bibliotecas, um arquitecto necessitasse de ter acesso a obras de outros arquitectos, etc. A diferença é que esse tipo de necessidade vai estender-se a quase todos os tipos de trabalho no Digitalismo.

Tendo presentes algumas tendências preocupantes que se observam actualmente impõe-se regulamentar cuidadosamente a liberdade de acesso à informação, que não deve ser condicionada senão pela justa protecção dos direitos de autoria.

Para sermos mais claros digamos que os detentores de meios de armazenamento, difusão, transporte, comunicação da informação não deverão poder, de forma alguma, interferir na liberdade de acesso à informação, e nomeadamente à Internet.

Essa será uma das responsabilidades do Estado e das organizações internacionais.

4.2.5 A passagem à prática

Todos perguntarão como, aonde e quando ocorrerá o desenvolvimento do Modo de Produção acima descrito em traços largos.

A dúvida pode ser posta da seguinte maneira: se é o conhecimento dos trabalhadores que faz mover, e render, os meios de produção porque é que os trabalhadores não acabam com o Capitalismo recusando o seu conhecimento aos patrões e estabelecendo-se “por conta própria” ?

Todos sabemos que tal tem sido inviável porque a generalidade dos trabalhadores não pode, ou não quer, correr os enormes riscos que nas condições presentes impendem sobre um projecto de carácter cooperativo independente.

Por isso a esquerda deverá estabelecer no seu “programa” que a sociedade dedicará, anualmente, um verba considerável para financiamento de Projectos Cooperativos nos moldes acima descritos. À medida que os projectos forem gerando excedentes, e contribuindo também para o Fundo de Cobertura de Riscos, os recursos disponíveis em cada ano para lançar as novas relações de produção crescerão significativamente.

Aquilo que já hoje, apesar dos riscos e das incertezas, muitos trabalhadores fazem ao tornar-se independentes e ao deixar de trabalhar por um salário podia, e devia, ser

intensamente apoiado por fundos públicos. Neste sentido deviam igualmente orientar-se os esforços sindicais e as acções de formação e reciclagem.

Esta é uma proposta que será certamente muito bem acolhida por largos sectores dos trabalhadores e, em particular, pelos empregados nos serviços, especialistas e quadros que todos os dias vendem conhecimento em troca de um salário.

5. Conclusão

– uma teoria para os trabalhadores de hoje

Passamos finalmente a tratar as implicações políticas práticas de tudo o que atrás ficou dito, na perspectiva de conquistar os trabalhadores de hoje para a transformação progressista da sociedade.

Esta necessidade é sentida de forma generalizada por muitos marxistas que se por um lado reconhecem a inexistência de um estudo sério da sociedade actual do tipo daquele que foi feito por Marx na sua época (Marta Harnecker [29] ou Miguel Urbano Rodrigues [30]), por outro confrontados com a inexistência de propostas concretas da esquerda para uma sociedade alternativa, acabam por derivar para abordagens muito específicas ou “ecléticas” do tipo “outro mundo é possível” (Ronaldo Fonseca [31], Ignacio Ramonet [31], Lucien Séve [31]).

Recentemente, o próprio “Para um Manifesto da Renovação Comunista”, retoma esta questão de forma muito clara.[32]

Por meritórias que sejam estas preocupações acabam por projectar uma visão caótica da sociedade actual aonde parece não ser possível detectar um fio condutor que alicerce uma estratégia. Por isso não respondem à questão essencial de como convencer os trabalhadores e cidadãos da viabilidade de uma organização alternativa da produção em sociedade tomando em linha de conta que as motivações básicas dos destinatários da acção política continuam, e continuarão por muito tempo, a radicar nas preocupações de ordem material.

Sem negar importância aos grandes temas actuais como os da preservação ambiental, da igualdade racial e entre os sexos, da guerra e da paz, da fome, da doença e de outros grandes males que afligem a humanidade temos todos que reconhecer que, tal como sempre aconteceu, os grandes condicionamentos das opções políticas continuam a ser os medos e as expectativas dos cidadãos acerca dos seus meios materiais de vida, das formas de garantir o seu sustento e de como se proteger das incertezas do futuro.

Temos também que reconhecer que um cenário sócio-político só é credível se os cidadãos nele se virem retratados.

É para poder ir ao encontro destas preocupações que defendemos a absoluta necessidade de proceder a um reajustamento da Teoria do Valor e do conceito de Mais-valia de Marx, desvendando no mesmo passo os mecanismos presentes na sociedade actual que forçam a transição para novas formas de produzir.

Esta questão organiza-se em torno dos seguintes objectivos:

- Preservar a credibilidade das teorias marxistas no tempo actual e a possibilidade de os trabalhadores actuais nelas se reverem
- Redefinir os conceitos de forma a reflectir adequadamente o grau de exploração a que os trabalhadores estão hoje efectivamente sujeitos
- Conseguir a mobilização dos imprescindíveis agentes da mudança, os trabalhadores do conhecimento, para as transformações sociais.

Fruto do contexto e da época em que foram formulados, os conceitos implícitos nas teses nucleares do marxismo contêm anacronismos que não motivam e podem até afastar largas camadas dos trabalhadores de hoje.

Como vimos no capítulo “A linguagem dos números” a esmagadora maioria dos trabalhadores (65% em Portugal e 75% nos EUA), é hoje constituída por quadros, especialistas e técnicos, intelectuais e artistas, profissionais administrativos, vendedores e prestadores de serviços. Isto mesmo que se ignore que grande parte dos operários actuais, eles próprios, se estão a transformar progressivamente em trabalhadores que em vez de manipular directamente materiais desenvolvem a sua actividade pela manipulação de informação.

Esta constatação, que revela o erro da previsão dos marxistas clássicos quanto ao crescimento da classe operária no capitalismo [33], tem sido desvalorizada com base na tese de que os assalariados são os proletários dos dias de hoje .

A adopção de tal tese obrigaria no entanto a uma imprescindível discussão sobre as implicações dessa “translação” além de não poder ignorar que os assalariados nas empresas totalizam apenas 34,3 % da população com mais de 15 anos .

Trata-se portanto de compreender em que medida é possível ganhar o maior número de trabalhadores, especialmente as camadas que já hoje produzem com meios de produção e relações de trabalho que não são as típicas do Capitalismo “puro”, para a transformação da sociedade, assumindo claramente que isso é inevitável para que se consiga o sucesso

de um tal empreendimento. Para isso é necessário ultrapassar a distinção, feita por Marx, entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo.

Não se trata de fazer qualquer concessão oportunista ao estado presumidamente recuado de tais camadas no plano ideológico, para as cativar, nem de qualquer “amaciamento” da mensagem política para ouvidos mais delicados.

O que está em causa é antes reafirmar a irracionalidade do capitalismo, revelar o grau nunca imaginado por Marx da exploração actual e avançar claramente para o desenho de alternativas de sociedade que os trabalhadores de hoje entendam e com as quais se entusiasmem.

5.1 Superar os anacronismos

A escolha feita por Marx ao **referir o conceito de mais-valia [1] a um período determinado** de tempo, o dia de trabalho, condicionou a maior parte dos anacronismos com que nos confrontamos.

Sendo a mais-valia segundo Marx a diferença entre o valor das mercadorias produzidas durante um dia e o valor do salário auferido pelo trabalhador no mesmo período isso implica a necessidade de:

1. arbitrar, no fim do dia, um **valor para as mercadorias produzidas baseado no tempo de trabalho [1]** empregue na sua produção, independentemente do seu “destino” posterior no mercado. E para se precaver das variações da produtividade que ocorrem em cada caso produtivo concreto, Marx foi forçado a introduzir o conceito abstracto de **“tempo de trabalho socialmente necessário” [1]** para a produção das mercadorias.
2. determinar o valor auferido pelo trabalhador num dia de trabalho que não estivesse dependente da variabilidade dos salários concretos, o que resultou na definição dos salários como tendencialmente equivalentes ao valor abstracto dos **“meios de vida necessários para a subsistência dos trabalhadores” [1]**.

Paralelamente surgiram também caracterizações e definições relativas às mercadorias, aos consumidores e ao mercado.

Passamos seguidamente a analisar cada um destes tópicos e as suas implicações na percepção do marxismo por parte dos trabalhadores actuais.

5.1.1 A mais-valia referida a um período determinado

A escolha de Marx ao referir a mais-valia a um período de tempo determinado, o dia, teve certamente a ver não só com o tipo de produção na sua época mas também com as práticas contabilísticas e os meios disponíveis para as realizar.

A prática hoje corrente da contabilidade por produto, em paralelo com a contabilidade por períodos de tempo, permite conclusões sobre o custeio e a rentabilidade de cada produto que não estariam certamente disponíveis no tempo de Marx.

A primeira grande consequência nefasta desta escolha foi perder-se a visão de conjunto sobre a vida económica útil do produto e o escamotear da análise da mais-valia do conjunto de actividades que ocorrem a montante e a jusante da produção propriamente dita. Baseado numa produção mecânica ainda muito simples, Marx passa ao lado do carácter multifacetado e distribuído da produção actual, em que a mercadoria final é o resultado de múltiplas fases, em locais por vezes muito distantes, em que os contributos de cada interveniente são fulcrais para o valor gerado pelos outros.

Mas o aspecto fulcral deste anacronismo reside na incapacidade para incluir na mais-valia as consequências futuras do trabalho aplicado nas mercadorias durante um determinado período de tempo.

No tempo de Marx, um tecelão tecia num dia X metros de tecido e pronto; X metros de tecido eram sempre X metros de tecido. Como já vimos, hoje um trabalhador concebe

algo, por exemplo um programa de computador, e nem ele nem o seu patrão sabem à partida quantas unidades acabarão por ser produzidas e vendidas de tal produto.

Como já explicámos será a aceitação pelo mercado que acabará por determinar se são feitas 500 ou 10.000 cópias a partir do produto obtido de “um dia de trabalho” do programador.

Assim, o valor do que foi produzido não é passível de ser determinado no fim da jornada de trabalho; e se se aplicar a formulação de Marx quanto à mais-valia, pode chegar-se a valores muito abaixo daqueles que verdadeiramente ocorrem.

Difícilmente um trabalhador considerará válido o cálculo da mais-valia com base no valor correspondente a um dia do seu trabalho quando a mercadoria produzida proporcionou enormes lucros, ao longo de anos consecutivos, ao seu patrão.

Por isso propomos:

que a mais-valia seja calculada não no fim de cada dia mas no fim do ciclo económico das mercadorias e tendo em conta os resultados económicos que produziram, de acordo com as fórmulas apresentadas no capítulo “Valor de troca baseado em conhecimento”.

5.1.2 O tempo de trabalho como fonte do valor

Em “O Capital” e em “Salário, preço e Lucro” nomeadamente, Marx parte da análise dos comportamentos na troca de mercadorias para deduzir a conclusão de que é o trabalho que está na base da formação do valor das mercadorias.

Tal conclusão é amplamente justificada mas o mesmo não se pode dizer da conclusão seguinte de que a **medição do valor do trabalho se faz com base no tempo da sua duração.**

Com efeito Marx não adianta qualquer justificação para tal, limitando-se a enunciar essa tese como se algo de evidente e incontestável se tratasse:

“Um valor de uso ou bem, portanto, apenas tem um valor por que nele está objectivado ou materializado trabalho humano em abstracto. Como medir, então, a magnitude do seu valor? Pelo quantum da “substância formadora de valor [wertbildenden]” nele contido, pelo quantum] de trabalho. A quantidade do trabalho mede-se ela própria pela sua duração no tempo, e o tempo de trabalho, por seu turno, possui como padrão de medida determinadas partes de tempo, como hora, dia, etc.” (O CAPITAL, Livro 1º, Tomo I, 1ª Secção, Cap. 1; trad. portuguesa, Ed. AVANTE, pag 49)

Como se pode ver esta passagem não parece oferecer a Marx a mínima dúvida ou necessidade de demonstração.

Seria bom que quantos defendem a preservação desta tese, contra as investidas da própria realidade, aceitassem humildemente que se trata de uma conclusão pouco fundamentada e muito menos científica.

Adicionalmente, como mostrámos no Paradoxo 1, Marx parece ter desprezado o “trabalho vivo” cuja duração não depende da quantidade produzida (concepção, engenharia, marketing); para Marx 2000 casacos implicam sempre o dobro do tempo de trabalho de 1000 casacos.

Por hipótese o designer que concebe a embalagem de um produto gasta 5 dias nesse trabalho; no fim de cada dia qual foi o valor que produziu ? É impossível saber, pois enquanto o seu trabalho não estiver concluído não será possível determinar quanto tempo total que será gasto, e ainda não se sabe quantas unidades do produto virão a ser produzidas a partir da sua criação.

Claro que todos compreendemos que à época, num contexto em que o trabalho era essencialmente repetitivo e mecânico, Marx tenha chegado a estas conclusões; mas à luz das realidades da produção de hoje elas têm que ser postas em causa e em última análise substituídas.

Por isso propomos:

que em vez do tempo de trabalho se considere o conhecimento incorporado pelos trabalhadores durante o ciclo de produção das mercadorias que, como veremos mais adiante, é fulcral para o resultado económico que elas acabam realmente por obter no mercado (como explicado no capítulo “Valor de troca baseado em conhecimento”).

5.1.3 O “tempo de trabalho socialmente necessário”

Como já dissemos o conceito de “trabalho socialmente necessário” [1] foi introduzido por Marx para se precaver das variações da produtividade em cada caso concreto da produção. Ou seja por exemplo, um tecelão podia com determinadas máquinas produzir x metros de tecido em 3 horas e outro tecelão, com outras máquinas, produzir os mesmos x metros de tecido em apenas uma hora. Então o problema resolvia-se pelo cálculo de um tempo “médio” considerando o nível da tecnologia no conjunto da sociedade. Vejamos o que diz O CAPITAL:

“...o trabalho que forma a substância dos valores é trabalho humano igual, dispêndio da mesma força de trabalho humana. A força de trabalho conjunta da sociedade que se manifesta nos valores do mundo das mercadorias vale aqui como uma única força de trabalho humana, apesar de consistir em inúmeras forças de trabalho individuais. Cada uma destas forças de trabalho individuais é a mesma força de trabalho humana que as outras na medida em que possui o carácter de uma força de trabalho social média e actua como uma tal força de trabalho social média; portanto, na medida em que, na produção de uma mercadoria, também só precisa do tempo de trabalho médio necessário ou socialmente necessário. Tempo de trabalho socialmente necessário é tempo de trabalho requerido para produzir qualquer valor de uso nas condições de produção dadas, socialmente normais, e com o grau social médio de habilidade e intensidade do trabalho (O CAPITAL, Livro 1º, Tomo I, 1ª Secção, Cap. 1, trad. portuguesa, Ed. AVANTE, pag. 49)

Nesta definição surge também o conceito de força de trabalho [1] essencialmente para distinguir o que há de específico na prestação de cada trabalhador da disponibilidade abstracta para desempenhar tarefas durante o tempo em que está ao serviço do seu patrão.

Quer o “tempo de trabalho socialmente necessário” quer o conceito de “força de trabalho” revelam-se profundamente anacrónicos no mundo de hoje e de difícil aceitação pelos trabalhadores do conhecimento.

Numa época em que o conhecimento de cada trabalhador é o instrumento mais precioso que ele possui, o único que no essencial lhe garante o emprego e o salário, e em que a capacidade de inovar, de fazer diferente da média, é a sua maior vantagem profissional, esta involuntária desvalorização do trabalho contida na abordagem de Marx é quase inaceitável.

A consciência, e o orgulho, que os trabalhadores hoje têm do papel fulcral que a sua prestação individual pode ter no “sucesso” de um produto são postos em causa por esta redução arbitrária a um abstracto denominador comum.

Um simples exemplo serve para demonstrar a importância do aspecto qualitativo do trabalho: dois frascos de detergente têm sem dúvida “tempos socialmente necessários” de produção idênticos no entanto a sua aceitação pelos consumidores pode ser completamente diferente no que toca às quantidades vendidas. Como veremos mais adiante numa época em que a transacção mais comum dos consumidores é escolher entre vários produtos similares, a qualidade (e não a quantidade) do trabalho é determinante para tal selecção.

O “tempo de trabalho socialmente necessário” é um conceito de aplicação problemática, ou mesmo impossível, num contexto de trabalho não-repetitivo (como por exemplo a campanha de marketing de um detergente), repleto de tarefas com carácter único ou que nunca foram anteriormente realizadas.

Ainda podemos imaginar, embora com dificuldade, o “tempo de trabalho socialmente necessário” para produzir um metro de tecido; mas ninguém se atreverá a tentá-lo relativamente a um programa de computador para resolver um problema que nunca foi tratado.

Por isso propomos:

em vez do “tempo socialmente necessário”, a avaliação que o mercado efectivamente realiza do valor do conhecimento incorporado nas mercadorias (como indicamos no capítulo “Valor de troca baseado em conhecimento).

5.1.4 Os “meios de vida necessários para a subsistência dos trabalhadores”

Para Marx, a força de trabalho [1] no contexto do capitalismo, é uma mercadoria cujo valor é determinado pelo tempo empregue na produção dos meios de vida necessários à sua manutenção e reprodução, ou seja, à preservação da sua capacidade para continuar a participar no processo produtivo nos moldes esperados:

“A força de trabalho, porém, só se realiza pela sua exteriorização, só se activa no trabalho. Pela sua activação - o trabalho - é despendido um determinado quantum de musculo humano, nervo, cérebro, etc., que tem de ser de novo substituído. Este dispêndio aumentado implica uma entrada aumentada. Se o proprietário da força de trabalho hoje trabalhou, tem amanhã de poder repetir o mesmo processo nas mesmas condições de força e saúde. A soma dos meios de vida tem, pois, de bastar para conservar o individuo que trabalha como individuo que trabalha no seu estado de vida normal. As próprias necessidades naturais como alimentação, vestuário, aquecimento, habitação, etc., são diversas segundo as peculiaridades climáticas e outras peculiaridades naturais de um país. Por outro lado, o âmbito das chamadas necessidades imprescindíveis, assim como a maneira da sua satisfação, são eles mesmos um produto histórico e dependem, portanto, em grande parte, do estágio de civilização de um país e entre outras coisas dependem também essencialmente das condições em que se formou a classe dos trabalhadores livres e, portanto, de com que hábitos e exigências de vida. Por oposição às outras mercadorias, a determinação de valor da força de trabalho contém, pois, um elemento histórico e moral. Para um determinado país, num determinado período, contudo, o volume médio

dos meios de vida necessários está dado (O CAPITAL, Livro 1º, Tomo I, 2ª Secção, Cap. 4, trad. portuguesa, Ed. AVANTE, pag. 199)

É claro que nos dias de hoje o problema não está na “subsistência” física dos trabalhadores a não ser em regiões atrasadas que têm um peso diminuto para o cÙmputo global do sistema.

Nas situações típicas, quando se diz que o “ proprietário da força de trabalho se hoje trabalhou, tem amanhã de poder repetir o mesmo processo nas mesmas condições” o que está em causa é garantir o grau qualitativo de prestação dos trabalhadores.

Nas condições da produção actual, que consiste cada vez mais em manipulação da informação e produção de conhecimento, a prestação dos trabalhadores depende essencialmente da sua formação e capacidade para integrar e interpretar a informação, o que implica o acesso a uma complexa teia de objectos de índole tecnológica, científica e cultural.

Pode dizer-se que neste plano é virtualmente impossível estabelecer a quantidade e qualidade necessária de tais objectos e portanto elaborar um “cabaz de compras”, como o que Marx compÙs para os operários do seu tempo, que seja o suficiente para, por exemplo, um arquitecto produzir projectos de elevada qualidade.

Ora, segundo Marx, é para o valor desta espécie de “cabaz de compras” que os salários inexoravelmente tenderão:

“Poderia responder com uma generalização e dizer que, tal como com todas as outras mercadorias, também com o trabalho, o seu preço de mercado, a longo prazo, se adaptará ao seu valor; que, por conseguinte, apesar de todos os altos e baixos e faça o que fizer, o operário só receberá, em media, o valor do seu trabalho, que se resolve no valor da sua força de trabalho, o qual é determinado pelo valor dos meios de subsistência requeridos para o seu sustento e reprodução, o qual valor dos meios de subsistência é finalmente regulado pela quantidade de trabalho necessário para os produzir (Salário, Preço e Lucro, trad. portuguesa, Ed. AVANTE, 1983, pag.. 65-67)”.

Na visão de Marx está também implícita a ideia da disponibilidade ilimitada de trabalhadores caracterizados por grande uniformidade. Marx limita-se a distinguir dois tipos de trabalho, trabalho social médio simples e trabalho complexo:

“Já antes foi notado que para o processo de valorização é completamente indiferente se o trabalho apropriado pelo capitalista é trabalho social médio simples ou trabalho complexo, trabalho de mais elevado peso específico. O trabalho que, face ao trabalho social médio, passa por trabalho superior e mais complexo é a exteriorização de uma força de trabalho em que entram custos de formação mais elevados cuja produção custa mais tempo de trabalho e que, portanto, tem um valor mais elevado do que a força de trabalho simples. Se o valor desta força é mais elevado, então também ela se exterioriza em trabalho mais elevado e objectiva-se, portanto, nos mesmos espaços de tempo, em valores relativamente mais elevados. Qualquer que seja a diferença de grau entre o trabalho de fiação e o trabalho de joalharia, a porção de trabalho pela qual o operário joalheiro apenas repõe o valor da sua própria força de trabalho não se diferencia

qualitativamente, de modo algum, da porção suplementar de trabalho pela qual ele cria mais-valia. Tal como dantes, a mais-valia só surge por um excesso quantitativo de trabalho, pela duração prolongada do mesmo processo de trabalho: num caso, processo de produção de fio, no outro caso, processo de produção de jóias.

Por outro lado, em qualquer processo de formação de valor, o trabalho superior tem sempre de ser reduzido a trabalho social médio, p. ex., um dia de trabalho mais elevado a x dias de trabalho simples. Assim se poupa uma operação supérflua e se simplifica a análise pela admissão de que o operário, empregue pelo capital, realiza trabalho social médio simples.

....

A diferença entre trabalho superior e trabalho simples, “skilled” e “unskilled” repousa, em parte, sobre meras ilusões ou, pelo menos, sobre diferenças que de há muito deixaram de ser reais e apenas persistem na convenção tradicional, em parte, sobre a situação mais desesperada de certas camadas da classe operária que, menos do que a outras, lhes permite obter por ameaças o valor da sua força de trabalho. Circunstâncias casuais desempenham aí um papel tão grande que as mesmas espécies de trabalho mudam de lugar. Onde, p. ex., a substância física da classe operária se encontra enfraquecida e relativamente esgotada, como em todos os países de produção capitalista desenvolvida, em geral trabalhos brutais que exigem muita força muscular, convertem-se em trabalhos superiores, relativamente a trabalhos muito mais delicados que descem ao nível do trabalho simples, como, p. ex., o trabalho de um “bricklayer” (pedreiro) em Inglaterra que ocupa um nível muito mais elevado do que a de um tecedor de damasco. Por outro lado o

trabalho de um “fustian cutter” (cortador de algodão) — embora custe muito esforço físico e seja, além do mais, muito pouco saudável — figura como trabalho “simples”. Alias, não devemos pensar que o “skilled labour” ocupe volume quantitativamente significativo no trabalho nacional. Laing calcula que, em Inglaterra (e no País de Gales), a existência de mais de 11 milhões de pessoas repousa sobre trabalho simples.

Descontando um milhão de aristocratas e um milhão e meio de indigentes, vagabundos, delinquentes, prostitutas, etc., dos 18 milhões do número de habitantes, ao tempo do seu escrito, sobram para a classe média 4 650 000, incluindo os que vivem de pequenos rendimentos (funcionários, escritores, artistas, mestres-escola, etc). Para chegar a estes 4 2/3 milhões, ele conta como parte trabalhadora da classe media, fora os banqueiros, etc., todos os “operários fabris” mais bem remunerados! Nem sequer os “bricklayers” faltam entre os “trabalhadores potenciados”. Ficam-lhe, pois, os ditos 11 milhões. (S. Laing, *National Distress, etc.*, London, 1844, [49-52 pag.]) “A grande classe que nada tem a dar por comida senão trabalho ordinário é a grande massa do povo.” (O CAPITAL, Livro 1º, Tomo I, 3ª Secção, Cap. 5, trad. portuguesa, Ed. AVANTE, pag. 227-228).

Desta citação de Marx pode concluir-se que ele via os trabalhadores no Capitalismo como uma grande massa indiferenciada cuja força podia ser valorizada em trabalho simples ou superior conforme a lei da oferta e da procura e os sucessos da luta de classes.

As próprias máquinas mecânicas, que na altura pareciam destinadas a proliferar eternamente, acabariam por transformar todos numa massa uniforme de trabalhadores.

Por aqui se pode ver quão longe estava o mundo de Marx do mundo actual com a sua enorme diversidade de profissões, de especializações e de saberes.

As citações acima apresentadas são só por si suficientes para afastar do marxismo qualquer trabalhador do conhecimento.

Numa época em que a selecção de pessoal se tornou uma técnica altamente especializada, com recurso a sofisticadas metodologias incidindo na avaliação da preparação, das atitudes e motivações, dos comportamentos e potenciais, e na qual as empresas investem somas avultadas; numa época em que encontrar bons gestores, ou técnicos de sistemas ou especialistas comerciais, ou até operários de certas categorias, leva as empresas a propor condições remuneratórias extremamente elevadas; a lógica implícita na visão de Marx expõe-se inexoravelmente ao ridículo.

Como Marx não merece isso, é aos marxistas que compete rever e substituir tal visão; e é por isso que contrapomos:

que os salários são hoje determinados pelo potencial de conhecimento que cada trabalhador está em condições de incorporar nas mercadorias e pela raridade de tais recursos humanos no mercado de trabalho.

5.1.5 As mercadorias e os comportamentos dos consumidores

Ao longo de muitas páginas de O CAPITAL, Marx usa repetidamente o exemplo da troca de 40 côvados de tecido de linho por um casaco para ilustrar as suas teses.

Tal exemplo é bem um sintoma da proximidade da sociedade da sua época relativamente à produção artesanal, já que indicia situações em que alguém produzira uma peça de tecido pelas suas próprias mãos e procurava no mercado trocá-la por um produto mais elaborado, eventualmente com origem industrial.

Uma situação deste tipo parecerá certamente bizarra a qualquer trabalhador da nossa época e pode levar a encarar as teses de Marx como algo que nada tem a ver com os problemas actuais, pois o que realmente ocorre hoje é chegar-se ao mercado com dinheiro para trocar por mercadorias.

Como se tal não bastasse, Marx passa completamente ao lado daquilo que é a transacção mais comum para os consumidores de hoje: seleccionar um entre vários produtos equivalentes. Por cada produto que se decide adquirir é-se confrontado com dezenas, ou até centenas, de hipóteses ou variantes.

Para Marx um casaco é um casaco, ponto final. Assim é afirmado em O CAPITAL, Livro 1º, Tomo I, 1ª Secção, Cap. 1, trad. portuguesa, Ed, AVANTE, pag. 53:

“Um casaco não se troca por um casaco, um valor de uso não se troca por esse mesmo valor de uso”

O valor de uso é tomado como inerente à mercadoria; como se um frigorífico tivesse o mesmo valor de uso nos trópicos e no Pólo Norte.

A questão das preferências dos consumidores e do seu fundamento, é demasiado importante para se poder varrê-la para debaixo do tapete como os marxistas têm feito. É das escolhas dos consumidores que resultam os lucros ou os prejuízos das empresas.

É por isso que insistimos:

no papel do conhecimento incorporado para a formação do valor das mercadorias e, dito de outra forma, para a sua aceitação pelo mercado.

5.2 O conhecimento contra o assalariamento

Tomemos palavras de Marx, escritas em Junho de 1865:

“Penso ter mostrado que as suas lutas pelo nível de salários são incidentes inseparáveis de todo o sistema de salários, que em 99 casos em 100 os seus esforços por elevar os salários são apenas esforços para manter o valor dado do trabalho e que a necessidade de debater o seu preço com o capitalista é inerente à sua condição de terem de se vender eles próprios como mercadorias. Cedendo cobardemente no seu conflito de todos os dias com o capital, certamente que se desqualificariam para o empreendimento de qualquer movimento mais amplo.

Ao mesmo tempo, e completamente à parte da servidão geral envolvida no sistema de salários, a classe operária não deverá exagerar para si própria a eficácia última destas lutas de todos os dias. Não deverá esquecer que está a lutar com efeitos, mas não com as causas desses efeitos; que está a retardar o movimento descendente, mas não a mudar a sua direcção; que está a aplicar paliativos, mas não a curar a doença. Por conseguinte, não deverá estar exclusivamente absorvida nestas inevitáveis lutas de guerrilha que incessantemente derivam das investidas sem fim do capital ou das mudanças do mercado. Deverá compreender que, [juntamente] com todas as misérias que lhe impõe, o sistema presente engendra simultaneamente as condições materiais e as formas sociais necessárias para uma reconstrução económica da sociedade. Em vez do motto conservador “salário diário justo para um trabalho diário justo” deverá inscrever na sua bandeira a palavra de ordem revolucionária: “Abolição do sistema de salários!”.

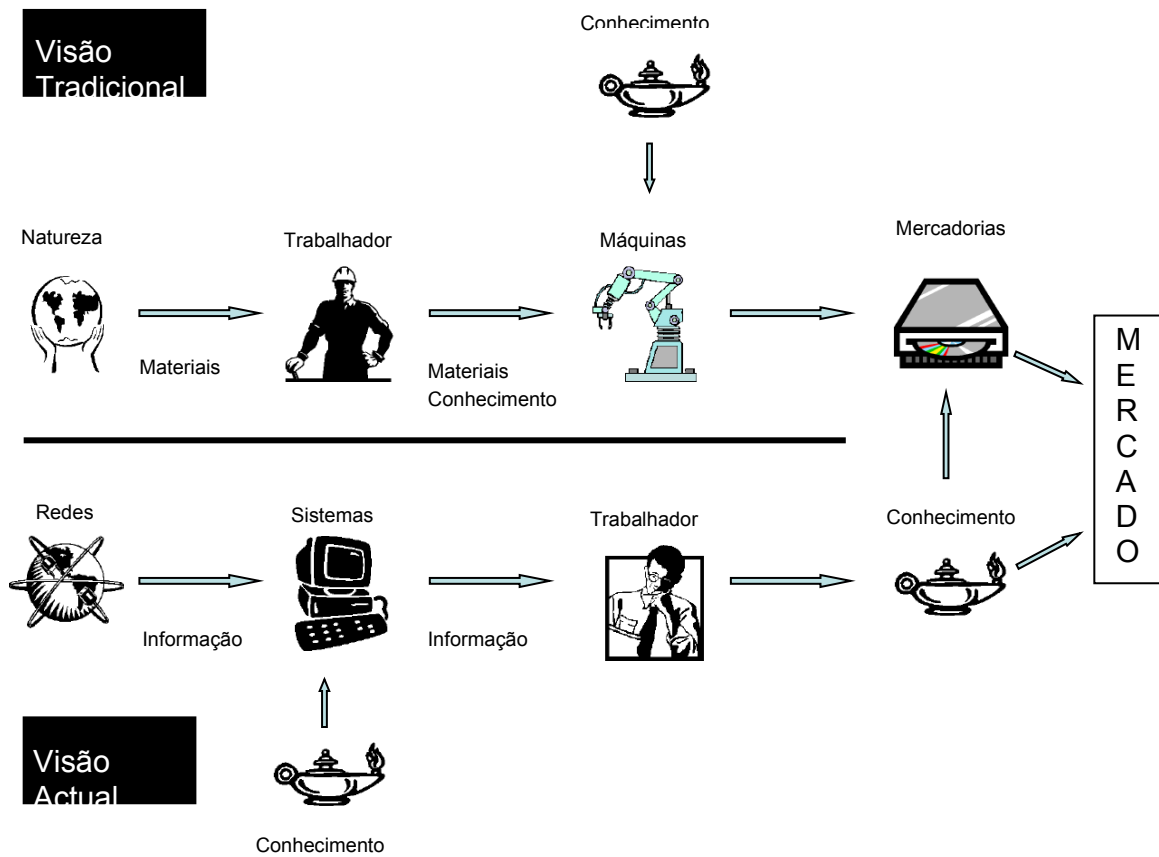
...

Os Sindicatos funcionam bem como centros de resistência contra as investidas do capital. Fracassam parcialmente por um uso não judicioso do seu poder. Fracassam geralmente por se limitarem a uma guerra de guerrilha contra os efeitos do sistema existente, em vez de simultaneamente o tentarem mudar, em vez de usarem as suas forças organizadas como uma alavanca para a emancipação final da classe operária, isto é, para a abolição ultima do sistema de salários.” (SALÁRIO, PREÇO E LUCRO, trad. portuguesa, Ed. AVANTE, Cap. XIV, pag. 80-81)

Vejamos agora como estas palavras de Marx têm sido esquecidas e como ganham novas ressonâncias no nosso tempo.

5.2.1 O conhecimento na ordem do dia

Antes de mais há que compreender a diferença fundamental entre a visão tradicional e a visão actual da produção que se vem adicionar à anterior:



Na visão tradicional o conhecimento surgia em dois modos:

1. Implícito na maquinaria e equipamentos em resultado da investigação e desenvolvimento tecnológico anterior
2. Exercido pelos executantes das tarefas e relacionado com a operação das ferramentas e máquinas (o chamado “saber-fazer”)

Na visão actual, para além dos modos tradicionais atrás indicados, o conhecimento surge também como resultado do trabalho, quer para incorporação nas “mercadorias convencionais” quer para se converter, ele próprio, em mercadoria.

O essencial da produção transfere-se das máquinas para os cérebros humanos.

As máquinas, os sistemas digitais, funcionam essencialmente como dispensadores de informação, como calculadores intensivos e como instrumentos de comunicação do conhecimento entre os milhões de trabalhadores e consumidores ligados às redes.

Este salto qualitativo tem consequências revolucionárias:

1. Subalterniza a questão da composição orgânica do capital [1] já que o desenvolvimento económico passa a depender menos dos grandes investimentos em maquinaria pesada
2. Altera a abordagem tradicional dos meios de produção já que os trabalhadores são, eles próprios, os possuidores do principal meio de produção e também porque o desenvolvimento tecnológico proporciona sistemas digitais e comunicações cada vez mais baratos

3. Transfere, em grande medida, a luta de classes para o terreno da apropriação do conhecimento

Claro que os sistemas produtivos baseados em meios de produção “pesados” não desaparecem mas, em todos eles há sempre uma componente de informação que é possível isolar e autonomizar (como se tem visto na prática quando os grupos económicos isolam as operações de tratamento da informação em empresas que nascem por desmembramento das empresas industriais tradicionais).

Em qualquer sistema convencional como uma refinaria ou uma grande montagem de automóveis existe sempre uma área logística, ou de controle de operações, ou de mercado, em que a manipulação da informação é cada vez mais crucial.

Passemos agora a situações da vida real actual.

5.2.2 Disputar o conhecimento

Cíclicamente, os noticiários referem situações de fecho de fábricas na área das confecções e do calçado em Portugal. Os seus proprietários, grandes sociedades estrangeiras, optaram por transferir a produção para países com mão-de-obra mais barata.

Como reagem os sindicatos e as forças de esquerda ?

Exigindo às empresas que se mantenham em Portugal, invocando os problemas sociais que o encerramento das fábricas vai provocar.

Mesmo nos casos em que os edifícios e as máquinas são quase oferecidos pelos anteriores proprietários nunca se vê perspectivar a continuação da laboração por iniciativa, e sob controle, dos próprios trabalhadores. Porquê ?

Na maior parte das empresas os trabalhadores agem numa lógica de meros executantes de tarefas.

Na verdade os factores críticos do sucesso das empresas, os seus mercados, as suas vantagens competitivas, raramente são estudados e acompanhados pelos trabalhadores e seus representantes. Assim quando se chega a situações limite, como o encerramento, não há a mínima preparação a nível do conhecimento para tomar o destino nas suas próprias mãos.

Diríamos mesmo mais, a nível sindical, e mesmo dos partidos de esquerda há um enorme deficit de compreensão acerca dos desafios de gerir uma empresa de forma rentável no

nosso tempo. Não é feito qualquer esforço para levar os trabalhadores a entender em que se fundamenta a sobrevivência das empresas, quem na empresas gera valor e competitividade e de que forma.

É mais cómodo lidar com o estereótipo do patrão desumano cujo desejo inconfessado é sugar os trabalhadores até ao tutano.

Como todos sabemos é muito difícil combater um inimigo cujas verdadeiras motivações não compreendemos no entanto é uma tendência comum confundir a explicação das causas com a justificação dos efeitos [34].

Por isso a posição típica da esquerda nos dias de hoje é quase absurda; por um lado diabolisa o patronato, por outro parece outorgar-lhe em exclusividade a capacidade para criar meios de vida para os trabalhadores. Em que ficamos ?

O assalariamento é uma exploração odiosa ou é algo a preservar e manter ?

Não temos nenhuma alternativa ? não somos capazes de criar alternativas ?

Nesse caso a burguesia desempenharia um papel quase humanitário ao garantir a sobrevivência dos trabalhadores!

Tudo isto é paradoxal à luz da citação de Marx apresentada em 5.2.

É absolutamente urgente pÙr o conhecimento ao nível das empresas na ordem do dia, pois é nas empresas que estão os trabalhadores e é aí que tudo se decide.

A esquerda sempre olhou de soslaio para a microeconomia, a própria preponderância dos sindicatos relativamente às Comissões de Trabalhadores reflecte tal preconceito, mas isso é um erro de palmatória.

Consideramos ilustrativo um episódio vivido por nós, ocorrido muito antes de a Internet se ter tornado banal, e que decorreu na rede de computadores da IBM, que tinha sido criada para utilizações técnicas e profissionais e que os trabalhadores souberam usar para expressar o seu descontentamento.

Em 1991 o gigante do negócio dos computadores, depois de um longo período de prosperidade, começava a mostrar evidentes sinais de crise em resultado dos erros de estratégia dos seus dirigentes.

Em 1991 e 1992 a IBM registou prejuízos, algo de inédito, apesar de estar a reduzir o número de empregados desde 1985.

O texto de uma intervenção pública do presidente da IBM, John Akers, anunciando os maus resultados do primeiro trimestre foi colocado por um empregado, para discussão, num fórum electrónico a que tinham acesso centenas de milhares de empregados da companhia.

O que se passou a seguir foi uma avalanche de milhares de intervenções de trabalhadores de todo o mundo, quer dos laboratórios quer das fábricas e também da área comercial, criticando não só as chefias intermédias mas o próprio presidente da IBM.

A administração da empresa, atordoada, começou por bloquear os acessos mas depois, perante a onda de protestos, reabriu a discussão embora impondo algumas regras.

Passados alguns meses foi anunciada o afastamento de John Akers e iniciado um atribulado processo para encontrar um substituto para presidente da IBM.

A razão pela qual aqui referimos aquilo que terá provavelmente sido a primeira campanha a nível mundial de contestação da administração de uma das maiores empresas do mundo com recurso aos meios electrónicos, é a de mostrar que as tecnologias podem encerrar grandes virtualidades, quer no plano das lutas quer no plano da transformação das relações de produção.

Um outro caso ilustrativo destas novas potencialidades está a acontecer na Coreia do Sul e é relatado no Expresso de 22 de Março de 2003.

No princípio do ano 2000, Oh Yeon Ho resolveu tornar-se jornalista independente e apostar num jornal através da Internet: “Foi o meu adeus ao jornalismo do século XX”, explicou ao New York Times, “Queria revitalizar o nosso jornalismo. Como não tinha dinheiro, decidi usar a Internet, o que tornou esta estratégia de guerrilha possível”.

O novo jornal “OhMyNews.com” arrancou com quatro jornalistas. À data da notícia eram já quarenta e um editando as histórias enviadas pelos cidadãos-reporteres, inscritos no site e responsáveis por 80% das notícias.

Em três anos o “OhMyNews” tornou-se um dos mais influentes órgãos de comunicação social da Coreia do Sul e furou a barreira do conservadorismo. Os mais de três milhões

de cibernautas leitores transformaram-no num jornal de referência que, influenciou decisivamente a eleição de um presidente e enquadrou vagas de manifestações anti-americanas.

5.3 Especialistas de todos os saberes uni-vos

Como já dissemos é ao nível da empresa que faz sentido compreender tanto a geração de valor e quem a garante, como a distribuição dos excedentes e as suas regras.

Um grande salto em frente seria dado se estas fossem preocupações constantes dos trabalhadores dentro das suas empresas.

A partir desta consciência é que se poderia avançar para a exigência de justiça na distribuição dos excedentes com base na contribuição dada por cada um dos intervenientes. Trabalhadores informados, conscientes dos problemas e potencialidades das suas empresas, constituem uma formidável forma de pressão sobre o patronato.

Portanto, os trabalhadores devem dar na sua luta prioridade à disputa do conhecimento acerca da empresa em que trabalham e do mercado em que se movem.

O patronato deve ter a sensação permanente de que os seus assalariados, com o conhecimento de que dispõem, podem em qualquer momento deixar a sua empresa e criar uma idêntica como concorrente.

O próprio patronato tem vindo a perceber melhor a importância do conhecimento para as organizações e tem adoptado fórmulas para cativar aqueles que considera os recursos mais importantes. Gestores, investigadores, especialistas de marketing e vendas vêem-se nos últimos decénios premiados com benesses como lotes de acções, participação nos lucros, etc.

Os sindicatos limitam-se a exigir a perpetuação do assalariamento: formação profissional (que significa pouco mais do que aprender a executar ordens usando novas máquinas..), aumentos salariais e protecção contra os despedimentos; a conhecida fórmula do “trabalho com direitos”.

Como se, reportando-nos à época feudal, se aconselhasse os que fugiam para os burgos a manter-se nos feudos e a exigir aí um tratamento mais favorável.

Os burgos dos servos de hoje serão provavelmente as pequenas empresas de grupos de especialistas, ágeis, quase sem “meios de produção” convencionais e baseadas na Internet.

Como explicámos no ponto anterior os sistemas digitais são meios de produção de custo bastante moderado o que torna possível o surgimento de pequenas empresas baseadas no tratamento da informação à revelia dos grandes grupos económicos.

Na verdade tem-se verificado um número crescente de registos de empresas que saltou de 7.645, em 1980, para 25.377 em 1997.

Este crescimento exponencial do números de empresas registadas, necessariamente pequenas, tem como consequência o aparecimento nas estatísticas de muitos assalariados que na realidade não o são; do ponto de vista prático são sócios das empresas desempenhando funções de directores gerais, directores comerciais, directores técnicos, etc.

Estas pequenas unidades, muitas vezes suportadas na Internet, resultam em muitos casos de decisões de especialistas que abandonam os seus empregos assalariados para, em colaboração com outros colegas, tentar formas de distribuição justa dos excedentes que o seu conhecimento pode gerar.

Todos sabemos que este tipo de empreendimento oferece riscos mas sem dúvida reflecte um anseio por parte dos trabalhadores do conhecimento para sacudir o jugo do assalariamento.

Como dizíamos mais atrás estas empresas podem muito bem ser os “burgos” do nosso tempo e nós temos consciência de que no período feudal essas experiências, apesar de hoje sabermos que foram o embrião do capitalismo, tiveram também os seus retrocessos.

Aquilo que se impõe aos movimentos de esquerda no momento actual é pois estudar todos os sintomas que nos vêm da sociedade, como aqueles que acabamos de referir, e não desencorajá-los ou, como tantas vezes acontece, ridicularizá-los.

Compete aos movimentos de esquerda explorar o potencial das novas tecnologias para novas formas de luta e também ser os geradores de novas ideias no plano das relações de produção que vão ao encontro dos anseios dos trabalhadores do conhecimento no sentido de superar o assalariamento e, no mesmo passo, a exploração capitalista.

Marx interrogava-se em 1865: “Como é que surge este fenómeno estranho de encontrarmos no mercado um conjunto de compradores possuidores de terra, maquinaria, matéria-prima e meios de subsistência (...) e por outro lado um conjunto de vendedores, que não tem nada para vender excepto a sua força de trabalho...?”

Como a realidade nos mostra, no século XXI não são já “a terra, maquinaria e matérias-primas” que vão constituir os meios de produção essenciais. São a informação (e por isso é vital a luta para garantir o livre acesso), a criatividade, o conhecimento e a capacidade do cérebro humano, que é propriedade de cada um.

Poderá então o Digitalismo ser o embrião da “união restaurada” com que Marx sonhava ?

“Uma vez estabelecida a separação entre o Homem de Trabalho e os Instrumentos de Trabalho, semelhante estado de coisas manter-se-á e reproduzir-se-á numa escala constantemente crescente, até que uma nova e fundamental revolução no modo de produção o derrube de novo e restaure a união original numa forma histórica nova.”

(SALÁRIO, PREÇO E LUCRO, trad. portuguesa, Ed. AVANTE, Cap. VII, pag. 50).

Se escrevesse nos dias de hoje, Marx seria provavelmente o primeiro a lançar o apelo:

“Especialistas de todos os saberes, uni-vos!”.

ANEXO 1

DO SOCIALISMO PREMATURO

PARA O SOCIALISMO DO FUTURO

(publicado na revista Vértice em Julho de 1990)

1. A LESTE DO PARAÍSO

Toda a informação que nos vai chegando tenta convencer-nos de que os países do Leste não só não conseguiram o seu paraíso utópico como, isso sim, se encontram afinal a Leste do Paraíso (que é nosso e só nosso).

Claro que ninguém contesta o falhanço de uma experiência que, para além do mais, constituiu uma referência para várias gerações. Tal falhanço deve, até por isso, ser analisado e caracterizado. Sem essa alternativa, que o Socialismo apesar de tudo constituía, a vida torna-se demasiado triste (mesmo para quem vive no paraíso como é o nosso caso).

Nas páginas que se seguem tentaremos interpretar os acontecimentos que conduziram à situação actual nos países até há pouco referidos como "socialistas" e que nós designaremos, englobando o conjunto dessas experiências, como do "Socialismo Prematuro". Explicaremos porquê.

Também dedicaremos algum esforço a uma tentativa de posicionar o tempo actual, por analogia com as fases da transição do Feudalismo para o Capitalismo, relativamente à

emergência de um modo de produção sucessor do Capitalismo. Chamemos-lhe o Socialismo do Futuro (ou com Futuro).

Somos portanto seguidores e admiradores de Marx embora, como vamos ver, não consideremos correcto tudo o que ele produziu.

Passaremos depois a um esboço de caracterização desse novo modo de produção bem como à tentativa de redefinir o papel de um partido revolucionário, à luz dos novos conceitos

2. OS LIMITES DE UMA TEORIA VANGUARDISTA

Marx explicou que, no Capitalismo, o proletariado é a classe explorada por excelência, potencialmente a mais interessada em enterrar tal sistema socio-económico. O

desenvolvimento teórico Leninista saltou para a conclusão de que tal classe era não só a mais consciente como a vanguarda de todos os explorados. Vanguarda, no sentido de perceber antes, e melhor, as contradições do sistema mas também de assumir a direcção de todas as operações para o destruir.

O partido leninista, instrumento considerado imprescindível para o sucesso, era por sua vez a vanguarda do proletariado já que constituído pelos mais esclarecidos de entre os esclarecidos.

A direcção do partido leninista, a nata dos seus militantes, constituía naturalmente a vanguarda do partido; o secretário-geral era, seguindo o mesmo raciocínio, a vanguarda da direcção do partido.

Toda esta estrutura hierárquica, de comprovada eficácia operacional, previa a sua própria autenticidade e legitimação; o proletariado não deixaria de considerar, na sua luta, os anseios das outras classes exploradas; o partido recrutaria os mais representativos e exemplares membros do proletariado; a direcção do partido agruparia os mais abnegados militantes e o secretário-geral seria, sem dúvida, o mais firme e arguto dos dirigentes.

Um facto social imprevisto veio minar a solidez desta arquitectura. Apesar do inestimável valor da contribuição de Marx para o desenvolvimento do pensamento social, não lhe foi

possível prever correctamente a evolução numérica da classe operária nem o papel que no Capitalismo desenvolvido lhe estaria reservado. Estava implícito na teoria Marxista o aumento dos efectivos do proletariado até que o seu papel, no contexto da produção capitalista, se tornaria de tal forma importante que conduziria à queda do sistema.

Como todos sabemos aconteceu precisamente o contrário.

O proletário que, no século XIX, em plena Revolução Industrial, aparecia aos olhos da sociedade como "amestrador" dos novos equipamentos tecnológicos, vê-se hoje substituído cada vez em maior escala por todo o tipo de automatismos, ligado a uma base material em óbvia decadência. Nenhum operário desejará hoje um futuro para os seus filhos que passe por tal condição de classe.

Em contrapartida há outras camadas subordinadas no Capitalismo que constituíam, no tempo de Marx, um conjunto incharacterístico de manipuladores de instrumentos velhos de séculos como a caneta e que, hoje, desenvolvem a sua actividade com o suporte dos mais sofisticados instrumentos das tecnologias da informação. O seu número cresceu de forma acelerada nos países mais desenvolvidos do Capitalismo aonde chegam a constituir mais do dobro do operariado.

Esta evolução fez perder viabilidade a uma delegação que estava implícita no conceito vanguardista; era muito mais natural o papel de vanguarda do proletariado quando se pensava que mesmo aqueles que ainda dele não faziam parte para lá caminhavam (o que realmente aconteceu foi, apenas, que enormes camadas se tornaram também assalariadas).

Os partidos comunistas podem, bem entendido, continuar a auto proclamar os princípios vanguardistas mas o corpo social não reconhece e ignora, pura e simplesmente, tal proclamação. A partir desse ponto toda a arquitectura baseada no vanguardismo passa a funcionar desligada da realidade o que explica a progressiva perda de influência dos partidos à medida que as sociedades conhecem a "terciarização". Nos países do Leste este equívoco foi levado ainda mais longe. Estando no poder, os partidos enveredaram por um "endeusamento" da condição do proletário, transformado em autêntico modelo para as restantes camadas sociais. Chegou-se ao ponto de provocar, com tais atitudes, a desmotivação dos jovens quanto à aquisição de formação académica superior já que era mais fácil obter prestígio e capacidade económica ingressando muito cedo na actividade produtiva.

A degradação da situação económica dos países de Leste, o seu atraso tecnológico, pode ter muito a ver com isto.

O impasse económico funcionou também como catalisador para a rejeição do vanguardismo como forma de legitimar o poder. A falta de outros modelos tem de se considerar normal a polarização da contestação com base nos princípios da democracia parlamentar.

Como vamos ver o alheamento dos cidadãos relativamente aos grandes objectivos sociais é outro problema para o qual se deverá procurar remédio na democracia. As formas a adoptar para o conseguir são múltiplas mas deverão, no essencial, garantir que todos são iguais quando se trata de legitimar o poder, independentemente da classe (ou partido) a que pertençam.

A questão do multipartidarismo deve também ser vista a esta luz apesar de sabermos como podem ser ilusórios certos sistemas multipartidários (por ex. o americano) e como podem distorcer a vontade popular certos sistemas eleitorais (como os círculos uninominais na Grã-bretanha).

Podemos assim concluir que os ideais generosos que enformam o Socialismo foram mal servidos por uma concretização que, contra o que seria de esperar das intenções de progresso para todos, recorreu a métodos de imposição capazes de levar à descrença mesmo na melhor proposta.

Se nos é permitida uma analogia com a Revolução Francesa, agora tão citada a propósito da readopção da democracia formal no Leste, relembraríamos:

- Também os ideais de "Liberdade, Igualdade, Fraternidade" foram manchados por distorções (com excepção dos jacobinos todos defendiam o direito de voto só para quem tivesse rendimentos superiores a um certo limite).

- Também durante a Revolução de 1789, feita para acabar com a injustiça e prepotência do Antigo Regime, foram praticados crimes em massa.

- Também o regime que decapitou a monarquia absoluta descambou no Império Napoleónico.

- Também a França revolucionária depois de ter espalhado por toda a Europa os ideais republicanos e liberais sucumbiu, ao fim de 35 anos, à Santa Aliança do Rei da Prússia, do Imperador da Áustria e do Czar da Rússia.

Nada disso impediu que as ideias correctas subjacentes tenham sobrevivido até aos nossos dias e sejam objecto de respeito universal.

3. O INSUCESSO DO SOCIALISMO SEM CONSUMO

Nem os mais acérrimos inimigos do socialismo se atrevem a dizer que, nos países de Leste, as grandes questões sociais como a educação, a saúde e mesmo a habitação, não foram no essencial resolvidas.

Todas as críticas se concentram na escassez e falta de qualidade dos bens de consumo corrente (roupa, electrodomésticos, automóveis, etc.).

Também quase nunca se refere o direito ao trabalho, a protecção às mães e às crianças, a pedagogia dos ideais pacifistas, etc.

Aproveitando o zelo auto-crítico vindo do Leste projecta-se a imagem irracional de que "do outro lado" afinal estava tudo, mesmo tudo, mal. Até os campeões olímpicos da RDA eram obrigados pela famigerada STASI a bater os seus recordes.

Tentemos então esclarecer o que efectivamente falhou em termos socio-económicos.

Comecemos por assinalar que o "socialismo" e o capitalismo não se defrontaram em condições de igualdade, como se fossem dois atletas num estádio. O capitalismo era, já em 1917, e continuou sempre sendo um sistema largamente dominante à escala planetária.

Os países que lhe tentaram escapar nunca puderam viver uma situação normal no que toca ao comércio internacional; como se fossem rebeldes em vilória de cacique todo-

poderoso, sujeitos às chantagens e boicotes daquele a quem tinham tido o arrojo de desafiar.

Sem a normalidade das importações e das exportações estava-lhes vedado, mesmo que outros problemas não existissem, o normal abastecimento dos seus mercados.

Os americanos, por exemplo, compram quase todos os seus gravadores de vídeo e uma boa parte dos seus automóveis ao Japão, o que contribui para uma gigantesca dívida externa de centenas de milhares de milhões de dólares. Os russos nunca poderiam, mesmo que quisessem, fazer outro tanto.

Forçados a abastecer o seu mercado com os seus próprios produtos foram obrigados a dispersar esforços e a desperdiçar recursos.

Mas isto é apenas o pano de fundo.

Aquilo que realmente falhou foi o sistema de motivações; não sendo viável o consumismo e estando, por natureza, vedada a utilização da chantagem sobre os trabalhadores (como por ex. o desemprego) não houve a capacidade para criar um sistema de motivações alternativo.

Pode inclusive colocar-se a dúvida sobre se tal teria sido possível. Cada sistema tem a sua própria lógica que não é arbitrária. Tendo-se eliminado o patronato explorador manteve-se, apesar disso, os trabalhadores numa espécie de assalariamento (trabalho durante um certo tempo em troca de um salário). Ora tal constitui um absurdo pois, como marxistas, devemos esperar que a um novo modo de produção correspondam novas

relações na produção. É, de certa forma, como se o capitalismo ao suceder ao feudalismo, eliminando embora os senhores, mantivesse os servos a trabalhar nos moldes típicos da servidão.

O assalariamento era também absurdo por não lhe corresponder, de acordo com a sua própria lógica, um mercado de consumo que drene os salários, de novo, para as mãos dos que os pagaram. Este sistema, sem uma dinâmica própria, acabou por conduzir ao desinteresse e à baixa produtividade, o que só veio agravar ainda mais os problemas.

Tal não tem nada a ver com o facto de a economia ser planificada. São altamente planificadas algumas das maiores empresas capitalistas e isso nunca as impediu de criarem poderosos sistemas de motivação. Hoje já há meios tecnológicos suficientes para tornar um sistema planeado mais perfeitamente auto-regulado do que o "milagroso" mercado capitalista.

A centralização de que tanto se fala foi tanto causa como consequência do desinteresse dos cidadãos.

4. O SOCIALISMO PREMATURO

A explicação para tudo o que foi dito vamos encontrá-la no plano tecnológico.

O capitalismo só se estabeleceu e generalizou com a Revolução Industrial; também o socialismo só poderá concretizar-se após o desenvolvimento de uma base material própria.

Nos países do Leste existe (existiu ?) ou não um modo de produção alternativo ao capitalismo, capaz de vir a generalizar-se a toda a humanidade, e que corresponda a uma nova fase mais avançada da organização da sociedade humana ?

Como marxistas não podemos deixar de usar este conceito para avaliar da profundidade das transformações sociais ocorridas.

O capitalismo nasce associado à grande indústria mecanizada, a sua base material por excelência, assenta num determinado sistema de propriedade privada dos meios de produção (e exploração) através de relações de produção específicas, nomeadamente o assalariamento.

Tudo isto acabou também por se consubstanciar em determinadas formas de exercício do poder político como tradução, ao nível do estado, dos equilíbrios de forças entre as classes em presença.

Quando analisamos a transição do feudalismo para o capitalismo verificamos que, em primeiro lugar, são as relações de servidão que deixam de cumprir bem o seu papel e

começam a ser postas em causa pelos seus intérpretes. Este longo processo, que dura séculos, conduz em certos momentos (por ex. Revolução Francesa) a transferências do poder político, mas a verdadeira substituição do feudalismo pelo capitalismo só ocorre quando a base material nova permite generalizar a nova relação de produção, o assalariamento.

Essa nova base material torna absurdas as classes antagónicas anteriores e resolve "naturalmente" o problema da propriedade. O capitalismo não resultou da apropriação dos feudos pelos servos; a grande industria é que tornou ridículos os rendimentos e a propriedade fundiária.

Perante este quadro que significado atribuir à Revolução de 1917 e ao que se lhe seguiu ?

A revolução ocorre num momento em que o assalariamento estava longe de ter esgotado as suas virtualidades. Consiste essencialmente numa transferência do poder político (para a classe anteriormente explorada) com aproveitamento da base material do capitalismo (a grande industria) que é confiscada pelo estado.

Contrariamente à experiência histórica anterior não surge uma nova classe dominante associada a uma nova base material. Em vez disso pretende-se precisamente eternizar um proletariado sem patrões, um assalariamento sem exploração e um salário sem consumismo, como se não fossem o verso e o averso de uma mesma moeda.

A nossa conclusão é pois a seguinte: a Revolução de Outubro não implantou o socialismo tal como a Revolução Francesa, só por si, não implantou o capitalismo.

Quando ocorreu a Revolução Francesa, a servidão em França já sofrera um acentuado processo de decomposição. O mesmo se verificara numa boa parte da Europa. Desse ponto de vista a situação estava madura para a transição.

O assalariamento, pelo contrário, continuava em expansão aquando da Revolução de 1917 (em particular na Rússia) e só começou a ser verdadeiramente posto em causa quando a informática e a automatização ditaram a sentença de morte de todo o trabalho repetitivo, na fábrica e no escritório.

A Revolução de Outubro foi o início da era do "Socialismo Prematuro", que durou até aos nossos dias.

5. ONDE SITUAR O MOMENTO ACTUAL NO PROCESSO DE TRANSIÇÃO ?

Se aceitarmos a tese de que na transição do feudalismo para o capitalismo se passou por:

- Um longo período de decomposição da relação dominante (servidão)- Alteração da base material na sequência da Revolução Industrial- Generalização da nova relação (assalariamento) durante o século XIX

Podemos tentar compreender a qual das fases acima descritas corresponde o momento que vivemos, nos países determinantes do sistema capitalista.

DECOMPOSIÇÃO DO ASSALARIAMENTO

Quando se alude à decomposição de uma relação isso deve significar que ela deixou de desempenhar bem a sua função específica. Tal não passa, no essencial, pelo facto de os explorados protestarem contra a injustiça inerente; quando a crise é decisiva isso deverá revelar-se também no facto de mesmo os exploradores deixarem de prezar a relação em decomposição.

A servidão feudal foi objecto das revoltas camponesas, sem dúvida, mas também os senhores, a partir de um certo momento, contribuíram para a sua decomposição quando verificaram que os rendimentos que dela obtinham eram insuficientes ou inadequados (é conhecida a passagem das rendas em trabalho para rendas em espécie, primeiro, e para rendas em dinheiro posteriormente).

Que mecanismos, presentes na nossa sociedade e a ela inerentes, põem em causa o assalariamento e o papel que a tal relação estava reservado na exploração capitalista ?

O assalariamento é uma relação dominante em capitalismo que permite aos proprietários dos meios de produção, pagando aos trabalhadores um valor fixo pelo tempo de laboração, apropriar-se dos resultados da empresa quaisquer que eles sejam. Os trabalhadores contribuem para a produção mas a sua retribuição não é proporcional ao resultado obtido.

O capitalismo assenta sobre um "consenso" social que aceita que o autor de um investimento, da criação de uma empresa, seja o único interveniente no processo produtivo cuja remuneração varia com os resultados da empresa. Apropria-se assim do diferencial entre o valor produzido e aquilo que gastou com os factores de produção. Se o diferencial é negativo o empresário limita-se, em norma, a acabar com essa empresa e iniciar uma nova.

Para a formação deste "consenso" contribuiu o convencimento de que a existência de empresários, com as apropriadas motivações, era uma fonte de emprego, de assalariamento. Para quem nada mais pode vender que a própria força de trabalho tal era uma preocupação primária.

Assim, durante muito tempo, assalariar mais era sinónimo de lucrar mais.

Como os assalariados são também consumidores, o sistema foi durante muito tempo alargando o mercado à medida de generalizava o assalariamento.

A revolução científica do nosso século foi, entretanto, aumentando o ritmo da invenção de novos instrumentos de produtividade. O mundo todo, por acção da melhoria das comunicações, tornou-se um imenso mercado global. A classe dominante não quis assumir a consequência natural dos brutais aumentos de produtividade, ou seja, a dramática redução dos preços. Preferiu envolver-se na guerra da concorrência.

Cada empresa concorre com todas as outras e não apenas com as suas congéneres. O consumidor que compra um automóvel deixará, provavelmente, de comprar uma casa ou um computador. É o valor global dos rendimentos que é necessário disputar ao adversário.

Mas não concorrem entre si apenas as empresas que vendem directamente aos trabalhadores-consumidores, também aquelas que vendem, por exemplo, máquinas a outras empresas estão a concorrer. Pretendem ao vender, sacar uma parte das receitas obtidas pelo seu cliente no mercado de consumo.

A concorrência no mercado, a luta pela repartição da massa salarial que se transforma em consumo, é assim global e impiedosa. A resposta de cada empresa a este desafio chama-se, em capitalismo, produtividade. Produzir mais e melhor com custos inferiores.

Nesse plano a automatização, em sentido lato, tem sido um dos métodos preferidos. Cada empresa parece pretender produzir com um número cada vez mais baixo de trabalhadores. Curiosamente cada empresa parece esperar que as suas concorrentes continuem a pagar os salários a quem consome os seus produtos.

A automatização começou há muito; as máquinas estão na própria génese do modo de produção capitalista. Os computadores vieram porém acelerar enormemente esse processo e estenderam a criação de automatismos a campos que já nada têm a ver com a produção física e o trabalho manual.

Não mais a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual. Hoje o que conta é a diferença entre trabalho repetitivo e trabalho não repetitivo. Todo o trabalho repetitivo é potencialmente automatizável mesmo que seja tão intelectual como fazer o cálculo de um imposto ou um diagnóstico esquemático.

As decisões de cada empresa para aumentar a produtividade pela redução dos assalariados, para sobreviver na guerra da concorrência, sendo correctas do ponto de vista microeconómico põem o sistema em risco. Põem o sistema em risco pois comprometem o mercado, desprestigiam o capitalismo como gerador de emprego e, em termos mais gerais, lançam a desconfiança sobre o assalariamento.

A evolução tecnológica é pois um factor de risco para o capitalismo e não, como alguns parecem pensar, a base de um novo fùlego. Pode ser um novo fùlego para algumas empresas mas à custa do avolumar dos riscos para o sistema como um todo.

A evolução tecnológica é a causa mais aguda da crise do assalariamento mas não é a única; mesmo nos casos em que o factor tecnológico não parece intervir directamente o que está em causa, e na moda, é sempre ganhar mais com menos pessoas.

Assalariar rentavelmente pressupõe sempre uma forma qualquer de impedir o acesso dos concorrentes ao "know-how", ao mercado ou às matérias-primas. Por exemplo, uma

grande empresa de computadores pode ver conveniência em pagar salários, mesmo bons salários, aos 10.000 engenheiros que nos seus laboratórios desenham os seus produtos. Se entretanto, as condições envolventes permitirem que se forme uma miríade de empresas de inovação que empreguem, no seu conjunto, 100.000 engenheiros, então o caso muda de figura. Os 10.000 assalariados, apesar de muitos, podem estar em permanente atraso em relação ao conjunto. Pode revelar-se mais económico comprar no mercado das ideias o que de melhor aparecer.

Por tudo isto se tornam cada vez mais importantes fenómenos como o desemprego, o trabalho a prazo, o trabalho temporário, a subcontratação, as reformas antecipadas, e tantos outros.

A classe dominante já hoje vê o assalariamento como inadequado aos seus objectivos de exploração.

Estamos assim a cumprir em pleno a fase de decomposição da relação típica do modo de produção em vias de desaparecimento, o capitalismo.

6. O DESENVOLVIMENTO DE UMA NOVA BASE MATERIAL

Mais uma vez vamos usar a analogia com o passado. Até que ponto se desenvolveu já um equivalente da Revolução Industrial que nos permita falar da existência de uma nova base material da produção.

A Revolução Industrial, que se iniciou nos fins do século XVIII e desenvolveu impetuosamente durante a primeira metade do século XIX compreende, no essencial, a introdução da energia a vapor, a multiplicação dos parques de máquinas e a construção das redes de transportes à escala dos continentes.

Tratou-se de potenciar a capacidade muscular do homem no trabalho, de massificar a produção e de tornar acessíveis as matérias-primas e os mercados.

Tendemos a esquecer que as redes de estradas e do caminho-de-ferro, por exemplo, não existiram sempre; a sua construção constituiu um esforço gigantesco sem o qual a produção em massa da grande indústria não só não faria sentido como teria sido impossível.

O que temos então de equivalente na época actual ? Muitos responderão que está em curso a Revolução da Informação.

Sem dúvida que uma revolução está a acontecer nos domínios da captura, transporte, tratamento, acesso, apresentação da informação. Todos os dias são conhecidos novos avanços na área dos computadores, dos satélites, das redes de telecomunicações, etc.

Nós estamos a observar o fenómeno de dentro e não nos é fácil avaliar o actual estado de maturação desta mudança tecnológica.

Parece no entanto óbvio que, apesar da espectacular banalização dos computadores, eles ainda estão longe de realizar o equivalente à potenciação da força muscular do homem, ou seja, a potenciação em larga escala da sua capacidade intelectual. A maior parte dos usos que são feitos limita-se a tratar os seres humanos como "alimentadores" dos computadores com dados, para que estes executem os "cálculos" posteriormente.

Também as telecomunicações estão longe de fazer parte do dia a dia de trabalho da generalidade das pessoas.

A fase actual parece ser equivalente ao período em que apesar de já terem ocorrido alguns desenvolvimentos tecnológicos importantes (por exemplo a energia a vapor) estes ainda não eram suficientes, num enquadramento social antiquado, para provocar a emergência da sociedade capitalista.

Também agora as comunicações e o acesso à informação estão obviamente limitados pelos interesses de parceiros privados, herdados da sociedade antiga. No capitalismo "o segredo é a alma do negócio". A informação é assim espartilhada por interesses mesquinhos.

Os senhores feudais encaravam as estradas como mais uma fonte de rendimento pela criação de portagens nos seus domínios; os mercadores eram a favor da liberdade de circulação como condição do seu sucesso e, em ultima análise, da evolução da humanidade.

Podemos assim concluir que os requisitos tecnológicos estão a acumular-se em ritmo acelerado e atingirão em breve a massa crítica capaz de levar à rotura das relações sociais do capitalismo.

7. A GESTAÇÃO DAS NOVAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO

Se uma nova base material se não encontra plenamente desenvolvida parece óbvio não haver possibilidade de se ter generalizado uma nova relação de produção em substituição do assalariamento.

O que pode ser feito, nesta fase, é entrever os contornos de tal relação, ainda em gestação.

A informatização e automatização, que caracterizam a base material nascente, não atacam o assalariamento apenas pelo facto de provocarem desemprego e outros fenómenos equivalentes. A questão é bem mais complexa.

O assalariamento é uma relação em que o trabalho é medido, e pago, atendendo à sua duração. Tal critério é cada vez mais inadequado à medida que o trabalho se torna progressivamente mais intelectual e não repetitivo.

O trabalho não repetitivo que ocorre no cérebro humano tem um carácter descontínuo. O cérebro é além disso um dispositivo multitarefa cuja gestão do tempo escapa ao controle das actuais relações de trabalho.

Podemos então dizer que o assalariamento não só está em decomposição como parece incapaz de sobreviver à base material, a grande indústria, da qual nasceu.

O novo modo de produção, o Socialismo do Futuro, ao desenvolver-se sobre uma nova base material em que as tecnologias da informação serão levadas a um enorme grau de

aperfeiçoamento e disseminação, terá também que inventar um substituto para o assalariamento.

Em paralelo com tal problema é necessário considerar as questões relacionadas com o sistema de propriedade. A experiência histórica mostra-nos que tal discussão deve fazer-se relativamente aos meios de produção nascentes e não acerca dos meios que constituem a base material antiga. Esse foi o principal equívoco do Socialismo Prematuro; ter pensado que bastava fazer os meios de produção do capitalismo mudar de dono.

O capitalismo não nasceu de um decreto que declarasse a passagem dos feudos para a posse dos servos, ou de um estado dominado pelos servos. Foi uma classe emergente, a burguesia, que baseando-se na rentabilidade da grande industria teve o poder económico necessário para comprar as grandes casas senhoriais.

A questão de identificar a classe emergente na transição do capitalismo para o socialismo parece ser das de mais difícil abordagem.

Se aceitarmos, por analogia, que tanto a classe explorada como a exploradora desaparecem quando desaparece o modo de produção a que pertenciam, como aconteceu com os servos e os senhores, então devemos tentar esclarecer que classes estarão em presença quando os capitalistas e os proletários, por sua vez, desaparecerem.

Na medida em que tal não é ainda claro também não pode ser claro o tipo de relações que entre tais classes se estabelecerão.

A questão encontra-se numa fase tal que, pode dizer-se, tem que ser abordada como tema de literatura de antecipação, e permite ainda um elevado grau de intervenção sobre aquilo que virá a ser.

Essa é uma das glórias do marxismo; dando ao homem a consciência da transitoriedade e sucessão das formações sociais possibilitou o acto de voluntarismo que originou o Socialismo Prematuro; fornecendo os métodos de análise das fases de transição permitenos hoje antever, e eventualmente condicionar, aquilo que será o Socialismo do Futuro.

8. O SOCIALISMO DO FUTURO

A razão pela qual o modo de produção que sucederá ao capitalismo vai chamar-se Socialismo é, no essencial, a de praticar um acto de justiça. Acto de justiça em relação a Marx que, apesar dos seus erros, abriu avenidas enormes ao pensamento social. Justiça também para todos os que deram as suas vidas, geração após geração, pela criação de uma sociedade mais justa.

Isto porque o Socialismo do Futuro terá relativamente pouco a ver com aquilo que conhecemos como Socialismo Prematuro.

Já vimos que nascerá de uma enorme aceleração tecnológica, pela automatização tendencial de todo o trabalho repetitivo, com o inevitável abandono do assalariamento pelo menos enquanto relação predominante.

É-nos muito difícil conceber qualquer forma de organização social que não se baseie no assalariamento. Tentemos, por um momento, imaginar qual seria a reacção de um servo da gleba perante quem tentasse explicar-lhe as relações e a organização da sociedade capitalista. Depois desse exercício perceberemos muito melhor a nossa própria incredulidade perante uma sociedade que ainda não existe.

Tentemos apesar de tudo imaginar tal sociedade:

- Deverá ocorrer um incremento enorme na utilização dos cérebros humanos

- Os computadores e as telecomunicações serão usados de forma a permitir o trabalho cooperante de milhões de cérebros em todo o mundo
- Na medida em que o trabalho será cada vez mais intelectual e criativo pode dizer-se que os "trabalhadores" serão, naturalmente, proprietários dos meios de produção (os seus cérebros).
- Os indivíduos deverão trabalhar para projectos específicos e não para "patrões" específicos.
- Tal como hoje se procura um patrão procurar-se-á, no futuro, um projecto. Enormes bases de dados darão acesso a projectos cuja conclusão pode ser relevante em qualquer ponto do planeta.
- Os "trabalhadores" já não venderão a sua força de trabalho. O produto do seu trabalho intelectual será colocado num mercado electrónico global.
- O pagamento já não será um salário mas sim uma parte proporcional da riqueza gerada pela utilização da produção intelectual.
- O trabalho por projectos permitirá a cada indivíduo realizar em grau elevado as suas vocações. Também tornará mais harmoniosa a dupla condição de "trabalhador" e "consumidor".
- A propriedade, como a concebemos hoje, está cada vez mais dependente do "know-how". Se este evoluir mil vezes mais depressa a propriedade perderá o significado.

- A planificação económica é uma vitória da inteligência sobre o caos. Uma economia altamente informatizada, desde a produção até aos pontos de venda, terá uma velocidade de reacção muito mais eficaz do que o mercado capitalista.

- As novas tentativas de parasitismo social deverão ocorrer ao nível do controle dos equipamentos de armazenamento e transmissão da informação. Já podem, aliás, observar-se guerras movidas por empórios transnacionais pelo acesso ao negócio das comunicações e dos media, com o pretexto de quebrar o monopólio do Estado.

- As classes que emergem com o novo modo de produção parecem ser, por um lado, a dos que vivem do sua actividade intelectual independente, e por outro, a daqueles que controlando os satélites, os computadores e as redes tentarão, sem produzir, apropriar-se do conhecimento gerado pelos que criam.

- Podem ser equacionados, desde já, desafios enormes ao nível da protecção da autoria intelectual e dos métodos para avaliar e remunerar o trabalho criativo.

9. NOVO PAPEL DOS PARTIDOS REVOLUCIONÁRIOS

Os partidos revolucionários têm tradicionalmente desenvolvido dois tipos de acções:

- Organizar os explorados na sua luta defensiva contra as injustiças do capitalismo
- Perspectivar a destruição do capitalismo, a substituir por um regime dominado pelo proletariado. Este usará o seu poder para eliminar de vez a injustiça e a exploração.

Para tomarmos consciência, através de um paralelismo histórico, do significado de tal postura consideremos qual teria sido o sucesso de quem, na segunda metade do século XVIII, não só defendesse os servos da injustiça feudal como propusesse a socialização dos feudos como base produtiva de uma sociedade que, governada pelos servos, realizaria a justiça universal.

É claro que a organização e a luta dos oprimidos não só é justa como constitui um factor de aceleração da queda dos sistemas sociais caducos. Tal trabalho, que tem constituído a mais genuína fonte de orgulho e base da identidade dos partidos revolucionários não deve, de modo algum, ser abandonado.

O que se propõe é que seja complementado com uma nova visão do futuro que não seja passível de confusão com o Socialismo Prematuro. Também é necessário evitar qualquer confusão com a social-democracia, o que não parece difícil já que esta foge "como o diabo da cruz" de perspectivar o fim inevitável do capitalismo.

Tendo em conta o que acabamos de dizer, os partidos revolucionários deveriam integrar nos seus programas as seguintes linhas de força:

- Respeito rigoroso dos métodos democráticos tanto internamente como na actividade publica.
- Abandono de qualquer perspectiva vanguardista que signifique distinção, com base na condição de classe, entre os cidadãos enquanto fonte de legitimação do poder partidário e político
- Exercício, na prática, de um papel de vanguarda baseado na lucidez das análises e na validade das propostas. Esse papel nunca será auto-proclamado mas sim, eventualmente, reconhecido pelos destinatários da acção política.
- Apoio às transformações tecnológicas rumo ao Socialismo do Futuro. Combate a todos as formas de introdução da tecnologia que se façam com base em sofrimentos desnecessários.
- Reforço do trabalho junto das camadas que, já hoje prefiguram, na sua actividade as relações sociais do futuro
- Ajuda à formação de uma nova consciência social tanto a partir do sistema de ensino como pela acção política e cultural
- Antecipação das contradições da sociedade nascente de forma a combater, durante a sua formação, todas os desvirtuamentos e que impeça, na medida do possível, a continuação da exploração sob novas formas.

CONCLUSÃO

O capitalismo não é só um sistema social gerador de enormes injustiças; o seu maior fracasso consiste em não ser capaz de pôr ao serviço da humanidade a força criativa de milhões de cérebros.

Obedecendo à lógica mesquinha do assalariamento não pode, apesar dos enormes meios tecnológicos de que dispõe, fazê-lo.

Lutemos pelo Socialismo que será como o abater de um dique que barra a inteligência humana.

Milhões e milhões de cérebros humanos, em cooperação, encontrarão soluções mesmo para os problemas que sempre nos pareceram eternos.

ANEXO 2

Apresentado no “IFIP 11th World Computer Congress”, San Francisco, USA

28 de Agosto- 1 Setembro de 1989

Labor, Consumption, Data Processing and the Future

Fernando Redondo

Abstract

Extensive automation, in factories and offices, leads to human labor substitution and intellectualization of remaining jobs. Work becomes hard to evaluate in terms of duration. Duration is related with repetitive salaried work. The creative, non-repetitive work of the future is contradictory, in nature, with salaried work. Technology leads to predominantly non-repetitive work and will call for new applications (Computer Aided Incremental Knowledge Evaluation - CAIKE). Non-salaried work also means non-subordination to employers' objectives, thus providing a natural link between work and the personal interest. Workers (they are also consumers) will influence production not only when buying but during design and planning. The number of people dealing with innovation will increase incredibly the pace of social transformation; property, classes will vanish and re-emerge in a different perspective. An electronic "market" will contain ideas and their use generates compensation for authors. We need a new education and to preserve freedom of access to telecommunications.

1. Introduction

The motivation for this text stems from the belief that, just as in other historical periods, a profound transformation in labor tools shall not leave production relations and the organization of society itself unscathed.

The automation of material production, administrative tasks and many areas of intellectual production, already under way and liable to undergo a process of brutal intensification, will tend to disrupt the present social and economic equilibrium.

This equilibrium can be characterized by:

Salaried work;

Salary related to repetitive work;

Mass production;

Publicity/Marketing;

Consumption as a means of recovering salaries paid;

Consumption is a conditioning factor of those selling their work force;

Appropriation of this cycle's final result by those selling commodities.

Many authors write about the changing nature of work and day-to-day life, as a result of technological revolution, but the consequences for class definition and struggle, the survival of our economic and social system or its substitution are avoided or treated in a superficial way [1,2,3,4,5,6,7,8,9,10].

It is our intention to analyze the thesis according to which computers, the main accelerator of automation, embody in themselves the potential for creation of tools which will help overcome the above-mentioned disruption symptoms.

Nobody will question that, in the light of present day perplexities and challenges, the characterization of a new model of social motivations and relations (more in accordance with the new technological conditions) deserves a good part of our efforts.

2. Labor and consumption

Ever since work itself became a commodity, it has been measured, evaluated and paid for

according to its duration.

Such criteria has been revealing itself increasingly inadequate and is becoming an obstacle to the social incorporation of the activity of millions and millions of people.

On the one hand, as technological instruments become increasingly complex and powerful, human intervention tends to become more and more granular in time, and thus more difficult to measure.

On the other hand, the "cerebral" component of work is becoming more intense. Since the human brain is capable of the "simultaneous" processing of numerous tasks, it is absurd to measure work on the basis of elapsed time, since it is not possible to control which time slot was "allocated" to each task.

Thanks to computers, we can now unleash in an almost instantaneous manner an ever increasing number of repetitive and recurring processes.

This is true not only for physical processes used in production of material goods, but also for office work and even for much work which has been hitherto considered "intellectual".

The notions of duration and repetitive process are inevitably associated, and the progressive disappearance of work as the execution of repetitive processes will also

induce the disappearance of duration as a valid criteria for the evaluation and payment of work.

The automation of recurring processes, desirable in so far as it renders possible the exploitation of human beings' superior qualities, implies a revolution in current thinking about work and its payment.

Remuneration rendered possible by the execution of some form of work has constituted the essential motivation for production in society; whether subjected to the urgency for satisfaction of basic needs or to the fear of losing their well-being, individuals, are led to adopt a sort of disciplined and organized behavior that production nowadays implies.

In modern societies, consumption has become a mechanism with important objectives: conclusion of the economic cycle, thus possibilitating recovery of money paid for labor; incentive for those who work to keep the behavioral pattern that society expects of them.

Due to the role which has been traditionally assigned to it, consumption has been characterized by: all consumers are equal as long as they possess the same amount of money (and, by definition, consumer is one who has money otherwise there is nothing to recover).

All products are equivalent as long as their cost is the same and enable the same profit

margin (in other words, the process of recovery of labor expenses does not take into account the usefulness or perilous ness of the product). According to the liberal creed, the Market is the great regulator of production.

Notwithstanding, those who command the production process will do everything in their power to influence (distort ?) consumer preferences, and end up by having the power to decide what should actually be produced. Such influence determines mainly to which extent each entrepreneur has access to the monetary mass recovered from the consumer community.

Just as work has an essentially repetitive character, so production is characterized by mass execution of copies of original models (whether it be earthenware or recordings of Beethoven symphonies). The recovery process thus has an essentially quantitative nature.

The consumption mechanism, as it works nowadays, presents the following inconveniences;

It is not necessity-oriented since everybody wants to produce for those who have buying power. Market rules have imposed the production of ever increasing quantities of goods in order to guarantee the salary recovery process (natural resources and environment are suffering from this).

Intervention of mechanisms of motivation for consumption (such as publicity) has led to

excesses such as acquisition of products which are not used at all or are deficiently utilized.

The automation process, in the factory just as in the office, will tend to dispossess incalculable masses of people of their work places and consequent remuneration. We would seemingly be headed towards the absurdity of a society capable of the effortless production of needed goods and services, which the vast majority of people would have no possibility to access. Let us not forget that those who work are simultaneously "origin" and "destination" of production.

Even not accounting for the ensuing social conflicts, it is not difficult to perceive that what is at stake is the functioning of the economic and social system, such as we know it today. If, as discussed before, the disappearance of traditional work and its corresponding time-related remuneration are irreversible tendencies, then the consumption process associated with them must also be questioned.

Assuming a scenery of very intensive automation, which can only correspond to a much more advanced technological stage than the present one, it seems legitimate to hope that the supply of essential commodities to everybody shall not be pose unsolved problems. That being so, and when the content and objectives of work are at last modified, it does not seem difficult to conclude that present money-recovery mechanisms and motivation implicit in the consumption process shall lose their justification.

A new problem will then be posed: that of understanding why should men work in the future and what mechanisms will induce them to work. It may seem paradoxical that having acted as the main accelerators of the tendencies we have just described, computers are nonetheless destined to become the tools with which we shall be able to overcome these contradictions.

We say "tools" since we do not forget that the instruments themselves are only able to achieve any results only in so far as they are used by man.

3. The work of cooperative brains

What could be the alternative to a working contribution whereby an individual is made to be present in a predetermined work place, for a certain number of hours, carrying out some repetitive actions? We all know that this scheme is by far the dominant model in labor relations nowadays, even though we all know that there are exceptions.

In those cases where work is evaluated not only by time but also according to the results, what is really intended is that the "time contracted" be more intensively used. Even in cases known as "management by objectives", under the guise of evaluation and payment of every individual contribution is hidden the objective of guaranteeing a greater

degree of motivation and responsibility during the time agreed [11].

We have seen before that the root of the problem lies in the intensification of work or the speed with which repetitive processes are executed; just as in automation, increase in working rhythms cannot but lead to the disappearance of work in its traditional sense. If work is less and less the execution of recurring processes then, in time, work will become the production of novel and original contributions, which will create or render more efficient processes and techniques. "Work remuneration" cannot but become the result of an evaluation where degree and importance of such contributions will be the deciding factors.

It is not by chance that innovation is so much talked about today as something precious, even if only to decorate speeches with meaningless rhetoric. The intuition that this is the work of the future is already here: even though the number of individuals capable of innovation, the means put at their disposal and the exploitation of such innovations remain unsolved problems for the time being.

For instance, the act of producing this very paper posed some of the following questions: how really original are these ideas? How many other human beings have thought or are thinking about these matters? what is the "use" of these ideas? are they too far ahead of our time? will anybody ever use them? how is it possible to make them known to others? and how to validate them? These are typical questions which arise when one tries to be creative or to add something to some domain of knowledge.

To respond to some of the above promptings, traditional means require prolonged visits to libraries, consulting voluminous bibliography and such difficulties have surely discouraged many gifted brains in the course of history. The work of meditation and intellectual creation has been limited to restricted academic circles which master the techniques of document perusal and have the time to dedicate themselves to such endeavors.

An unsuspected degree of democratization of intellectual activities in their noblest sense imposes itself as a necessity for our present day.

As we saw earlier, it is conceivable that we may be on the threshold of the following set of events: Liberation of mankind from repetitive work; Advent of a new type of work, essentially creative and thus geared towards the generation of knowledge; Cessation of work remuneration on the basis of its duration.

The human brain is not a scarce resource, at least when compared to the demands which are placed by present day society to the whole of mankind. Millions and millions of human brains are neither educated nor incited to supply humanity with important contributions.

It can be argued that even in the so-called advanced societies one can find organized processes of generalized alienation and stupidification, coupled in many cases with

lack of practical means to conduct creative work.

In parallel, one can witness the obsessive efforts of those seeking to imitate human brain functioning through the use of computers. Such developments are of undeniable scientific interest and constitute important contributions to the understanding which man has of himself, and they will enable us to improve the man-machine dialogue. But it would perhaps be more interesting to invest in scientific work which would enable "cooperation" of those millions of processors which human brains constitute. That has to be achieved through extension of computer network, improvement of the man-machine interface and also in maintenance and exploitation of data bases.

But if work is no longer going to be repetitive and measured by its duration, it also becomes necessary to create tools and processes which will enable us to evaluate and integrate creative contributions. This need corresponds to a wholly new application domain dedicated to the evaluation of incremental knowledge: (CAIKE - Computer Aided Incremental Knowledge Evaluation.).

It is already possible to find huge computer networks run by the most powerful multinational corporations, used for the exchange of information and knowledge and giving the members of that particular community access to common data bases where questions and answers are dealt with.

Through terminals installed in different countries, it is now possible for hundreds of thousands of professionals to participate in cooperative schemes such as this- Videotex solutions, such as Minitel in France, already enable communication between millions of individuals.

These people can exchange messages and gain access to data bases put at their disposal, subject to payment of an access rate.

These examples demonstrate that technical solutions already exist even though they are many times used for socially irrelevant purposes. And, speaking of the future, the case of ISDN should also be mentioned (networking of voice, data, image, video, ate).

Computers should henceforth be looked upon as the successors to books, in so far as they can be the repositories of human knowledge and provide the means for information transfer both in space and time.

Upon their arrival, printed books enabled a qualitative step in the diffusion of knowledge, due to the ease with which they could be produced and consulted and the fact that many more authors could see their works published.

Books no longer respond to many present-day needs; they pose problems such as physical access, leafing-through process, slowness in research and subject apprehension,

and still a very limited number of authors see their works published. Computers can supply the answer to these needs: but of course that should not prevent books from fulfilling their justification as objects more appropriate to certain rhythms of meditation.

Mankind cannot afford itself the luxury of ignoring the immense potentialities of its brains. Man disposes of interfaces with nature and society that no computer, actual or imaginable, can hope to achieve (and it is questionable whether development of such a machine would be of any use).

If it is true that computer can beat man when doing arithmetic calculations or solving charades, it is wise not to forget that man alone is endowed with will. Man's motivations stem from his condition as a complex living creature.

4. The transition to a new Production mode

We shall now attempt to reflect on the transformations occurring in the present production mode and eventual transition to a new one as a result of the acceleration of automation and data processing.

The foundation blocks of the capitalist production mode are: production for the

marketplace, salaried work and appropriation of the results of productive activity through possession of the so-called means of production.

Salaried work is nowadays subject to undermining factors both from the quantitative point of view (unemployment, part-time jobs, reduction of the active population by limiting women and youngster access early retirement) and qualitatively (temporary jobs, sub-contracted work, clandestine work, public sector employment, etc) [12,13].

One is not dealing only with unemployment as a source of social afflictions. Enterprises are being judged more and more on their ability to reduce their work force, even in flourishing economic sectors. It is with pride that management boards speak of stagnation or reduction in the number of employees.

Through publicity, courses and other incentives, young people are encouraged to set up their own businesses: few people are being proposed a new job, let alone a good or better one.

Contrary to what many people think, such a phenomena does not reinforce the capitalist production mode: capitalism takes more than capitalists.

On the other hand, the progressive intellectualization of work tends to withdraw from the capital owner possession of the work tools (brains) and even some of the raw materials (information).

As numerous recent examples have demonstrated, ownership by itself (of a factory, for instance) can lose its significance at a very short term if dissociated from the constant evolution of know-how needed to exploit those resources.

How many factories with apparently perfect conditions for production have been driven to a standstill by marketing or technological evolution?

It can be argued that, fundamentally, work is needed to secure ownership of production means rather than to obtain added value. In as much as capital owners become increasingly unable to fulfill their social obligations as work suppliers and proprietors of the production means, it is only natural that appropriation of the output of the production cycle be put in question.

Already today it is possible for many workers to undertake their tasks in an independent way. The result of such activity could in many cases, even today, be part of a new type of commodity presented on a new (electronic?) marketplace, paid for by those who accessed it and not only for the sole benefit of some owner.

This possibility cannot but increase with intellectualization of work, intensification of the technological and scientific components of production and the trivialness of technological tools.

The old division between "goods sellers" and "work sellers" will disappear or at least will cease to be determinant and dominant in production relations.

New questions shall doubtlessly arise, such as information property, guarantee of copyright, establishment of usage fees for intellectual products, and protection from inevitable attempts to disguise (in this new environment) archaic forms of exploitation of intellectual activity.

This new system of production relations should prove itself capable of overcoming present incapacity to incorporate and profit from the intellectual potential of millions of human beings.

Society shall be immersed in such a wave of creative contributions that the old notions of property and power will become meaningless. Archaic forms of social and economic dominance will be constantly challenged by new ideas and techniques. Since we cannot afford to ignore the latter, for risk of ruin, its acquisition will constitute a gigantic redistribution process of wealth and power in society.

All this has nothing to do with our wishes, but with the system's own logic, which will impose seemingly absurd behaviors on the actors.

Just as the un motivating aspect of slave labor "imposed" the birth of the feudal production mode, so salaried work has become an invalid framework to the creative

intellectual work of the future. Both the intellectualization process and automation of work lead to an increasing incapacity on the part of the capitalist production mode to ensure the reproduction of "employment on a salary basis".

This phenomena is equivalent to the replacement, under feudalism, of rents in work by rents in goods and, at a later stage by rents in money. It was the dominant class, by reasons imposed upon it by evolution, who proposed solutions that were later to lead to the end of its dominion.

The centuries of social cataclysms associated with the transition period from feudalism to capitalism can teach us much about the difficulties we are going through; from the XVI Century, with the birth of the capitalistic embrionary relations, to the middle of the XIX Century, when capitalism finally confirmed its dominion, millions of people suffered the transition [14,15,16,17,18,19].

Subordination of information, which is the raw material of intellectual production, to the petty interests of enterprises, and private appropriation of means of information transfer shall become inadmissible obstacles to production in the future.

For all the above reasons, the capitalist production mode has entered a transitional phase to a new type of society. Technical constraints which "justified" employment by salary (the big industry and, later, the big office) no longer hold true.

Huge assemblies of machines operated by men in the same work place at tile same time, resulting in enormous investments, are giving way to the human brain (isolated by nature), which can produce at any time in any place, in cooperation with its counterparts by resorting to technology.

The centuries-old class struggle will now be fought for the information and the means to transport and access it. It is now easier to understand all "wars" between states and multinationals for the dominion over telecommunications.

Present day experiences of production relations escaping the traditional capitalist logic (socialist countries) correspond to an embryonic stage of the new production mode. Capitalist production relations also made their appearance before the rise of the big industrial complexes, but they only became dominant after their typical technological basis was firmly established.

Experiences in socialism have been typically organized on the basis of "employment by salary without the capitalist". This partially explains why such experiences have revealed themselves incapable of the qualitative jumps initially expected of them - employment by salary, even without the capitalist, still remains a very limiting relation between man and work.

Discussions over the disappearance or reduction of the "working class" have been oriented in the wrong direction. Disappearance of the "working class" is precisely one of the main symptoms of the terminal phase of capitalism.

If the working class disappears, so will capitalists. Historically, dominated classes (slaves, serfs) never emerged from the new production modes: dominating and dominated alike disappeared with the system that gave meaning to their existence.

Liberal naive dreams will at last have a chance to become reality. Individual initiative (more than private) will flourish and the marketplace itself will be more authentic if freed from the distortions imposed upon it by excessively powerful and manipulating partners.

Communism, as described by Marx [20], is not so far from what we described here although the way to it, instead of a growing degree of proletarianization, derives exactly from the gradual extinction of the salaried work.

"Workers" themselves will spend their time conceiving the products they would like to consume or inventing economical forms of producing what they already consume, instead of being passive targets of alien decisions.

The linking between work. quality and consumption can then establish itself in a

natural way. Consumption will cease to be just another way to make someone work and will lose its essentially quantitative aspect.

We cannot even begin to imagine the results of the natural liaison between tastes, needs and dreams of each one of us and the work he or she executes.

Millions of cooperative brains will lead humanity beyond limits we can hardly imagine now.

References

- [1] TOFFLER, A. - The third wave, Livros do Brasil, 1984
- [2] TOFFLER, A. - Previews & Premises, Livros do Brasil, 1987
- [3] NAISBIT, J. - Megatrends: Ten new directions transforming our lives, Warner Books, 1982
- [4] FRIEDMAN, G- - Ou va le travail humain?, Gallimard, 1950
- [5] MICHIE, D. - The creative computer machine intelligence and human knowledge, Editorial Presenca, 198S
- [6] ORTSMAN, O. - Changer le travail. Gulbenkian, 1984
- [7] RICHTA, R. - Scientific and technological revolution and social transformation, Porto, 1973

- [8] NORA, S. - L'Informatisation de la Societé, Europa-America,1978
- [9] COELHO, H. - Information Technologies, Dom Quixote, 1986
- [10] KOVIK, I.E. - Socialism and Cybernetics, Brasilia, 1970
- [11] PLIPPO, E.B. - Personnel Management, McGraw Hill, 1984
- [12] RODRIGUES.M. - Employment System in Portugal, D. Quixote, 1988
- [13] EUROSTAT - Employment and Unemployment
- [14] HUBERMAN, L. - Man's worldly goods, Zahar, 1964
- [151] SWEEZY, P.M. - The transition from Feudalism to Capitalism, D. Quixote, 1971
- [16] RIOUX, J-P. - La Revolution Industrielle, D. Quixote, 1973
- [17] COBBAN, A. - The social interpretation of the French Revolution, Gradiva, 1988
- [18] MORAZE, C. - Les bourgeois conquerants. XIX siecle, Cosmos, 1965
- [19] MORINEAU, M. - Le XVI Siecle 1492-1610, D. Quixote, 1980
- [20] MARX, Karl - Gotha Program Critic

ANEXO 3

Comunicação apresentada ao XIII Congresso do PCP

Loures, 18-20 Maio 1990, Fernando Redondo

O objectivo desta intervenção é transmitir-vos o meu contributo para a questão mais candente que nós, comunistas, temos de enfrentar: como tomar o socialismo, de novo, uma perspectiva capaz de entusiasmar os povos. (Porque nós não somos daqueles que acreditam que o capitalismo seja eterno.)

Tal implica, antes de mais, fornecer uma explicação para o que se tem estado a passar no Leste; tal explicação tem que ser rigorosa e credível, tem que conter pistas para o caminho que trilharemos no futuro; tal explicação, sendo produzida por nós, tem de basear-se no marxismo.

Tal explicação não a consegui encontrar nas Teses propostas pelo Comité Central.

Tentarei explicar porquê.

Em primeiro lugar penso que as Teses do CC deixam perpassar uma esperança, compreensível mas infundada, de que possa vir a ser estancado o decalabro no Leste. Pelo caminho que as coisas tomaram parece-me mais prudente partir do princípio de que haverá um retorno generalizado a formas de organização social e económica de tipo capitalista.

As Teses do CC não constituem uma análise marxista. As «cinco causas fundamentais», os «erros e desvios», nada têm a ver com os conceitos marxistas de modo de produção e de processo de transição entre modos de produção, à luz das quais as sociedades, e as tentativas de as modificar, devem ser encaradas.

Este é o resultado de ao longo dos anos termos reduzido as questões da transição aos problemas da tomada e exercício do poder político e à apropriação dos meios de produção. Subestimamos e omitimos sempre as questões da base material nova e das relações de produção, novas também, que lhe deverão corresponder. Como de costume, insistimos mais naquilo que depende da vontade e escamoteámos o que deriva dos lentos processos de transformação tecnológica e social.

Sustento que nos países de Leste nunca se implantou o socialismo, que não se implantou um novo modo de produção. Assim como o capitalismo não se construiu sobre a base material do feudalismo, também o socialismo não se podia edificar, e não se edificou, sobre a base material do capitalismo, a grande indústria mecanizada.

Ao dizer isto não se pretende de forma alguma retirar importância histórica à grande Revolução de Outubro, aos altos ideais que estiveram na sua origem, nem ignorar as enormes conquistas sociais e económicas que daí advieram. Também a Revolução Francesa, derrotada em 1815 mas ainda hoje venerada, não produziu, só por si, a implantação do capitalismo, que teve que aguardar o amadurecimento da revolução industrial.

O socialismo chegará, estou seguro, tanto pela luta dos explorados como pelo desenvolvimento da tecnologia. Não posso concordar com um lugar-comum também incluído nas Teses do CC, que considera estar a ser «artificialmente» adiado o fim do capitalismo em consequência da revolução científica e técnica. Os sistemas sociais caducos dão-se mal com revoluções, mesmo tecnológicas; ou então não estariam tão caducos como estão.

A revolução científica e técnica é, no capitalismo, mais uma arma na guerra global da concorrência entre os grupos económicos e mesmo entre os países. Alguns vencem, outros desaparecem, mas no cÙmputo geral o capitalismo está, pela aceleração tecnológica, a destruir os seus próprios pressupostos.

Então não é claro, camaradas, como a informatização e a automatização põem em cheque o assalariamento capitalista? Basta dizer que a quase totalidade dos novos postos de trabalho criados, já de si insuficientes, têm carácter precário. Que futuro pode ter um sistema que não oferece nenhum futuro aos seus jovens?

É preciso entender que fenómenos como o desemprego e o trabalho precário não são fruto da maldade ou das taras do patronato mas sim da incapacidade do capitalismo para responder à revolução tecnológica. E, mesmo que não pareça, esta perspectiva é muito mais revolucionária.

Por isso, camaradas, não tenhamos medo da tecnologia nova, pois só dela poderá nascer um novo mundo. Precisamos, isso sim, de perceber que novas relações de produção resultarão da nova tecnologia.

Tal como a servidão desapareceu, também o assalariamento está a desaparecer sob os nossos olhos. Cabe-nos a nós perceber, e depois explicar, como serão as relações de trabalho num mundo com muito mais computadores, robots e telecomunicações.

Penso que o atraso da organização social relativamente à evolução tecnológica está em vias de provocar o advento de um período de grandes sofrimentos e perturbações.

Sofrerão todos os que têm que se agarrar a um posto de trabalho assalariado que a evolução tecnológica e as regras capitalistas condenem ao desaparecimento.

Nós temos a responsabilidade histórica de combater pela minimização destes sofrimentos, pela exigência de uma nova organização da sociedade que não esteja dependente do trabalho assalariado.

Neste contexto, é cada vez mais absurdo trabalhar por um salário. O fim do assalariamento constitui o fim do capitalismo.

Camaradas, esta é a minha opinião.

Se a experiência do Leste foi tecnologicamente prematura, então vamos trabalhar para uma segunda vaga na luta pelo socialismo. Denunciando e combatendo as injustiças, apoiados nas tecnologias emergentes, entusiasmando os sectores mais influentes como os quadros técnicos para lutarem por mais do que um mero salário, dizendo aos jovens que o capitalismo é tão precário como o trabalho que lhes oferece.

Demonstremos que é possível organizar a sociedade de forma não só mil vezes mais justa como mil vezes mais eficiente e produtiva.

ANEXO 4

50 ANOS DO MANAGEMENT

AS DUAS REVOLUÇÕES DA GESTÃO

por Jorge Nascimento Rodrigues

www.janelanaweb.com

Os pontos de inflexão na gestão deste último meio século são a consagração do "politicamente incorrecto" e não do que agradava aos donos de impérios ou à nomenklatura dos consultores. Os marcos estão associados ao triunfo da contracorrente da época, ainda que muitos dos protagonistas disso nunca tenham feito gala.

Peter Drucker desenhou, no final dos anos 40, a doutrina da gestão contra a opinião dominante dos czares empresariais, que a encaravam como o dom de um príncipe, e disso gostariam de fazer coutada. Uma trilogia de livros marca a primeira grande "fractura" na literatura de gestão: *Concept of Corporation* (1946), *The New Society* (1951) - aqui revela-se a faceta de observador da sociedade que "lê" as grandes viragens - e *The Practice of Management* (1954), a bíblia de todos os tempos.

A guinada foi tão forte que Drucker pode bem ser alcunhado "Dr. Management", como Jack Beatty, um senior da revista americana *The Atlantic Monthly*, vai intitular um próximo livro. Embrulhado na investigação que tem em curso, Beatty resumiu-nos assim o peso histórico do seu personagem: "A ideia mais importante de Peter foi a sua impressionante concepção do management. Foi o primeiro a dar uma visão

completíssima da gestão. Ele deu dignidade a uma profissão e convenceu-nos de que estávamos diante do órgão central da nossa sociedade. Alguém disse que se a Natureza se esquecesse de si própria algum dia, poderia reencontrar-se em Shakespeare, tal como a gestão o poderá fazer em Drucker".

Um novo continente doutrinário

Muita gente já o tentara fazer. Um prático como Chester Barnard listara uns anos antes as funções do "executivo" (um nome que pegou e ganhou «status») e James Burnham cunhara a "revolução da gestão" e reclamara para o gestor o papel liderante na sociedade capitalista. Mas ninguém como Drucker fez a dupla proeza de criar "um novo continente", como chama Beatty à disciplina da gestão, e de dar solidez ideológica à profissionalização da nova carreira emergente, a de gestor.

Foi, também, um observador atento da sociedade, que via nascer o que o economista Paul Romer recentemente denominou de "Era do transistor", o berço de uma novíssima indústria e de um novo paradigma tecno-industrial. Neste cadinho, a primeira revolução da gestão amadurecia. Alfred Chandler escrevia, já nos anos 60, *Strategy and Structure*, um dos livros marcantes deste meio século, e uma vaga de heréticos revoltava-se contra o dogma dos números e reorientava a gestão para as pessoas.

Um dos livros mais emblemáticos dessa "humanização" foi precisamente *The Human Side of the Enterprise*, de Douglas McGregor. Mas muitas das experiências desta escola das relações humanas eram ilhas isoladas e inclusive eram mantidas secretas. Outros, trilhavam o caminho do cliente. O movimento da Qualidade e o marketing emergiam, mas o primeiro, com os trabalhos de Deming e Juran, só seria ouvido no Japão. A história destes tempos difíceis dos heréticos é contada magistralmente pelo

reporter e escritor Art Kleiner no seu recente e propositadamente intitulado The Age of Heretics.

Os tempos heróicos dos heréticos

A história do movimento de "humanização" da empresa e da cultura da "mudança de paradigma" é magistralmente contada por Art Kleiner em The Age of Heretics, cujo embrião de álbum de momentos e personagens históricas pode ser consultado em www.well.com/user/art/photo.html.

Mas aproximavam-se aceleradamente novos tempos. E o prestígio de Drucker voltou a não ser abalado. Diz Gary Hamel a propósito: "Tente lembrar-se de alguma coisa «nova», que Peter Drucker não o tenha já dito pela primeira vez e bem". De facto, voltamos a encontrá-lo no período da "grande fractura histórica", como ele, anos mais tarde, lhe chamaria. Em The Age of Discontinuity (1969), Drucker anteviu as novas regras do jogo. Os anos 70 chegavam em força com o fim do padrão ouro e a emergência do padrão informação, com a mediática crise do petróleo, o fabrico do primeiro microprocessador e a revolução dos computadores pessoais. Drucker cunhou o termo "economia do saber", algo que só hoje começamos a perceber, quase trinta anos depois.

O culto da mudança de paradigma

Não esteve só obviamente. Mas, na gestão, marcou este novo ponto de inflexão. A nova época veria desenvolver-se o culto da "mudança de paradigma" e de "pensar o impensável", com os futuristas, como Herman Kahn, Alvin Toffler (O Choque do Futuro sai em 1970), Willis Herman, Jay Forrester e o casal Meadows (do relatório

Os Limites ao Crescimento) e os arautos da sociedade pós-industrial, como Daniel Bell. Nasceram também os planeadores de cenários. O caso do grupo pioneiro Royal Dutch/Shell consagraria o novo método dos cenários, ao ter antevisto um similar ao da crise do petróleo.

Novos personagens começavam, entretanto, a dar o jogo. Kenichi Ohmae, no Japão, escrevia, em 1975, o livro que, anos mais tarde, seria traduzido na América com o título *The Mind of the Strategist*. O modelo japonês emergia e subitamente atraía os ensinados ocidentais no começo dos anos 80. Os livros sobre a gestão japonesa sucederam-se, depois, na América - com William Ouchi (o célebre *Theory Z*) e com Pascale e Athos. O movimento da Qualidade, teorizado nos anos 50 por americanos, era reexportado do Japão. Deming e Juran voltavam em glória à América e à Europa.

Mas apesar do "choque" japonês, a gestão continuava muito insípida, entregue, em geral, a académicos chatos e a consultores repetindo matrizes para entendidos. O furacão que viria abalar a gestão tem o nome de uma dupla: Tom Peters e Robert Waterman. Estes dois homens da nomenclatura da consultoria (eram da McKinsey) fizeram o pino e produziram em 1982 o livro de gestão mais vendido até hoje - *Na Senda da Excelência*. Um acidente de carro empurrara Tom Peters para a cama e obrigou-o à escrita daquilo que ele e Bob, atónitos, tinham visto no terreno em empresas com sucesso fora do Japão - e que nada tinha a ver com o convencional.

A indústria dos gurus faz o seu aparecimento

Muita gente discorda se este livro marcou ou não uma "fractura" histórica na doutrina da gestão. Gary Hamel disse-nos peremptoriamente que não. Mas um facto indiscutível é que marcou um ponto de inflexão na popularização da gestão. John Kao sublinhou que "o livro talvez tenha marcado uma ruptura no sentido de que os

livros de gestão, a partir daí, passaram a atingir rapidamente a posição de best-sellers", fizeram despoletar o negócio editorial de gestão. E pela força da popularização, os livros passaram a mudar as coisas. As ideias que veiculavam alteravam a ideologia e o comportamento da massa dos gestores, nem sempre familiarizados com os «papers» dos académicos.

Quem acentua com força esta viragem é Stuart Crainer, um jornalista e escritor inglês, que acabou de publicar *The Ultimate Business Library* - uma recolha dos 50 livros de gestão mais importantes de sempre. Ele sublinhou-nos a propósito: "Na Senda da Excelência não desencadeou uma revolução, mas criou literalmente a indústria dos gurus. Mostrou que há um mercado de massa para as ideias de gestão". Tom Peters foi, indiscutivelmente, quem melhor percebeu a oportunidade - ele tem sido o guru dos gurus. Crainer vai dedicar-lhe uma biografia.

No entanto, como nos refere Art Kleiner, o autor de *The Age of Heretics*, o livro teve também o mérito de fechar com êxito um ciclo de trinta e cinco anos de heresias, praticadas em minoria e à sucapa - "trouxe a heresia para o centro do palco". Ter sido herético rendeu, foi o juízo da história.

Os anos 80, depois, abalaram a modorra do mercado literário de gestão. Entre as muitas obras, Gary Hamel salientou-nos *Competitive Strategy*, de Michael Porter, que lançaria para a ribalta a competitividade, palavra que ganharia estatuto de ideologia e quase fé nos anos 90, depois da obra monumental do autor *A Vantagem Competitiva das Nações*, por Stuart Crainer considerada "a obra académica mais ambiciosa dos últimos tempos", o que projecta o "professor competitividade" como o académico de maior nomeada da actualidade. Com os trabalhos iniciais de Porter é indiscutível que a estratégia começa, finalmente, a ganhar foros de cidadania e a autonomizar-se no corpo da gestão.

As duas «perestroikas» - na política e na gestão

Com a Perestroika o mundo mudou de um dia para o outro. O primeiro a cheirar as novas realidades foi de novo Drucker com um artigo na Harvard Business Review (HBR) no próprio ano de 1988 sobre o tipo de organização empresarial que emergia e com outro livro-chave em 1989 (precisamente intitulado *The New Realities*). O tema seria retomado magistralmente em *A Sociedade Pós-Capitalista* (em 1993). Nascia uma «perestroika» de ideias e de comportamentos também no management.

O ano de 1990 viu irromper uma série de artigos na HBR que podem ser considerados "revolucionários": [Michael Hammer](#) lança o slogan da reengenharia, Gary Hamel e C.K.Prahalad falam das competências distintivas. Tom Peters volta a chocar o mundo com *Liberation Management*, mais um livro provocador. Estes autores têm produzido obras marcantes desde aí e outros se lhe têm juntado dentro da mesma linha, como John Kao, o Sr. Criatividade, Charles Handy, a quem chamam o "Drucker europeu", ou Porter com o último artigo na HBR (O que é a estratégia?). A reengenharia, entretanto, parece ter sido vítima do próprio «downsizing» a que muita gente a colou e Hammer, provavelmente, perdeu a oportunidade de destronar Peters como guru dos gurus.

Há, no entanto, uma dupla subversão que sai de todas estas obras dos anos 90: a gestão tem de deixar de ser uma coutada de uma nomenklatura e a organização tem de superar de uma vez por todas os moldes tradicionais, herdados ainda de Taylor (a tarefa), Max Weber (a burocracia), Fayol (os silos funcionais) e Sloan (os departamentos). Inclusive, o Estado não pode ficar de fora desta barreira - é o que vieram dizer Ted Gaebler e David Osborne em *Reinventing Government*.

Prefigura-se, assim, um novo ponto de inflexão. Hamel já fez o elogio da estratégia como revolução - o artigo, com esse título, que escreveu no ano passado na HBR foi premiado como o melhor artigo de 1996. Abrem-se as portas a uma segunda revolução na gestão, como já a alcunhou James Champy, o outro fundador da reengenharia.

*Com a colaboração de Jaime Fidalgo Cardoso, editor da revista Executive Digest, e com base num proveitoso debate on line com Art Kleiner e Stuart Crainer.

AS DUAS OBRAS FUNDADORAS DA DOUTRINA DO MANAGEMENT DOS ÚLTIMOS 50 ANOS:

- Concept of The Corporation, publicado por Drucker em 1946
- The Practice of Management, publicado por Drucker em 1954

CRONOLOGIA DAS DUAS REVOLUÇÕES DA GESTÃO

MEIO SÉCULO EM REVISTA

por Jorge Nascimento Rodrigues

A Emergência da Primeira Revolução da Gestão

A maior inovação institucional do capitalismo (a grande empresa - corporation, segundo a expressão americana) e a abordagem das características da sociedade de então:

- **1946:** Concept of Corporation, de Peter Drucker
- **1951:** The New Society, de Peter Drucker

O movimento da Qualidade (a primeira vaga)

- **1951-52:** Obras de Edwards Deming e Joseph Juran têm impacto no Japão

A gestão como doutrina e disciplina autónoma

- **1954:** The Practice of Management, de Peter Drucker (o manual de todos os tempos)

A ERA HERÓICA DOS HERÉTICOS

A Escola das Relações Humanas (a primeira vaga dos heréticos)

- **1946:** Criação do National Training Laboratories for Group Dynamics, animado por Kurt Lewin. Outros personagens: Eric Trist, Charlie Krone, Lyman Ketchup, Ed Dulworth
- **1954-59:** A vaga de teorização por Abraham Maslow, Chris Argyris e Frederick Herzberg
- **1960:** The Human Side of Enterprise, de Douglas McGregor (o livro mais emblemático)
- **1962-1972:** Experiências no terreno com as "fábricas socio-técnicas" baseadas em "equipas" (primeira experiência na Procter & Gamble)
- **1968:** "Uma vez mais: como se motivam os empregados?!", artigo na Harvard Business Review (HBR) de Herzberg (o artigo mais solicitado até hoje na história da revista)
- **1972:** O sistema "socio-técnico" e as "equipas" (teams) transformadas em "novo modelo industrial", no artigo "Como combater a alienação na fábrica", de Richard Walton na HBR

A afirmação do marketing

- **1960:** "Miopia no marketing", artigo na HBR de Ted Levitt, o guru da área
- **1962:** Innovation in Marketing, de T. Levitt
- **1967:** Marketing Management, de Philip Kotler (considerada a bíblia)

A emergência da estratégia

- **1962:** Strategy and Structure, de Alfred Chandler

- **1965:** Corporate Strategy, de Igor Ansoff (considerado o pai do planeamento estratégico)

Os príncipes gestores

- **1963:** My Years with General Motors, de Alfred Sloan (a teorização da empresa multidivisional e da segmentação de mercado)
- **1963:** A Company and its beliefs, de Thomas Watson Jr. (filho do fundador da IBM)

A FRACTURA HISTÓRICA DOS ANOS 70

A percepção da grande "fractura" histórica dos anos 70

- **1968:** The Temporary Society, de Warren Bennis (segundo Alvin Toffler o primeiro epitáfio ao modelo burocrático de Max Weber)
- **1969:** The Age of Discontinuity, de Peter Drucker (lançamento do conceito de "economia do saber" e dos fundamentos do movimento da privatização)
- **1970:** O Choque do Futuro, de Alvin Toffler
- **1971:** Criação do Grupo de Planeamento Estratégico de Cenários na Dutch/Shell em Londres, com Pierre Wack e Ted Newland
- **1971-76:** Emergência do conceito de sociedade pós-industrial, com Alain Touraine e Daniel Bell; boom da corrente futurista com o Stanford Research Institute e Herman Kahn
- **1973:** Small is beautiful, de Fritz Schumacher
- **1974:** Changing Images of Man, de Willis Harman e Oliver Markley (lançamento do conceito de mudança de paradigma)

O choque "japonês" e a segunda vaga da Qualidade

- **1975:** The Mind of the Strategist, de Kenichi Ohmae (publicação no Japão; tradução nos EUA em 1982)
- **1979:** Quality is free, de Philip Crosby
- **1981:** The Art of Japanese Management, de Richard Pascale e Anthony Athos
- **1981:** Theory Z, de William Ouchi
- **1982:** Out of the Crisis, de E. Deming (o regresso da Qualidade à América)
- **1985:** Planning for Quality, de J. Juran

As novas regras do jogo

- **1978:** Organisational Learning, de Chris Argyris e Donald Schon (os pais da "learning organisation")
- **1980:** A Terceira Vaga, de Alvin Toffler

A autonomização da estratégia

- **1980:** Competitive Strategy, de Michael Porter (o conceito de cadeia de valor e de vantagem competitiva)

O BOOM DA LITERATURA DE GESTÃO - O MANAGEMENT PARA AS MASSAS

A popularização da gestão

- **1982:** Em Busca da Excelência, de Tom Peters e Robert Waterman (uma investigação feita entre 1979 e 1982)

As «buzzwords» ao ataque

- **1982:** Megatrends, de John Naisbitt (o baptismo das megatendências)
- **1983:** The Change Masters, de Rosabeth Moss Kanter (origem do «empowerment»)
- **1984:** Management Teams, de Meredith Belbin (o renascimento das "equipas")
- **1985:** Triad Power, de K. Ohmae (o conceito de tríade)
- **1985:** Organizational Culture and Leadership, de Edgar Schein (a cultura de empresa)

A EMERGÊNCIA DA SEGUNDA REVOLUÇÃO DA INFORMAÇÃO

A "fractura" revolucionária na teoria da gestão

- **1988:** "O surgimento da nova organização", artigo de Peter Drucker na HBR
- **1990:** "Reengenharia do trabalho: Não automatize, elimine!", artigo de Michael Hammer na HBR (lançamento da reengenharia)
- **1990:** "As competências distintivas da empresa", artigo de Gary Hamel e C.K.Prahalad, na HBR
- **1990:** The Fifth Discipline, de Peter Senge (a recuperação da organização que aprende)
- **1991:** The Art of The Long View, de Peter Schwartz (o renascimento da escola dos cenários)
- **1992:** Liberation Management, de Tom Peters
- **1993:** Reengineering the Corporation, de James Champy e Michael Hammer

- **1993:** Maverick, de Ricardo Semler (Semco, a empresa revolucionária brasileira transformada em best-seller mundial)
- **1994:** Competing for the Future, de G. Hamel e C.K.Prahalad
- **1994:** The Rise and Fall of the Strategic Planning, de Henry Mintzberg
- **1996:** Jamming, The Art and Discipline of Business Creativity, de John Kao
- **1996:** "A estratégia como revolução", artigo de Gary Hamel na HBR (Artigo premiado como o melhor de 96 pela McKinsey Foundation)
- **1996:** "O que é a estratégia", artigo de Michael Porter na HBR (Artigo premiado com o segundo lugar para 96 pela McKinsey Foundation)

Pensar a nova sociedade (após a «Perestroika»)

- **1989:** The New Realities, de Peter Drucker
- **1989:** The Age of Unreason, de Charles Handy
- **1991:** Reinventing Government, de Ted Gaebler e David Osborne (a afirmação da gestão pública como vector estratégico de mudança)
- **1993:** Sociedade Pós-Capitalista, de Peter Drucker
- **1994:** The Age of Paradox, de Charles Handy (a popularização do paradoxo como algo saudável)

Emergência da geo-estratégia no pensamento de gestão

- **1989:** Managing across borders, de Christopher Bartlett e Sumantra Ghoshal (o conceito de transnacional)
- **1990:** The Competitive Advantage of Nations, de Michael Porter (o lançamento da ideologia da competitividade nacional)
- **1990:** The Borderless World, de K.Ohmae (globalização)

- **1995:** The End of the Nation State, de K. Ohmae (a competitividade da região-Estado)
- **1995:** World Class, de Rosabeth Moss Kanter (a teoria dos 3 C's competitivos)

Glossário

BASE MATERIAL: ver “MODO DE PRODUÇÃO”

CAPITAL: é um valor utilizado com o objectivo de incrementar valor. A sua forma mais comum é o dinheiro Mas o dinheiro não é em si mesmo capital. Se for usado apenas como intermediário na troca de Mercadorias (comprar, vender, para comprar de novo), o que corresponde à fórmula M-D-M (mercadoria → dinheiro → mercadoria), chega ao fim com o mesmo valor.

Só se transforma em capital quando usado, como adiantamento, para multiplicar valor. E como só a Força de Trabalho gera Valor, chega-se à chamada “fórmula da mais-valia”: D-M-D’ (dinheiro → mercadoria → dinheiro) em que D’ é maior do que D, e onde a mercadoria essencial é a Força de Trabalho

CAPITAL CONSTANTE: Marx designava assim a parte do Capital que era investida em materiais e nos componentes comprados para serem incorporados na mercadoria a vender, e os instrumentos, maquinaria, ferramentas e materiais de apoio e cujo valor à medida que se “desgasta” vai passando para as mercadorias produzidas, até que necessitam de ser renovados. A designação de “constante” deriva do facto de o seu valor não aumentar no decurso do processo de produção.

CAPITAL VARIÁVEL: para Marx era a porção do Capital que era investida em Salários, ou seja na compra de Força de Trabalho. A designação de “variável” deriva do facto de ser esta parte do Capital a que obtém a Mais-Valia , uma vez que só o trabalho produz valor. Portanto esta é a porção do Capital que é maior no fim do ciclo de produção do que era no princípio. (D-M-D’).

CAPITALISMO: ver “MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA”

CLASSES: grandes grupos de pessoas que se distinguem pela posição que ocupam num sistema historicamente definido da produção social, pela sua relação com os meios de produção, pelo seu papel na organização social do trabalho e conseqüentemente, pelos meios de obtenção e a magnitude da parte da riqueza social que lhes cabe.

COMPOSIÇÃO ORGÂNICA DO CAPITAL: determina-se pela proporção em que o capital se divide em CAPITAL CONSTANTE (ou valor dos meios de produção) e CAPITAL VARIÁVEL (ou soma total dos salários).

D-M-D’: ver “CAPITAL”

FORMAÇÃO ECONÓMICO-SOCIAL: tipo de sociedade historicamente determinada com a sua Base (modo de produção) e a correspondente Super-Estrutura (concepções e instituições políticas, jurídica, religiosas, filosóficas, artísticas). Base e Super-Estrutura interagem dialecticamente no desenvolvimento do processo histórico.

FORÇA DE TRABALHO: combinação das capacidades físicas e mentais existentes num ser humano e que ele exercita quando produz qualquer bem ou serviço. O trabalho, medida do Valor, não é ele mesmo valor; o que possui valor é a Força de Trabalho quando se torna Mercadoria. E o valor dessa Mercadoria, como o de qualquer outra é calculado com base no seu custo de produção e reprodução (Meios de Subsistência). A Força de Trabalho é assim a única mercadoria cujo valor de uso, quando associada às outras condições de produção, é o de criar um Valor.

FORÇAS PRODUTIVAS: são os objectos do trabalho, ou coisas a que se aplica o trabalho (p. ex. matérias primas) e os meios de trabalho usados para produzir bens materiais (p. ex. máquinas, instrumentos, instalações, formas de energia) e os próprios homens que com eles trabalham.

MAIS-VALIA: quando integrado num processo de produção a Força de Trabalho gera um Valor maior do que o seu próprio; essa diferença é a Mais-Valia. Para Marx, o

trabalhador recebe sempre apenas o valor da sua Força de Trabalho, que ele realiza durante uma parcela do tempo em que trabalha. No tempo restante, o trabalho executado (Sobre-Trabalho) constitui a criação do valor extra (Mais-Valia) que reverte para o capitalista.

MEIOS DE PRODUÇÃO: ver “FORÇAS PRODUTIVAS”

MEIOS DE SUBSISTÊNCIA: meios que têm de ser consumidos pelo trabalhador para produzir, desenvolver, manter e perpetuar a sua Força de Trabalho. Ou seja para lhe permitir as condições físicas e mentais para continuar a trabalhar, procriar e educar os filhos.

MERCADORIA: é qualquer coisa (bem ou serviço) que é produzida com o objectivo de ser trocada por outra coisa e não para uso de quem a produz.

MODO DE PRODUÇÃO: engloba as Forças Produtivas e as Relações de Produção. Nas primeiras incluem-se os instrumentos, as energias e os homens (Base Material). Nas segundas as ligações e relações que se estabelecem entre os homens no processo de produção (forma social). O marxismo considera 5 modos de produção: o Comunitário-primitivo, o Esclavagista, o Feudal, o Capitalista e o Comunista.

MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA: sistema sócio-económico em que as relações sociais são baseadas na produção de Mercadorias para troca, na propriedade privada dos Meios de Produção e no Assalariamento do trabalho. Neste sistema as classes principais são o proletariado, que vende Força de Trabalho e a burguesia que compra Força de Trabalho. O Valor de cada produto divide-se em 2 parcelas com diferentes destinos: Salário e Lucro; e existe uma irreconciliável luta de classes sobre essa divisão. A Relação de Produção típica da sociedade capitalista é o Assalariamento em que os proprietários dos Meios de Produção compram a Força de Trabalho daqueles que os não detêm e a usam para aumentar o valor da sua propriedade (Capital) através da apropriação da Mais-Valia.

RELAÇÕES DE PRODUÇÃO: relações entre os homens no processo da produção que determinam o seu posicionamento nesse processo; inclui as formas de propriedade e as formas de distribuição dos bens materiais.

SALÁRIO: é o equivalente do valor da Força de Trabalho posta ao serviço do capitalista. Depende do valor dos Meios de Subsistência e portanto pode necessitar de uma parcela maior ou menor do tempo de trabalho para se realizar.

TAXA DE EXPLORAÇÃO: também chamada Taxa de Mais-Valia.
É a proporção entre o Trabalho Necessário e o Trabalho Excedente.

TEMPO DE TRABALHO NECESSÁRIO: é a parte da jornada de trabalho em que o trabalhador produz o equivalente aos seus Meios de Subsistência para o mesmo período (ou seja, ao salário que lhe é pago)

TEMPO DE TRABALHO EXCEDENTE: é o tempo que sobra do Trabalho Necessário na jornada de trabalho, e que é portanto prestado gratuitamente

TRABALHO SOCIALMENTE NECESSÁRIO: quantidade/tempo de trabalho necessário para a produção de uma Mercadoria, num dado estado da sociedade, em condições sociais médias de produção, com uma dada intensidade social média e habilidade média do trabalho empregue.

VALOR: uma Mercadoria é um bem (ou serviço) que satisfaz uma necessidade humana e que pode ser trocado por outro. A utilidade de um bem dá-lhe o valor de uso. Valor de troca (ou simplesmente, Valor) é a proporção em que um dado numero de valores de uso de um certo tipo pode ser trocado por um dado numero de valores de uso de outro tipo.

O que há de comum entre os bens é que são produtos do trabalho. A magnitude do Valor é determinada pelo Tempo de Trabalho Socialmente Necessário para a produção de uma dada Mercadoria, ou seja de um dado valor de uso.

No processo histórico passou-se da forma elementar do Valor, na qual se trocava uma Mercadoria por qualquer outra Mercadoria, para a forma universal do Valor em que o dinheiro se tornou o equivalente universal.

Notas e Citações

Nota 1

Ver Glossário de termos marxistas

Nota 2

“Mas antes de passarmos, uma a uma, as ideias pelo crivo, é de realçar que, num certo e importante sentido, o pensamento de Marx, no seu conjunto, ainda está vivo.

Ainda vale a pena estudar as ideias fundamentais de Marx. Uma das razões para o fazer é a história do século XX. A influência de Marx, tanto na teoria como na prática, é incomensurável. Há imensos aspectos do mundo actual e do actual mundo das ideias que não seríamos capazes de entender sem uma compreensão do pensamento de Marx, ou pelo menos dos seus contornos básicos.”

Jonathan Wolff, PORQUÊ LER MARX HOJE ?; trad. Portuguesa, Livros Cotovia 2003, pp 115

Nota 3

“É preciso debater, igualmente, a possibilidade de implementar variantes sistémicas ao capitalismo mediante a combinação de diversas formas de organização económica a fim de constituir um todo estruturado coerente, isto é, um modo de produção diferente tanto do capitalismo como do socialismo. Tal possibilidade é insustentável à luz da teoria marxista dos modos de produção, de acordo com a qual projectos desse género só poderiam derivar em formas dissimuladas, seja de capitalismo, seja de socialismo, porquanto:

a) tentar unificar num único princípio dinâmico várias normas essenciais de funcionamento da vida económica apenas pode levar à formação de um híbrido sem futuro, para além de introduzir uma dúvida a que é preciso responder: admitido que

um princípio de organização social é superior aos restantes, porque não os elimina ou, em todo o caso, porque não se generaliza; b) assenta numa teoria idealista do Estado, concebido como um órgão neutro do ponto de vista social, esquecendo a correspondência que se estabelece entre o nível político-administrativo e a estrutura económica da sociedade.”

Ramom LÚpez-Suevos, SOCIALISMO E MERCADO ; trad. Portuguesa, Campo das Letras, 1994, pp. 33

Nota 4

O capitalismo digital – mercado tendo as redes como centro – suplantou o capitalismo seu antepassado (...) Actualmente, como empregadoras de trabalhadores que laboram em cadeias de produção ligadas por redes informáticas, como anunciantes, e cada vez mais como educadoras, umas quantas empresas gigantes dominam não só a economia mas também uma teia mais alargada de instituições envolvidas em novas produções de carácter social: negócios, sem dúvida, mas também educação institucional, política e cultura..

Dan Schiller, A GLOBALIZAÇÃO E AS NOVAS TECNOLOGIAS; trad. portuguesa, Editorial Presença 2002, pp 231; 233

Nota 5

“Em meados dos anos 90 – de acordo com os dados de Therborn – num só dia negociava-se em Londres uma quantidade de divisas equivalente ao PIB mexicano de um ano inteiro e os mercados financeiros internacionais tinham uma dimensão dezanove vezes maior que todo o comércio mundial de mercadorias e serviços. Estes números têm aumentado constantemente desde então.

Por seu lado Ramonet, numa recente conferência em Havana afirmou que 95% da actividade económica actual é de tipo financeiro. Estes 95% só existem no mundo virtual das ordens de compra e venda; trata-se de uma mera comunicação que se transfere pelas auto-estradas da informação, enquanto só 5% da economia é uma economia real. A

produção, transporte e venda de coisas concretas só ocupa 5% da economia mundial enquanto o resto se refere simplesmente à compra e venda de valores ou de moedas.”

Marta Harnecker, **TORNAR POSSÍVEL O IMPOSSÍVEL, A ESQUERDA NO LIMITE DO SÉC XXI**, trad. portuguesa, ed. Campo das Letras, 2000; pag 135

Nota 6

Maria João Rodrigues (coordenadora), **PARA UMA EUROPA DA INOVAÇÃO E DO CONHECIMENTO** ; ed. Celta Editora, 2000

Maria Cândida Soares (coordenadora), **PLANO NACIONAL DE EMPREGO 2002** ; ed. MSST, Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento, 2002

Nota 7

“Em vez do motto conservador “salário diário justo para um trabalho diário justo” [a classe operária] deverá inscrever na sua bandeira a palavra de ordem revolucionária:

“Abolição do sistema de salários!”.

Karl Marx, **SALÁRIO, PREÇO E LUCRO**; trad. portuguesa , Edições Avante, 1983; Cap XIV, pag 80

Nota 8

“A tudo isto há que acrescentar a revolução informática que fez a sociedade contemporânea explodir, alterar a circulação dos bens e favorecer a nova economia e a mundialização. Esta ainda não fez cair todos os países do mundo numa sociedade única, mas leva à conversão de todos num único e mesmo modelo económico pela colocação em rede do planeta. Cria uma espécie de laço social liberal inteiramente constituído por redes, dividindo a humanidade em indivíduos isolados uns dos outros num universo hipertecnológico.

Ignacio Ramonet, **GUERRAS DO SÉCULO XXI - NOVOS MEDOS, NOVAS AMEAÇAS**; trad. portuguesa, Ed. Campo das Letras, 2002; pag. 29

Nota 9

“Penso ter mostrado que as suas lutas pelo nível de salários são incidentes inseparáveis de todo o sistema de salários, que em 99 casos em 100 os seus esforços por elevar os

salários são apenas esforços para manter o valor dado do trabalho e que a necessidade de debater o seu preço com o capitalista é inerente à sua condição de terem de se vender eles próprios como mercadorias. Cedendo cobardemente no seu conflito de todos os dias com o capital, certamente que se desqualificariam para o empreendimento de qualquer movimento mais amplo. Ao mesmo tempo, e completamente à parte da servidão geral envolvida no sistema de salários, a classe operária não deverá exagerar para si própria a eficácia última destas lutas de todos os dias. Não deverá esquecer que está a lutar com efeitos, mas não com as causas desses efeitos; que está a retardar o movimento descendente, mas não a mudar a sua direcção; que está a aplicar paliativos, mas não a curar a doença. Por conseguinte, não deverá estar exclusivamente absorvida nestas inevitáveis lutas de guerrilha que incessantemente derivam das investidas sem fim do capital ou das mudanças do mercado. Deverá compreender que, [juntamente] com todas as misérias que lhe impõe, o sistema presente engendra simultaneamente as condições materiais e as formas sociais necessárias para uma reconstrução económica da sociedade. Em vez do motto conservador “salário diário justo para um trabalho diário justo” deverá inscrever na sua bandeira a palavra de ordem revolucionária: “Abolição do sistema de salários!”.

Karl Marx, SALÁRIO, PREÇO E LUCRO; trad. Portuguesa, Edições Avante, 1983; Cap XIV, pag 80

Nota 10

“Portanto o Estado não tem existido eternamente. Houve sociedades que se organizaram sem ele, que não tiveram a menor noção do Estado ou do seu poder. Ao chegar a certa fase de desenvolvimento económico, que estava necessariamente ligada à divisão da sociedade em classes, essa divisão tornou o Estado uma necessidade. Estamos agora a aproximar-nos com rapidez, de uma fase do desenvolvimento da produção em que a existência dessas classes não só deixou de ser uma necessidade mas se converteu num obstáculo à própria produção. As classes irão desaparecer, de um modo tão inevitável como no passado surgiram. Com o desaparecimento das classes desaparecerá inevitavelmente o Estado. A sociedade, reorganizando de uma forma nova a produção, na base de uma associação livre de produtores iguais, remeterá toda a máquina do Estado

para o lugar que lhe há-de corresponder: o museu de antiguidades, ao lado da roca de fiar e do machado de bronze.”

F. Engels, A ORIGEM DA FAMÍLIA, DA PROPRIEDADE PRIVADA E DO ESTADO, trad. brasileira, Ed. Vitória, Rio de Janeiro, 1964, pag. 139

“O Estado poderá desaparecer totalmente quando a sociedade tiver realizado o princípio “De cada um segundo as suas capacidades, a cada um segundo as suas necessidades”, isto é, quando os homens estiverem tão habituados a respeitar as regras fundamentais da vida em sociedade, e o seu trabalho se tiver tornado tão produtivo que eles trabalharão voluntariamente, segundo a sua capacidade.”

Lenine, O ESTADO E A REVOLUÇÃO, trad. brasileira, Ed. Vitória, Rio de Janeiro, 1961, pag. 117

Nota 11

N. D. Kondratieff, THE LONG WAVES IN ECONOMIC LIFE, in The Review of Economics Statistics, Vol XVIII, N°6, 1935

J. S. Schumpeter, BUSINESS CYCLES: A THEORETICAL, HISTORICAL AND STATISTICAL ANALYSIS OF CAPITALIST PROCESS”; ed. MacGraw-Hill, N. Y., 1939

Nota 12

Chris. Freeman e Francisco Louçã, AS TIME GOES BY – FROM THE INDUSTRIAL REVOLUTIONS TO THE INFORMATIONAL REVOLUTION, ed. Oxford University Press, 2001

Carlota Pérez, STRUCTURAL CHANGE AND ASSIMILATION OF NEW TECHNOLOGIES IN THE ECONOMICAL AND SOCIAL SYSTEMS; ed. Futures, 1983

Nota 13

“Este livro estuda a emergência de uma nova estrutura social, manifestada sob diversas formas, que depende da diversidade de culturas e instituições existentes em todo o planeta. Esta nova estrutura social está associada a emergência de um novo modo de

desenvolvimento, o informacionalismo, historicamente moldado pela reestruturação do modo capitalista de produção, no final do século xx.”

Manuel Castells, A SOCIEDADE EM REDE ; trad. Portuguesa, ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa 2002, pp. 17

Nota 14

“O surgimento de um novo paradigma tecnológico implica numerosos processos interligados: primeiro, o desenvolvimento de uma série de serviços: infra-estruturas, fornecedores especializados, serviços de manutenção, etc; segundo, uma adaptação “cultural” à lógica das novas tecnologias, tanto entre os engenheiros e empresários, como entre os vendedores e pessoal de serviço, e também entre os consumidores; terceiro, a criação de condições institucionais que favoreçam a sua difusão: regras e regulamentações, formação especializada e educação. A estas considerações eu acrescentaria: a forma concreta que adopta a luta de classes.”

Marta Harneker, TORNAR POSSÍVEL O IMPOSSÍVEL, A ESQUERDA NO LIMIAR DO SEC XXI, trad. portuguesa, ed. Campo das Letras, 2000; pag 98

Nota 15

Charles Babbage (1791-1871), matemático inglês, considerado o “pai da computação” pela sua invenção de máquinas automáticas de calcular capazes de produzir tabelas matemáticas, astronómicas e actuariais.

George Boole (1815-1864), matemático inglês, célebre por ter aplicado os métodos algébricos à lógica, incorporando-a assim nas matemáticas. Na sua obra *An investigation into the Laws of Thought on which are founded the Mathematical Theories of Logic and Probabilities*, apontava a analogia entre os símbolos algébricos e a representação das formas lógicas, iniciando assim a “álgebra de Boole” que encontrou a sua maior aplicação prática na comutação de circuitos e na construção de computadores.

Nota 16

“A difusão da técnica de impressão com os tipos móveis de Gutenberg trouxe a possibilidade de aumentar o número de livros disponíveis, fazendo descer, significativamente, os seus custos e facilitando o acesso aos mesmos.

Este conjunto de factos esteve na base de um corte radical com fortes impactos na estrutura político-social da Europa e da maior parte do mundo: a Reforma Protestante, Foi graças à imprensa que Lutero pode difundir eficazmente a tradução que fizera da Bíblia para alemão.

Pela primeira vez, em séculos, os cristãos tinham acesso à palavra sagrada e aos ensinamentos religiosos, na sua própria língua, possibilitando uma compreensão e uma visão totalmente diversa desta doutrina.

Permitiu igualmente a génese do movimento protestante, que conquistaria seguidamente uma grande adesão no Ocidente, levando, por sua vez, a Igreja Católica a reagir e a lançar a Contra-Reforma.

Deste modo, o contexto social e político do continente, que começava a dominar o mundo, foi seriamente abalado, com evidentes repercussões de âmbito global, e que haveriam de se reflectir nos séculos seguintes.

Naturalmente que o descontentamento e as divisões no seio da Igreja Católica e da cristandade seiscentistas existiam desde há muito, mas sem a imprensa, dificilmente as organizações protestantes teriam vingado de forma tão sustentada e eficaz.

Os subsequentes desenvolvimentos nela baseados, bem como a maior facilidade de acesso e de difusão do conhecimento, provocaram ainda um florescimento das ciências e do pensamento, inédito na Europa Ocidental, desde a queda do Império Romano, tendo mesmo funcionado como um facilitador da Revolução Industrial.

A emergência da imprensa constituiu, ela própria, uma verdadeira revolução, provocando cortes estruturais, de alcance superior aos efeitos imediatos mais visíveis.

No mesmo sentido, é expectável que a Revolução Digital venha a ter consequências tão inimagináveis actualmente, como teria sido para Watt, por exemplo, a penicilina ou o telefone.”

Raul Junqueiro, A IDADE DO CONHECIMENTO, A NOVA ERA DIGITAL; Editorial Notícias, 2002; pag. 25

Nota 17

O conceito DIGITAL, inventado por Boole, consiste na representação da informação utilizando apenas dois símbolos ou dígitos binários: “0” e “1”.

Fazendo uma analogia simples: Para escrever um texto em português usamos um conjunto de 23 símbolos ou letras; combinando-as segundo certas regras gramaticais podemos representar todas as palavras da nossa língua. Usando a representação digital, e seguindo também certas regras, bastam-nos 2 símbolos para o mesmo efeito.

Mas enquanto as letras do alfabeto apenas servem para escrever texto, os dígitos binários podem igualmente representar qualquer imagem ou som.

Na verdade, na medida em que a informação digital é hoje tratada por dispositivos electrónicos, em vez de “símbolos” será mais correcto falar de “estados”. Todo o dispositivo que possa assumir dois estados, por exemplo “aceso” ou “apagado”, está em condições para tratar informação digital. Por exemplo, uma simples lâmpada com um interruptor, num dado momento ou está acesa ou apagada e esses estados podem ser interpretados como “1” e “0” respectivamente.

Teòricamente, com uma lâmpada poderíamos compor e transmitir um texto. Tudo dependeria do seu tamanho e da velocidade de manipulação do interruptor! Na prática os dispositivos electrónicos têm circuitos que efectuam biliões de mudanças de estado por segundo. Como todos podemos comprovar os nossos computadores pessoais apresentam-nos em fracções de segundo textos mais ou menos longos e imagens mais ou menos complexas que estão registados nas memórias de armazenamento em enormes sequências de dígitos binários organizadas segundo certas regras, e que os processadores convertem em imagens ou frequências sonoras captáveis pelos nossos sentidos.

Esta extraordinária simplificação permite às máquinas lidar com informação complexa sem que essa complexidade afecte o rendimento; e é por isso que se tem verificado um aumento galopante da velocidade de processamento e da capacidade de armazenamento que não se traduz, antes pelo contrário, num aumento do preço dos dispositivos.

Outro aspecto muito importante da representação digital da informação é a sua fiabilidade, nomeadamente quando está em causa a transmissão à distância. É mais fácil

garantir a exactidão de apenas 2 símbolos, mesmo que ocorrendo em grande numero, do que por exemplo a da infinidade de frequências sonoras de uma peça musical.

Sem a invenção da representação digital, não teria sido possível a explosão do acesso planetário à informação através das redes de computadores, e não se teriam registado os progressos científicos das últimas décadas.

No entanto, esta revolução iniciada no sec XIX, está longe ainda de ter esgotado as suas virtualidades e, tal como aconteceu com a invenção da imprensa, é previsível que acabe por provocar uma viragem profunda em termos de civilização.

Nota 18

Karl Marx, O CAPITAL, Livro 1º, Tomo II, 4ª Secção, Cap 12; trad. portuguesa, ed. AVANTE, pag 397; 401;

Karl Marx, O CAPITAL, Livro 1º, Tomo II, 4ª Secção, Cap 13; trad. portuguesa, ed. AVANTE, pag 429; 447; 463

Nota 19

“A SAGRES vai investir 26 milhões de euros na “reciclagem” da actual garrafa de 33cl (...) É a resposta da Central de Cervejas aos estudos de mercado que condenaram a actual garrafa por já não ter um único aspecto positivo. Segundo a Directora de Marketing da Centralcer, a garrafa que existe desde 1955 é vista como ultrapassada, barata, pesada, popular a remeter para o português atarracado da década de 50/60. (...) O processo de substituição só estará concluído em Maio de 2004. (...) A operação implica a substituição de 35 milhões de garrafas.”

Jornal EXPRESSO, 29/3/2003

Nota 20

“Depara-se-nos aqui outro interessante fenómeno. Uma máquina tem, p. ex., o valor de 1000 lib. esterl. e desgasta-se em 1000 dias. Neste caso, 1/1000 do valor da máquina passa diariamente dela própria para o seu produto diário. Simultaneamente, ainda que

com força vital decrescente, a máquina total opera constantemente no processo de trabalho. Vê-se portanto que um factor do processo de trabalho, um meio de produção, entra totalmente no processo de trabalho, mas apenas em parte no processo de valorização. A diferença entre processo de trabalho e processo de valorização reflecte-se aqui nos factores objectivos, na medida em que o mesmo meio de produção, no mesmo processo de produção, conta totalmente como elemento do processo de trabalho e apenas parcialmente como elemento da formação de valor.”

Karl Marx, O CAPITAL, Livro 1º, Tomo I, 3ª Secção, Cap 6; trad. portuguesa, ed. AVANTE, pag 234

Nota 21

Os parágrafos a seguir citados são apenas exemplos do desfazimento histórico que referimos:

“Qual é, então, a relação entre valor e preços de mercado ou entre preços naturais e preços de mercado? Todos sabeis que o preço de mercado é o mesmo para todas as mercadorias do mesmo género, ainda que as condições de produção possam diferir para os produtores individuais. O preço de mercado expressa apenas o montante médio de trabalho social necessário, em condições médias de produção, para fornecer o mercado de uma certa massa de um certo artigo. É calculado sobre o total de uma mercadoria de um certo tipo”.

(...)

*“É suficiente dizer que se a oferta e a procura se equilibrarem, os preços de mercado das mercadorias corresponderão aos seus preços naturais, isto é, aos seus valores, tal como são determinados pelas quantidades respectivas de trabalho requerido para a sua produção. Mas, a oferta e a procura tem constantemente de tender a equilibrar-se uma a outra, ainda que só o façam compensando uma flutuação por outra, uma subida por uma queda e vice versa. Se, em vez de se considerar apenas as flutuações diárias, se analisar o movimento dos preços de mercado durante períodos mais longos como, por exemplo, o Sr. Tooke fez na sua *History of Prices* — verificar-se-á que as flutuações dos preços de mercado, os seus desvios relativamente aos valores, as suas subidas e descidas, se neutralizam e compensam umas às outras; de tal modo que exceptuando o efeito dos*

monopólios e algumas outras modificações que tenho agora de deixar de lado — todos os tipos de mercadorias são, em média, vendidos aos seus respectivos valores ou preços naturais.”

Karl Marx, SALÁRIO, PREÇO E LUCRO; trad. portuguesa, Edições Avante, 1983; Cap VI, pag 45-46

“Ninguém pode viver de produtos do futuro, portanto também não de valores de uso cuja produção ainda não se encontra pronta (...) Se os produtos forem produzidos como mercadoria, terão então de ser vendidos depois de serem produzidos (...)”

Karl Marx, O CAPITAL, Livro 1º, Tomo I, 2ª Secção, Cap 4; trad. portuguesa, ed. AVANTE, pag 195

Nota 22

“Tomemos o exemplo do nosso fiandeiro. Vimos que, para diariamente reproduzir a sua força de trabalho, ele tem diariamente de reproduzir um valor de três xelins, o que fará trabalhando seis horas por dia. Mas isto não o impede de trabalhar dez ou doze ou mais horas por dia. Mas, ao pagar o valor diário ou semanal da força de trabalho do fiandeiro, o capitalista adquiriu o direito de usar essa força de trabalho durante todo o dia ou toda a semana. Fá-lo-á, portanto, trabalhar, digamos, doze horas por dia. Para além e acima das seis horas requeridas para repor o seu salário, ou o valor da sua força de trabalho, terá, portanto, de trabalhar mais horas — a que eu chamarei: horas de sobretrabalho — sobretrabalho esse que se realizará ele próprio numa mais-valia e num sobreproduto. Se o nosso fiandeiro, por exemplo, com o seu trabalho diário de seis horas, acrescentava um valor de três xelins ao algodão, um valor que constituía o equivalente exacto do seu salário, em doze horas acrescentará um valor de seis xelins ao algodão e produzirá um acréscimo proporcional de fio. Como vendeu a sua força de trabalho ao capitalista, todo o valor ou produto criado por ele pertence ao capitalista, dono pro tempore da sua força de trabalho. Ao adiantar três xelins, o capitalista realizará, portanto, um valor de seis xelins em que estão cristalizadas seis horas de trabalho. porque, ao adiantar um valor em que estão cristalizadas seis horas de trabalho receberá em troca um valor em que estão cristalizadas doze horas de trabalho. Ao repetir este mesmo processo diariamente, o capitalista adiantará diariamente três xelins e embolsará diariamente seis xelins, metade

dos quais irão para pagar de novo salários e a outra metade constituirá a mais-valia, pela qual o capitalista não paga qualquer equivalente. É sobre esta espécie de troca entre capital e trabalho que a produção capitalista ou o sistema de salários está fundado, a qual tem constantemente de resultar num reproduzir do operário como operário e do capitalista como capitalista.”

Karl Marx, SALÁRIO, PREÇO E LUCRO; trad. portuguesa, Edições Avante, 1983; Cap VIII, pag 54

Nota 23

A palavra CONHECIMENTO é usada com diversos sentidos, quer na linguagem comum quer na terminologia científica. Nos dicionários e enciclopédias podemos encontrar exemplos abundantes.

Citamos a título de exemplo as definições do Dicionário HOUAISS:

ato ou efeito de conhecer

- o ato ou a atividade de conhecer, realizado por meio da razão e/ou da experiência

Ex.: nosso c. da situação foi dificultado por não entendermos a língua do país

- ato ou efeito de apreender intelectualmente, de perceber um fato ou uma verdade; cognição, percepção

Ex.: o c. das causas de um fenómeno

- *Derivação: por extensão de sentido.*

fato, estado ou condição de compreender; entendimento

- *Derivação: por metonímia.*

a coisa conhecida

Ex.: a busca do c. é inerente ao ser humano

- *Derivação: por extensão de sentido.*

domínio, teórico ou prático, de um assunto, uma arte, uma ciência, uma técnica etc.; competência, experiência, prática

Ex.: seu c. de português faz dele um bom redator

- *Derivação: por metonímia.*

faculdade de conhecer

Ex.: é pelo c. que se entende e interpreta o mundo

- *Derivação: por extensão de sentido.*

intuição, pressentimento ou outra forma de cognição

*- fato de reconhecer uma coisa como adremente sabida ou conhecida;
reconhecimento*

Ex.: os nativos não demonstraram c. das pedras que lhes mostramos

- familiaridade (com uma coisa ou uma pessoa), adquirida pela experiência

Ex.: não tinha c. do que fazer no caso de uma picada de cobra

- *Derivação: por extensão de sentido.*

ato ou efeito de estabelecer uma relação com alguém, em grau de intimidade variável, mas geralmente menor que na amizade

Ex.: <nosso c. já conta mais de dez anos> <são gente do meu c.> <fez c. com um engenheiro durante a viagem>

- *Derivação: por extensão de sentido.*

pessoa com quem se estabeleceu uma ligeira relação pessoal ou que, pelo menos, se sabe de quem se trata

Ex.: fez muitos c. quando trabalhou no banco

- *Derivação: por extensão de sentido. Uso: formal. Diacronismo: antigo.*

relação carnal do homem e da mulher

- *Derivação: por extensão de sentido. Uso: formal. Diacronismo: antigo.*

noção que cada um tem de sua própria existência e das pessoas familiares, coisas, fatos do dia-a-dia; consciência, lucidez

Ex.: recebeu uma pancada na cabeça e perdeu o c.

- *Derivação: por extensão de sentido.*

fato ou condição de estar ciente ou consciente de (algo)

Ex.: não temos c. de seu estado atual; tomamos c. do fato; não tenho c. preciso da sua alegação;

- *Derivação: por metonímia.*

a coisa que se conhece, de que se sabe, de que se está informado, ciente ou consciente

Ex.: nosso c. sobre o lugar não é muito grande

- *Derivação: por extensão de sentido.*

informação, notícia

Ex.: a difusão do c.; passar conhecimentos;

- *Derivação: por extensão de sentido.*

somatório do que se sabe; o conjunto das informações e princípios armazenados pela humanidade

Ex.: avaliar todo o c. humano

- *Regionalismo: Portugal (dialetismo).*

gratidão, reconhecimento

- *Derivação: por extensão de sentido. Regionalismo: Portugal.*

presente de agradecimento

- *Rubrica: administração.*

recibo emitido pelas coletorias de impostos referente à prestação paga por um contribuinte

- *Rubrica: comércio.*

m.q. recibo ('reconhecimento escrito')

- Rubrica: filosofia.

procedimento compreensivo por meio do qual o pensamento captura representativamente um objeto qualquer, utilizando recursos investigativos dessemelhantes - intuição, contemplação, classificação, mensuração, analogia, experimentação, observação empírica etc. - que, variáveis historicamente, dependem dos paradigmas filosóficos e científicos que em cada caso lhes deram origem

- Rubrica: filosofia.

na tradição metafísica, esp. no platonismo, apreensão intelectual das essências eternas e imutáveis de todas as coisas, para além de suas aparências sensíveis

- Rubrica: filosofia.

na tradição influenciada pela ciência moderna, tal como o empirismo, criticismo ou positivismo, representação elaborada pela inteligência exclusivamente a partir de impressões sensíveis

- Rubrica: termo jurídico.

ato ou efeito de um juízo de primeira ou de superior instância acolher uma causa ou um recurso por se atribuir jurisdição e competência para julgá-los [É a fase do processo na qual o juiz toma ciência dos fundamentos do pedido, das alegações e provas, para decidir sobre a existência do direito pretendido pelas partes.]

Ex.: o tribunal não tomou c. da apelação interposta

Nota 24

“A distinção entre tipos de conhecimento, trazida à discussão sob uma perspectiva económica e de negócios, é básica para a actual discussão sobre o conhecimento na teoria gestiva. Nonaka, referindo-se ao trabalho de Polanyi (Polanyi, 1966), explica que a distinção primária se dá entre dois tipos de conhecimento: "conhecimento tácito" e "conhecimento explícito" (Nonaka, 1994).

O conhecimento explícito, ou codificado, como vimos, refere-se ao conhecimento que é transmissível em linguagem formal, sistemática, enquanto o conhecimento tácito possui uma qualidade pessoal, o que o torna mais difícil de formalizar e de transmitir.

O conhecimento tácito é profundamente enraizado na acção, no comprometimento e no envolvimento num contexto específico (Nonaka, 1994). Polanyi (Polanyi, 1966), tende a definir o conhecimento tácito em termos da sua incomunicabilidade, mas esse ponto de vista não é consensual. Há também, o ponto de vista que entende que "tácito" não significa "conhecimento que não pode ser codificado", mas sim "conhecimento ainda não explicado" e que, ao aprofundar o conceito de conhecimento tácito, podemos identificar componentes tradicionalmente relegados da discussão na literatura de gestão."

António Serrano e Cândido Fialho, GESTÃO DO CONHECIMENTO ; ed. FCA, 2003, pp. 60

Nota 25

“Para se tomar mercadoria o produto tem de ser transferido por meio da troca para o outro a quem serve como valor de uso.”

Karl Marx, O CAPITAL, Livro 1º, Tomo I, 1ª Secção, Cap 1; trad. portuguesa, ed. AVANTE, pag 52

Nota 26

A Teoria Marginalista do Valor, elaborada pelos economistas da chamada “escola neo-clássica” (Jevons, Walras, Menger) considera o valor de uma mercadoria como algo subjectivo: aquilo que o consumidor está disposto a dar por ela. Numa troca, cada parceiro encontra um valor na mercadoria, que não tem que ver com o custo de a colocar no mercado mas está “in the eye of the beholder”. O valor não está portanto ligado aos custos de produção mas sim à influência da procura nos custos de produção. O preço é a resultante da interacção dos “valores marginais” entre produtores e consumidores das várias mercadorias.

Nota 27

“Já antes foi notado que para o processo de valorização é completamente indiferente se o trabalho apropriado pelo capitalista é trabalho social médio simples ou trabalho complexo, trabalho de mais elevado peso específico. O trabalho que, face ao trabalho social médio, passa por trabalho superior e mais complexo é a exteriorização de uma força de trabalho em que entram custos de formação mais elevados cuja produção custa mais tempo de trabalho e que, portanto, tem um valor mais elevado do que a força de trabalho simples. Se o valor desta força é mais elevado, então também ela se exterioriza (... ..)

Por outro lado, em qualquer processo de formação de valor, o trabalho superior tem sempre de ser reduzido a trabalho social médio, p. ex., um dia de trabalho mais elevado a x dias de trabalho simples. Assim se poupa uma operação supérflua e se simplifica a análise pela admissão de que o operário, empregue pelo capital, realiza trabalho social“

Karl Marx, O CAPITAL, Livro 1º, Tomo I, 3ª Secção, Cap 5; trad. portuguesa, ed. AVANTE, pag 227

Nota 28

“A transformação de uma soma de dinheiro em meios de produção e força de trabalho é o primeiro movimento por que passa o quantum de valor que há-de funcionar como capital. Ele processa-se no mercado, na esfera da circulação. A segunda fase do movimento, o processo de produção, termina logo que os objectos da produção são transformados em mercadorias cujo valor excede o valor das suas partes componentes e por isso contém o capital originariamente adiantado mais uma mais-valia”

Karl Marx, O CAPITAL, Livro 1º, Tomo III, 7ª Secção; trad. portuguesa, ed. AVANTE, pag 643

Nota 29

“Contudo, não há duvida de que a explicação mais importante desta crise teórica é a inexistência de um estudo crítico do capitalismo dos fins do século XX – o capitalismo da revolução electrónico-informática, da globalização e das guerras financeiras. Não falo de estudos parcelares, sobre determinados aspectos da sociedade capitalista actual – que

sem duvida existem – refiro-me a um estudo com a integridade e o espírito rigoroso com que Marx estudou o capitalismo da era industrial.

Em que se modifica, por exemplo, o conceito de mais-valia – conceito central da análise crítica do capitalismo em Marx – com a introdução da máquina digital e da robótica, por um lado, e com o actual processo de globalização, por outro? Como afecta as relações técnicas e sociais de produção e as relações de distribuição e de consumo, a introdução das novas tecnologias no processo de trabalho? Que modificações sofreram tanto a classe operária como a burguesia numa era em que o conhecimento passa a representar um elemento fundamental das forças produtivas? (...) Quais são os elementos que podem constituir uma base objectiva potencial para a transformação deste modo de produção?”

Marta Harnecker, TORNAR POSSÍVEL O IMPOSSÍVEL – A ESQUERDA NO LIMITE DO SÉCULO XXI; trad. portuguesa, Ed. Campo das Letras, 2000; parágrafos 991 e 992.

Nota 30

“Nos últimos 25 anos a Terra mudou mais do que nos cem anos anteriores. Entretanto, não dispomos ainda, para compreender a nossa época, de um estudo tão rigoroso e lúcido como o que Marx elaborou sobre a sociedade industrial do seu tempo.”

Miguel Urbano Rodrigues, in Prefácio ao livro de Marta Harnecker, idem, pag. 9

Notas 31

Ronaldo Fonseca, MARXISMO E GLOBALIZAÇÃO ; Ed. Campo das Letras, 2002

Ignacio Ramonet, GUERRAS DO SÉCULO XXI - NOVOS MEDOS, NOVAS AMEAÇAS; trad. portuguesa, Ed. Campo das Letras, 2002

Lucien Séve, COMEÇAR PELOS FINS – A NOVA QUESTÃO COMUNISTA ; trad. portuguesa; Ed. Campo das Letras; 2001

Nota 32

“Porém, não é possível ultrapassar um sistema de valores e de comportamentos que desembocaram num profundo revés histórico e ensaiar a elaboração de novas

concepções, sem a prévia interpretação crítica das experiências vividas (“do passado”). Só com um profundo esforço crítico e com a revalorização do trabalho teórico, o projecto comunista estará em condições de tirar lições da experiência, de estudar a realidade actual e de intervir através das contradições que nela se manifestam, de pensar e projectar o futuro. E poderá readquirir a credibilidade e a influência perdidas junto dos trabalhadores e dos povos nos tempos que correm.”

MANIFESTO DA RENOVAÇÃO COMUNISTA, Ponto 2, parágrafo 7, Lisboa, 2003.

Nota 33

“Mas com o desenvolvimento da industria o proletariado não se multiplica apenas; é reunido em massas maiores, a sua força cresce, ele sente-a mais. Os interesses, as condições de vida no interior do proletariado tornam-se cada vez mais semelhantes, na medida em que a maquinaria vai obliterando cada vez mais as diferenças do trabalho, e quase por toda a parte faz descer o salário a um mesmo nível baixo. (...)

Além disto, como vimos, com o progresso da industria, sectores inteiros da classe dominante são lançados no proletariado, ou pelo menos vêm ameaçadas as suas condições de vida.”

Marx e Engels, MANIFESTO DO PARTIDO COMUNISTA, in OBRAS ESCOLHIDAS, trad. portuguesa, Ed. Avante, Tomo I, pags. 114-115

Nota 34

“O uso que cada um faz de uma explicação histórica é uma questão separada da própria explicação. A compreensão é usada com mais frequência para tentar modificar uma consequência do que para repeti-la ou perpetuá-la. É por essa razão que os psicólogos tentam compreender as mentes dos assassinos e dos violadores, os historiadores sociais tentam compreender os genocídios, os médicos tentam compreender as causas das doenças. Esses investigadores não procuram justificar o homicídio, o genocídio ou a doença. Pelo contrário, procuram utilizar a sua compreensão de uma cadeia de causas para interrompê-la.”

Jared Diamond, ARMAS, GERMES E AÇO – OS DESTINOS DAS SOCIEDADES HUMANAS, trad. portuguesa, ed. Relógio d'Água, 2002; pag. 16

Referências bibliográficas

As obras constantes desta Bibliografia constituem uma resenha das fontes de informação que ao longo de muitos anos alimentaram as nossas reflexões.

São portanto de várias épocas e diferentes naturezas. E o facto de as referirmos não significa necessariamente que concordemos com a sua orientação. Pareceu-nos no entanto que o leitor que pretendesse aprofundar as questões levantadas neste livro, teria interesse em conhecer essas obras.

ATTALI, Jacques

- *Linhas de horizonte*, trad. portuguesa, Ed. Difel, 1991

BARRETO, António (coordenador)

- *A situação social em Portugal 1960-1999 - Indicadores sociais em Portugal e na União Europeia*, Ed. Imprensa de Ciências Sociais, ISCUL, 2000

BEAUD, Michel

- *História do Capitalismo*, trad. portuguesa, Ed. Teorema, 1992

BERGER, Peter L. e LUCKMANN, Thomas

- *A construção social da realidade*, trad. brasileira, Ed. Vozes, 1973

BERNARDO, João

- *Marx crítico de Marx*, 3 volumes, Ed. Afrontamento, 1977

BESNIER, Jean-Michel

- *As teorias do conhecimento*, trad. portuguesa, Ed. Instituto Piaget, 2000

BIANCHINI, Marco

- *Mercadoria*, in *Enciclopédia EINAUDI, Volume 40*, trad. portuguesa, IN-CM, 2001

- *Lucro*, in *Enciclopédia EINAUDI, Volume 40*, trad. portuguesa, IN-CM, 2001

BOFFITO, Carlo

- *Mercado*, in *Enciclopédia EINAUDI, Volume 40*, trad. portuguesa, IN-CM, 2001

- *Utilidade*, in *Enciclopédia EINAUDI, Volume 40*, trad. portuguesa, IN-CM, 2001

BOHM, David e PEAT, F. David

- *Ciência, ordem e criatividade*, trad. portuguesa, Ed. Gradiva, 1989

BRAUDEL, Fernand

- *A dinâmica do capitalismo*, trad. portuguesa, Ed. Teorema, 1992

BORUTTI, Silvana e FABIETTI, Ugo

- *Salário*, in *Enciclopédia EINAUDI, Volume 40*, trad. portuguesa, IN-CM, 2001

BRIDGES, William

- *Mudança nas relações de trabalho - Como ser bem sucedido em um mundo sem empregos*, trad. brasileira, Ed. Makron Books do Brasil, 1995

CASTELLS, Manuel

- *A era da informação: Economia, Sociedade e Cultura - Volume I: A sociedade em rede*, trad. portuguesa, Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 2002

- *A era da informação: Economia, Sociedade e Cultura - Volume II: O poder da identidade*, trad. portuguesa, Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 2003

COBBAN, Alfred

- *A interpretação social da Revolução Francesa*, trad. portuguesa, Ed. Gradiva, 1988

DE VRIES, Jan

- *A economia da Europa numa época de crise - 1600-1750*, trad. portuguesa, Ed. Publicações D. Quixote, 1991

DIAMOND, Jared

- *Armas, germes e aço – Os destinos das sociedades humanas*, trad. portuguesa, Ed. Relógio d'Água, 2002

DRUCKER, Peter

- *Post-Capitalist society*, Ed. Butterworth-Heinemann, 1995

ENGELS, F.

- *A origem da família, da propriedade privada e do estado*, trad. brasileira, Ed. Vitória, 1964

FONSECA, Ronaldo

- *Marxismo e Globalização*, Ed. Campo das Letras, 2002

FREEMAN, Chris e LOUÇÃ, Francisco

- *As time goes by – From the industrial revolutions to the informational revolution*, Ed. Oxford University Press, 2001

FRIEDMAN, Georges

- *O futuro do trabalho humano*, trad. portuguesa, Ed. Moraes Editores, 1981

GALLO, Max

- *Manifesto para um fim de século obscuro*, trad. portuguesa, Ed. Publicações Europa-América, 1991

GIDDENS, Anthony

- *Capitalismo e moderna teoria social*, trad. portuguesa, Ed. Presença, 1999

GIMPEL, Jean

- *O fim do futuro - O declínio tecnológico e a crise do Ocidente*, trad. portuguesa, Ed. Inquérito, 1993

GODELIER, Maurice

- *Trabalho*, in *Enciclopédia EINAUDI, Volume 7*, trad. portuguesa, IN-CM, 1986

- *Modo de produção*, in *Enciclopédia EINAUDI, Volume 7*, trad. portuguesa, IN-CM, 1986

- *Reprodução*, in *Enciclopédia EINAUDI, Volume 7*, trad. portuguesa, IN-CM, 1986

- *Formação económico-social*, in *Enciclopédia EINAUDI, Volume 7*, trad. portuguesa, IN-CM, 1986

- *Propriedade*, in *Enciclopédia EINAUDI, Volume 7*, trad. portuguesa, IN-CM, 1986

- *Transição*, in *Enciclopédia EINAUDI, Volume 7*, trad. portuguesa, IN-CM, 1986

GORZ, André

- *Miserias del presente, riqueza de lo possible*, trad. espanhola, Ed. Paidós, 2000

HARNECKER, Martha

- *Tornar possível o impossível - A esquerda no limiar do sec. XXI*, trad. portuguesa, Ed. Campo das Letras, 2000

JUNQUEIRO, Raul

- *A idade do conhecimento - A nova era digital*, Ed. Editorial Notícias, 2002

KENNEDY, Paul

- *The rise and fall of the great powers - Economic change and military conflict from 1500 to 2000*, Ed. Fontana Press, 1989

KONDRATIEFF, N. D.

- *The long waves in economic life in The Review of Economics Statistics, Vol XVIII, N°6, 1935*

KOWALIK, Tadeusz

- *Capital, in Enciclopédia EINAUDI, Volume 40*, trad. portuguesa, IN-CM, 2001

KUHN, Thomas

- *The structure of scientific revolutions (Second edition, Enlarged)*, Ed. The University of Chicago Press, 1970

LENINE, V.

- *O Estado e a Revolução*, trad. brasileira, Ed. Vitória, 1961

MANDEL, Ernest

- *Long waves of capitalist development - A marxist interpretation*, Ed. Verso, 1995

MARX, K. e ENGELS, F.

- *Manifesto do Partido Comunista, in OBRAS ESCOLHIDAS, Tomo I*, trad. portuguesa, Ed. Avante, 1982

MARX, Karl

- *Salário, preço e lucro*, trad. portuguesa , Ed. Avante, 1983

- *O Capital, Livro Primeiro, Tomos I, II e III*, trad. portuguesa , Ed. Avante, 1992

- *Capital, Book Two*, trad. inglesa , Ed. Penguin Books, 1978

- *Capital, Book Three*, trad. inglesa , Ed. Penguin Books, 1981

- *Grundrisse*, trad. inglesa, Ed. Penguin Books, 1973

MATHIAS, Peter e DAVIS, John A. (coordenadores)

- *As primeiras revoluções industriais*, trad. portuguesa, Ed. Publicações D. Quixote, 1993

MEEK, Ronald L.

- *Studies in the labor Theory of Value*, ed. americana, Ed. Monthly Review Press, 2ª edição

MICHIE, Donald e JOHNSTON, Rory

- *The creative computer - Machine intelligence and human knowledge*, Ed. Penguin Books, 1985

MINISTÉRIO da Reforma do Estado e da Administração Pública

- *A Administração Pública em números - 2º recenseamento geral*, Ed. IGDAP, 2001

NAISBITT, John

- *Megatrends - The new directions transforming our lives*, Ed. Warner Books, 1982

NASILOWSKI, Mieczyslaw

- *Distribuição*, in *Enciclopédia EINAUDI, Volume 40*, trad. portuguesa, IN-CM, 2001

NEGROPONTE, Nicholas

- *Ser digital*, trad. portuguesa, Ed. Caminho, 1996

ORTSMAN, Óscar

- *Mudar o trabalho - As experiências, os métodos, as condições da experimentação social*, trad. portuguesa, Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 1984

OSIATÝNSKI, Jerzy

- *Valia/mais-valia*, in *Enciclopédia EINAUDI, Volume 40*, trad. portuguesa, IN-CM, 2001

PÉREZ, Carlota

- *Structural change and assimilation of new technologies in the economical and social systems*, Ed. Futures, 1983

PETIT, Pascal e SOETE, Luc

- *Technology and the future of european employment*, Ed. Edward Elgar Publishing, 2001

POPPER, Karl R.

- *A sociedade aberta e seus inimigos - Tomo 2*, trad. brasileira, Ed. Itatiaia Lda e Ed. Univ. S. Paulo, 1987

QUINIOU, J. C.

- *A informática, os "quadros" e a sociedade*, trad. portuguesa, Ed. Estampa, 1972

RAMONET, Ignacio

- *Guerras do século XXI - Novos medos, novas ameaças*, trad. portuguesa, Ed. Campo das Letras, 2002

RIBEIRO, Sérgio (coordenador)

- *O Capitalismo, a Revolução tecnológica e a Classe operária*, Ed. Avante, 1990

RIFKIN, Jeremy

- *The end of work – The decline of the global labor force and the dawn of the post-market era*, Ed. Tarcher/Putnam Book, 1996

RODRIGUES, Maria João (coordenadora)

- *Para uma Europa da inovação e do conhecimento - Emprego, reformas económicas e coesão social*, Ed. Celta Editora, 2000

SCHILLER, Dan

- *A globalização e as novas tecnologias*, trad. portuguesa, Ed. Presença, 2002

SCHUMPETER, J. S.

- *Business cycles: A theoretical, historical and statistical analysis of capitalist process*, Ed. MacGraw-Hill, N. Y., 1939

SERRANO, António e FIALHO, Cândido

- *Gestão do conhecimento - O novo paradigma das organizações*, Ed. FCA, 2003

SÉVE, Lucien

- *Começar pelos fins – A nova questão comunista*, trad. portuguesa, Ed. Campo das Letras, 2001

SINGER, Daniel

- *Que milénio: o deles ou o nosso?*, trad. portuguesa, Ed. Campo da Comunicação, 2003

SIWIŃSKI, Włodzimierz

- *Acumulação*, in *Enciclopédia EINAUDI, Volume 40*, trad. portuguesa, IN-CM, 2001

SOARES, Maria Cândida (coordenadora)

- *Plano Nacional de emprego 2002 - Portugal e a estratégia europeia para o emprego*, Ed. MSST/DEPP, 2002

SOROS, George

- *A crise do capitalismo global – A Sociedade Aberta ameaçada*, trad. portuguesa, Ed. Temas&Debates, 1999

SUEVOS, Ramon-López

- *Socialismo e mercado*, edição portuguesa, Ed. Campo das Letras, 1994

SWEEZY, Paul (e outros)

- *Do Feudalismo ao Capitalismo*, trad. portuguesa, Ed. Publicações D. Quixote, 1978

TERCEIRO, José B. e MATÍAS, Gustavo

- *Digitalismo – El Nuevo horizonte sociocultural*, Ed. Grupo Santillana de Ediciones, 2001

TOFFLER, Alvin

- *Os novos poderes*, trad. portuguesa, Ed. Livros do Brasil, 1991

- *A terceira vaga*, trad. portuguesa, Ed. Livros do Brasil, 1984

TREASURE, Geoffrey

- *The making of modern Europe - 1648-1780*, Ed. Methuen & Co. Ltd., 1985

VÁRIOS (Universidade Popular do Porto)

- *O marxismo no limiar do ano 2000*, Ed. Caminho, 1985

VILKHOVTCHENKO, E. D.

- *Novas formas de exploração capitalista*, trad. portuguesa, Ed. Avante, 1987

WOLFF, Jonathan

- *Porquê ler Marx hoje?*, trad. portuguesa, Ed. Cotovia, 2003

Notas biográficas dos autores

Maria Rosa Redondo

Nasce em Lisboa, em Janeiro de 1946, numa família de imigrantes internos de 1ª geração. Os pais eram de famílias de pequeníssimos agricultores, com a escolaridade básica da época, vindos tentar a sorte na capital.

Superada a debilidade financeira da família, através da isenção de propinas, acede ao curso dos liceus e entra em 1963 com uma bolsa de estudo para a Faculdade de Letras de Lisboa, onde faz o Curso de História.

Começara a despertar para a política ainda no liceu aquando da Crise Académica de 62. Esse interesse aprofunda-se na Universidade. Inscreve-se na Pró-Associação da Faculdade de Letras. Em 1966 adere ao PCP.

Termina o curso em 1968. Em plena guerra colonial, o casamento leva-a até à Guiné onde durante 2 anos dá aulas e toma contacto com outras realidades.

De regresso a Lisboa, e com a hipótese de fazer investigação ou seguir qualquer carreira académica afastadas devido às suas posições políticas, aproveita uma oportunidade surgida por acaso num sector que começava então a expandir-se em Portugal e no qual,

por não haver formação académica específica quase todos começavam do zero: os computadores.

Em 1970 entra para a Companhia IBM Portuguesa onde se irá manter até Dezembro de 1994.

Segue uma carreira técnica, com formação contínua nos centros internacionais e trabalhando sempre com o que havia de mais inovador na área da informática empresarial, nomeadamente as tecnologias de

- gestão documental,
- organização de processos
- automatização de fluxos de trabalho..

Familiariza-se com métodos de trabalho pouco vulgares para a época: os técnicos das filiais de todo o mundo ligados em rede, acedendo a bases de informação e trocando correio electrónico.

Igualmente com processos de gestão baseada em objectivos, como a avaliação contínua, são excepção no meio laboral português e muito enriquecedores como experiência.

Entretanto prossegue a actividade política clandestina e é presa a 18 de Abril de 1974.

Após o 25 de Abril, faz parte da 1ª direcção saída de eleições livres no Sindicato dos Escritórios de Lisboa.

Continuará sem interrupção a actividade sindical como delegada na empresa até 1994, assim como a actividade política como membro do secretariado da célula do PCP na IBM.

No final de 1994, aproveitando os incentivos da IBM à saída dos empregados mais velhos decide iniciar um projecto por conta própria e cria uma empresa de consultoria de informática que publica uma revista especializada, em versão papel e on-line, e que funciona até Dezembro de 2002.

Mantém actividades independentes de jornalismo tecnológico através da Internet.

Fernando Penim Redondo

Nasce em Lisboa, em Maio de 1945, numa família de imigrantes internos de 1ª geração. Os pais eram de famílias de pequeníssimos agricultores, vindos tentar a sorte na capital, onde depois de vários anos como operários alcançam o seu objectivo de se estabelecer no comércio por conta própria.

Frequenta o ensino profissionalizante da Escola Comercial e do Instituto Comercial para depois entrar, em 1962, no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (ISCEF), ao mesmo tempo que exerce o cargo de professor no ensino secundário.

Não conclui a licenciatura.

Adere ao Partido Comunista Português em 1966 e é eleito, no mesmo ano, para a direcção do Cineclube Universitário de Lisboa.

Em 1967 é incorporado na Armada e enviado para a Guiné como fuzileiro entre 1968 a 1970.

Regressado da guerra, em 1970, faz os testes de ingresso na IBM, aonde inicia uma carreira de 23 anos, até 1993, na área das tecnologias da informação.

Executa funções na área da programação, das vendas e da consultoria, e como Engenheiro de Sistemas Sénior a partir de 1981.

Nesta qualidade torna-se o principal especialista de aplicações e ferramentas informáticas para a Indústria.

Introduz em Portugal várias ferramentas na área da gestão da produção (ERP), da concepção e produção assistida por computador (CAD/CAM) e de integração de tecnologias para a indústria.

Como responsável por projectos de implementação das tecnologias e da sua adequação aos fins empresariais intervém em dezenas de empresas, com preponderância para as industriais, de médio e grande porte entre as quais:

Atlas Copco, Celcat, Compal, Knorr, Galucho, Sorefame, C. P. Trefilaria, Mague, Euronadel, Impormol, Sandvik, Nutrinveste, ABB, ADtranz, Papelaco, Adira, Silampos, Ferpinta, Enatur, Easyphone, Iberconsult, Cipol, FEUP, Gascan, Iduna, Livraria Almedina, Plasgal, Solidal, Gelpeixe, Credin, Nigel, Puratos, Inapal, Manuel da Conceição Graça, Sonafi, Ramalho Rosa///Cobetar, Maquisis, QI .

Em paralelo com a carreira profissional mantém sempre a actividade política que permanece clandestina até ao 25 de Abril.

É preso em 18 de Abril de 1974 mas logo que é libertado pela Revolução retoma as actividades sindicais e políticas.

É eleito para a CT da IBM de 1974 a 1975 e de 1981 a 1993.

É eleito para a direcção do Sindicato do Comércio e Serviços (CESL) de 1989 a 1993.

É membro do Secretariado da Célula da IBM desde 1974 até 1993, é eleito durante vários anos para o Organismo de Direcção do PCP para o Comércio e Serviços de Lisboa. É eleito várias vezes como delegado aos Congressos do PCP.

Participa activamente na constituição da API, Associação Portuguesa de Informática, e apresenta uma comunicação ao seu 1º Congresso em 1980 designada “A utilização dos computadores no sector secundário da economia”.

Participa na criação e trabalhos da “IWIS – IBM Workers International Solidarity”, organização de âmbito mundial para a coordenação dos representantes dos empregados da IBM que, depois de um primeiro encontro em Lisboa em 1975, promovido pela CT da IBM Portugal, realizou novas iniciativas em Atenas, Tóquio, Estugarda e Paris.

Também participa nos trabalhos de coordenação, a nível nacional, das estruturas representativas dos trabalhadores dos grandes fornecedores de equipamentos informáticos.

Publica vários artigos na imprensa sobre temas das tecnologias digitais, nomeadamente no jornal “O Diário” aonde colabora durante o ano de 1987.

Em 1993, tendo deixado a IBM, funda uma sociedade comercial, a AIS, para a realização de projectos de implementação das tecnologias na gestão e ocupa o cargo de Director Geral.

Durante sete anos é o principal responsável pela gestão desta empresa que, em 1997, seria adquirida por um grupo holandês, convertendo-se em filial de uma multinacional na área das tecnologias da informação. Nesse novo contexto lida intensamente com as questões da coordenação internacional dos negócios, e do “reporting” na lógica dos grupos empresariais internacionais.

Entre 1970 e 2000, quer na IBM quer na AIS participa em dezenas de cursos, seminários e meetings quer em Portugal quer no estrangeiro, nas áreas de ERP, CAD/CAM, CIM, Robótica e Automatização, Gestão Documental (**Amsterdão** – 1986, 1994, 1995, 1997, 1998, 1999, **Barcelona** – 1992, 1994, 1997, 1998, 1999, **Berlim** – 1986, 1996, **Bruxelas** – 1982, 1984, 1985, 1987, 1988, 1993, 1997, 1999, **Colónia** – 1999, **Copenhaga** – 1980 - **Dusseldorf** – 1985, **Estugarda** – 1986, 1987, 1989, 1992, **Frankfurt** – 1997, **Haia** – 1998, **Hamburgo** – 1982, **Londres** – 1983, 1984, 1985, 1987, 1988, 1993, 1997, 1999, **Lyon** –

1999, **Madrid** – 1996, **Manchester** – 1993, **Milão** – 1979, 1981, 1982, 1991, 1992, **Nova York** – 1997, **Paris** – 1989, **Parma** – 1998, **Roma** – 1992, **S. Francisco** – 1989, **Taormina** – 1989, **Torremolinos** – 1985, **Viena** – 1990, **Warwick** – 1991

Em 1989 apresenta uma tese ao Congresso da IFIP, realizado em S. Francisco denominada “Labor, Consumption, Data Processing and the Future” (publicada neste volume, em Anexo).

No ano 2000 retira-se da actividade na empresa que fundara e inicia actividades independentes de jornalismo tecnológico com base na Internet.

Lança entre outros um site na Internet dedicado a questões culturais e políticas, o “www.dotecome.com”, aonde tem coordenado um fórum dedicado ao debate aberto da Renovação do PCP.